



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Sociais  
Faculdade de Ciências Econômicas

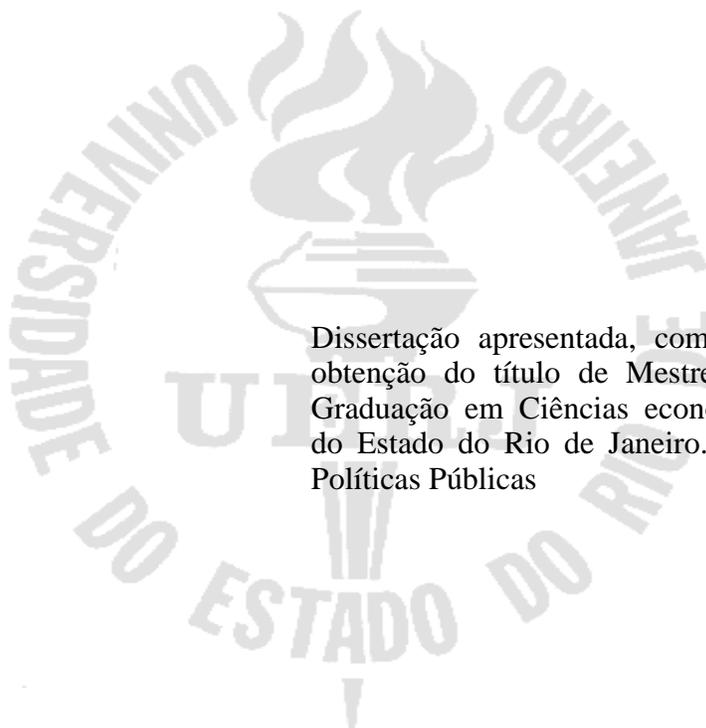
Carlos Renato Bussinger Guerra

**Informalidade na região metropolitana do Rio de Janeiro a partir de 1990**

Rio de Janeiro  
2009

Carlos Renato Bussinger Guerra

**Informalidade na região metropolitana do Rio de Janeiro a partir de 1990**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências econômicas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Políticas Públicas

Orientador: Profa. Maria Beatriz de Albuquerque David

Rio de Janeiro  
2009

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CCS/B

G934

Guerra, Carlos Renato Bussinger

Informalidade na região metropolitana do Rio de Janeiro a partir de 1990 / Carlos Renato Bussinger Guerra .- 2009.

123f.

Orientador: Maria Beatriz de Albuquerque David.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Ciências Econômicas.

Bibliografia: f.107-112 .

1. Mercado de trabalho - Rio de Janeiro, Região Metropolitana do (RJ) - Teses. 2. Setor informal (Economia) - Rio de Janeiro, Região Metropolitana do (RJ) - Teses. I. David, Maria Beatriz de Albuquerque.II.Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Ciências Econômicas.III. Título.

CDU 331.6(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

---

Assinatura

---

Data

Carlos Renato Bussinger Guerra

**Informalidade na região metropolitana do Rio de Janeiro a partir de 1990**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Políticas Públicas

Aprovada em

Banca Examinadora:

---

Professora Maria Beatriz de Albuquerque David (orientador)  
Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ

---

Professor Aléxis Toríbio Dantas  
Faculdade de Ciências Econômicas da UERJ

---

Professor João Paulo de Almeida Magalhães  
Instituto de Economia da UFRJ

---

Mauro Osório da Silva  
Instituto de Economia UFRJ

Rio de Janeiro  
2009

## **DEDICATÓRIA**

Para a minha esposa, amiga e companheira Elaine  
Coutinho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente a minha esposa Elaine Coutinho Fernandes por acreditar no meu sonho.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro, professores, funcionários administrativos e colegas do mestrado pela oportunidade, aprendizado e convívio.

À Professora e Orientadora desta pesquisa, Maria Beatriz de Albuquerque David, por sua competência e dedicação na elaboração desta dissertação.

Aos Professores Aléxis Toríbio, Mauro Osório da Silva e João Paulo de Almeida Magalhães pelo interesse e aceite em participar da Banca desta dissertação.

Ao Professor Alberto de Mello e Souza pelo apoio.

Aos Professores Luiz Fernando de Paula, Miguel Bruno e Antônio Salazar Pêsoa Brandão pelo interesse sempre demonstrado na construção desta dissertação.

Ao amigo (economista) Victor Araújo e à professora Hildete Pereira de Melo pela confiança e incentivo acadêmico.

Ao Roberto Sant'anna do IBGE que, nos momentos finais desta dissertação, contribuiu imensamente na construção teórica desta pesquisa.

À Vandeli Guerra do IBGE pela atenção em esclarecer dúvidas pertinentes aos conceitos teóricos desta dissertação.

Ao Professor Paulo Levy pela atenção prestada na elaboração do corpo inicial da pesquisa.

Aos meus amigos Alex Marden e André Luiz por sempre me auxiliarem no recurso de informática.

## RESUMO

GUERRA, Carlos Renato Bussinger. *Informalidade na região metropolitana do Rio de Janeiro a partir de 1990*, 2009. 123f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Este estudo busca contribuir à discussão teórica sobre o comportamento do mercado de trabalho e da informalidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro - RMRJ, sobretudo a partir dos anos 1990. As informações utilizadas na análise são provenientes principalmente da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral do Emprego e Desemprego (CAGED) - Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - da Pesquisa de Amostragem a Domicílio (PNAD), da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e da Economia Informal Urbana (ECINF) - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - com um recorte nos setores tradicionais da economia. Uma das hipóteses centrais é a da existência de uma relação de causalidade entre as políticas econômicas implementadas a partir de 1990, tais como privatizações de empresas públicas, abertura comercial e financeira para o capital estrangeiro com a informalidade. Estas foram determinantes para oscilações nos níveis de emprego formal das indústrias, com o avanço substancial do setor informal, sobretudo na região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). A análise, feita por setores de atividade, permite comprovar que a informalidade apresenta-se cada vez mais claramente como uma característica da estrutura da economia da metrópole do Rio de Janeiro e não simplesmente como um fenômeno transitório relacionado à redução das atividades industriais.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Emprego formal. Informalidade. Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

## **ABSTRACT**

This dissertation is a contribution to the theoretical debate related to the behavior of labor market and informality in the Metropolitan Area of Rio de Janeiro, especially since de 1990s. The data used in the analysis come from RAIS – Social Informations Annual Report; CAGED – a database that registers all formal employment hiring and dismissals over the year at the Ministry of Labor; PNAD – National Household Annual Survey; PME – IBGE’s monthly employment survey; and ECINF – IBGE’s survey on the urban informal economy. Data are disaggregated according to the traditional sectors. A central hypothesis addressed in this work is that of a causal relation between economic policies implemented as of 1990 – such as privatization of state owned companies, trade and financial liberalization. They were crucial to explain the variations in formal employment levels in industry and the significant increase in the informal sector, especially in the Metropolitan Area of Rio de Janeiro. The analysis at the sectoral level confirms that informality has grown to become a structural feature of Rio de Janeiro’s metropolitan area economy, and not simply a transitory phenomenon related to a decline in industrial activities.

Keywords: Labor market. Formal employment. Informality. Metropolitan area of Rio de Janeiro.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 - Brasil: Pessoas Desocupadas (1000) e sua Proporção na Força de Trabalho/Total de cada Região.....	29
Tabela 1.2 - Brasil: Crescimento da População Economicamente Ativa por Setores de Atividade.....	30
Tabela 1.3 -Estrutura do Desemprego (1968) – Pessoas Ocupadas de 14 anos e mais (1000) Segundo Classes de Atividades e Regiões.....	31
Tabela 1.4 - Estrutura do emprego (1969) – Pessoas Ocupadas de 14 anos e mais (1000) Segundo Classes de Atividades e Regiões.....	32
Tabela 1.5 - Estrutura do Emprego (1970) – Pessoas Ocupadas de 14 anos e mais (1000) Segundo Classes de Atividades e Regiões.....	33
Tabela 1.6 - Matriz de emprego proposta pela 17ª CIET.....	36
Tabela 3.1 - Brasil – Participação do Setor Serviços na Ocupação Total.....	69
Tabela 3.2 - Participação das empresas no setor informal.....	77
Tabela 3.3 - Número de empresas não agrícolas com até cinco empregados e de empresas do setor informal e número de pessoas ocupadas em empresas do setor informal Brasil.....	77
Tabela 3.4 – Proprietários de empresas do setor informal, por gênero, segundo o motivo que os levou a iniciar o negócio – 1997.....	79
Tabela 3.5 - Proprietários de empresas do setor informal, por gênero, segundo o motivo que os levou a iniciar o negócio – 2003.....	80
Tabela 3.6 - Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por posição na ocupação, segundo o sexo e o nível de instrução RM Rio de Janeiro – 1997.....	81
Tabela 3.7 - Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por posição na ocupação, segundo o sexo e o nível de instrução RM Rio de Janeiro – 2003.....	83

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 - Variação do emprego formal total.....	47
Gráfico 2.2 - Variação do emprego formal Brasil Metropolitano e Não Metropolitano.....	48
Gráfico 2.3 - Variação do emprego formal RMBR, RMs e RMRJ.....	49
Gráfico 2.4 - Variação do emprego formal Variação do Emprego Formal -RMRJ e principais regiões metropolitanas.....	52
Gráfico 2.5 – Variação do Emprego Formal Rio de Janeiro Metropolitano e Não Metropolitano .....	53
Gráfico 2.6 – Taxa de Desemprego - Brasil.....	54
Gráfico 2.7 - Taxa de Desemprego Áreas Metropolitanas Brasil.....	55
Gráfico 2.8 - Taxa de desemprego - Estado do Rio de Janeiro.....	56
Gráfico 2.9 - Variação do Emprego Formal na Indústria 1995-2005 – Brasil e Rio de Janeiro.....	57
Gráfico 2.10 - Variação do Emprego Formal na Indústria 1995-2005 – Rio de Janeiro.....	58
Gráfico 2.11 - Região Metropolitana – Rio de Janeiro – Evolução do Emprego por Setor.....	59
Gráfico 2.12 - Variação do emprego formal – Escolaridade.....	60
Gráfico 2.13 - Variação do Emprego Formal – setores de atividades 1995-2005 –Brasil.....	61
Gráfico 2.14 - Participação dos Setores – PIB – Brasil.....	63
Gráfico 3.1 – Evolução do Emprego Formal Metropolitano.....	70
Gráfico 3.2 – Evolução do Emprego por Setor.....	72
Gráfico 3.3 – Subsetores dos Serviços - RMRJ.....	72
Gráfico 3.4 - Participação do pessoal assalariado segundo os setores da economia.....	73
Gráfico 3.5 - Indicadores de distribuição da população ocupada, RMRJ, segundo a posição na ocupação, para os meses de setembro, no período 2003 a 2009.....	86
Gráfico 3.6 - Indicadores de distribuição da população ocupada, RMBR, segundo a posição na ocupação, para os meses de setembro, no período 2003 a 2009.....	87
Gráfico 3.7 – Trabalhadores por Conta Própria.....	88
Gráfico 3.8 – Empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado.....	89

Gráfico 3.9 – Desocupação Metropolitana.....	90
Gráfico 3.10 – Evolução da renda média real RMRJ e RMs.....	91
Gráfico 3.11 – Variação dos rendimentos reais.....	91
Gráfico 3.12 – Rendimentos com carteira assinada – RMRJ e RMs.....	92
Gráfico 3.13 – Variação dos rendimentos com carteira – RMRJ e RMs.....	93
Gráfico 3.14 – Rendimento real médio habitualmente recebido – conta própria – RMRJ e principais RMs.....	94
Gráfico 3.15 – Variação dos rendimentos reais – conta própria – RMRJ e RMs.....	94
Gráfico 3.16 – Rendimento real médio habitualmente recebido – sem carteira assinada – RMRJ e seis principais RMs.....	95
Gráfico 3.17 – Variação dos rendimentos reais – sem carteira assinada – RMRJ e seis principais RMs.....	96
Gráfico 3.18 – RMRJ - Rendimento real com e sem carteira.....	97
Gráfico 3.19 – Variação do rendimento real com e sem carteira.....	97
Gráfico 3.20 – RMRJ – Rendimentos reais habitualmente recebidos– Com Carteira e Conta Própria.....	98
Gráfico 3.21 – RMRJ – Variação do rendimento real – Com Carteira e Conta Própria.....	98
Gráfico 3.22 – RMRJ – Rendimentos reais habitualmente recebidos – Conta Própria e Sem Carteira.....	99
Gráfico 3.23 – RMRJ – Variação dos rendimentos reais - RMRJ – Conta Própria e Sem Carteira.....	100

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1. UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA BRASILEIRA A PARTIR DO SÉCULO XX E A CONSTRUÇÃO TEÓRICA SOBRE OS CONCEITOS QUE ENVOLVEM INFORMALIDADE.....</b>	<b>19</b>
<b>1.1 Do trabalho escravo ao trabalho assalariado: o processo de formação da mão-de-obra no Brasil – século XX.....</b>	<b>20</b>
1.1.1 <u>Aumento da mão-de-Obra.....</u>	21
1.1.2 <u>O surgimento das indústrias.....</u>	22
<b>1.2 O acelerado processo de urbanização.....</b>	<b>26</b>
1.2.1 <u>Possíveis causas histórico-estruturais para o subemprego.....</u>	26
1.2.2 <u>Subemprego Urbano.....</u>	27
1.2.3 <u>A formação de grupos marginais na população como efeito do ritmo de crescimento urbano desordenado.....</u>	28
<b>1.3 Situação do desemprego e do subemprego no Brasil na primeira estatística oficial.....</b>	<b>29</b>
<b>1.4 Informalidade: conceitos e observações.....</b>	<b>33</b>
1.4.1 <u>Setor informal e emprego informal.....</u>	34
1.4.2 <u>Informalidade e trabalho decente.....</u>	38
<b>1.5 O Setor Informal – interpretações segmentação versus escolha.....</b>	<b>39</b>
<b>2 O COMPORTAMENTO DO EMPREGO FORMAL: ASPECTOS DETERINANTES NO SETOR SERVIÇOS E NA ECONOMIA INFORMAL.....</b>	<b>45</b>
<b>2.1 Análise gráfica da evolução do emprego formal.....</b>	<b>46</b>
2.1.1 <u>Evolução do emprego formal – Brasil metropolitano e não metropolitano.....</u>	47
2.1.2 <u>Brasil metropolitano, principais regiões metropolitanas e RMRJ.....</u>	48
2.1.3 <u>RMRJ e principais regiões metropolitanas (RMs).....</u>	51

2.1.4	<u>RMRJ e RJ Não Metropolitano</u> .....	52
2.1.5	<u>A taxa de desemprego</u> .....	53
<b>2.2</b>	<b>Comportamento do formal na indústria</b> .....	<b>56</b>
2.2.1	<u>RMBR e Brasil não metropolitano</u> .....	57
2.2.2	<u>RMRJ e RJ não metropolitano</u> .....	58
2.2.3	<u>Escolaridade</u> .....	59
<b>2.3</b>	<b>Variação do emprego formal pelos setores de atividade</b> .....	<b>61</b>
<b>2.4</b>	<b>Participação dos setores no PIB</b> .....	<b>63</b>
<b>3</b>	<b>O SETOR SERVIÇOS E A ECONOMIA INFORMAL</b> .....	<b>65</b>
<b>3.1</b>	<b>A crescente participação dos Serviços no Brasil</b> .....	<b>65</b>
3.1.2	<u>Evolução do setor serviços no âmbito metropolitano – Rio de Janeiro e Brasil</u> .....	70
3.1.3	<u>Subsetores dos Serviços</u> .....	72
3.1.4	<u>A participação dos assalariados e o setor serviços</u> .....	73
<b>3.2</b>	<b>O setor serviços e a informalidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro</b> .....	<b>74</b>
3.2.1	<u>A Heterogeneidade do Setor Informal</u> .....	74
3.2.2	<u>O que caracteriza as empresas do setor informal</u> .....	76
3.2.3	<u>Motivações que levam a iniciar o próprio negócio</u> .....	79
3.2.4	<u>Perfil dos trabalhadores do setor informal</u> .....	81
3.2.5	<u>Qualificação e rendimento da atividade informal</u> .....	83
<b>3.3</b>	<b>O Rendimento e o Comportamento da Taxa de Ocupação Segundo Pesquisa IBGE 2009</b> .....	<b>85</b>
3.3.1	<u>População ocupada por posição</u> .....	86
3.3.2	<u>Participação dos trabalhadores por conta própria e sem carteira – RMRJ e seis principais RMs</u> .....	88
<b>3.4</b>	<b>Rendimentos</b> .....	<b>90</b>

3.4.1	<u>Rendimento médio real habitual dos trabalhadores</u> .....	91
3.4.2	<u>Rendimento médio real habitual dos trabalhadores – com carteira assinada</u> .....	92
3.4.3	<u>Rendimento médio real habitual recebido dos trabalhadores conta própria</u> .....	93
3.4.4	<u>Rendimento médio real habitual recebido dos trabalhadores sem carteira</u> .....	94
3.4.5	<u>Rendimento médio real - comparativo dos trabalhadores com e sem carteira</u> .....	96
3.4.6	<u>Rendimento médio real - comparativo dos trabalhadores com carteira e conta própria</u> .....	97
3.4.7	<u>Rendimento médio real - comparativo dos trabalhadores conta própria e sem carteira</u> .....	99
<b>3.5</b>	<b>Informalidade e carga tributária</b> .....	<b>100</b>
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>102</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>107</b>
	<b>ANEXOS.1</b> .....	<b>113</b>
	<b>ANEXOS 2</b> .....	<b>120</b>

## INTRODUÇÃO

O termo Economia Informal surgiu na década de 1970 através de estudos do Programa Regional do Emprego para a América Latina e o Caribe – PREALC – Organização Internacional do Trabalho - OIT.

Em 1971 o antropólogo Keith Hart, definiu como economia informal o tipo de inserção dos migrantes rurais do norte de Gana nas cidades do sul daquele país. Entretanto, não poderia esperar-se que, passados quase quarenta anos, esse termo fosse usado para designar as complexas e diversificadas formas de trabalho que não estariam compreendidas pelas relações formais de trabalho. O programa de pesquisa da OIT, supracitado, procurou desenvolver o tema informalidade, a partir do fenômeno verificado no Quênia (OIT 1972) e na América Latina (OIT 1973).

Há vários conceitos para informalidade, não sendo, assim, algo fácil de ser explicado. O termo, à luz de um entendimento jurídico, pode ser considerado como relação de trabalho na qual os empregados não possuem carteira de trabalho assinada<sup>1</sup>. No entanto, outra definição para a economia informal diz que esta é “uma resposta construída pela sociedade civil para uma interferência indesejada do Estado” (PORTES, 1995). Isto induz a uma interpretação de cunho fiscal justificando o surgimento de muitos empreendedores sem vínculo formal, ou seja, uma “fuga” dos impostos altos. Outro conceito que engloba a realidade de países centrais e periféricos diz que “em que pese o mercado de trabalho, o ambiente informal compreende uma grande parcela dos empregos, tanto em países menos desenvolvidos como em países industrializados, representando 70% da mão-de-obra na América Latina” (MALONEY, 2003).

Trata-se de um fenômeno marcado por sua heterogeneidade. Para tanto, deve ser considerado, ainda, que o cenário moderno do mercado de trabalho é resultado do processo de reestruturação econômica que teve início a partir dos anos 1970. Como resultado do esgotamento do modelo fordista de produção, a empregabilidade depende hoje das exigências do novo modo de produção capitalista (pós-fordista) ou modo de acumulação flexível. De acordo com

---

<sup>1</sup> L. Ramos (2002) observa que tais percentagens superestimam o verdadeiro grau de informalidade das relações de trabalho, uma vez que, pela metodologia da Pesquisa Mensal de Emprego, os servidores públicos, que na verdade são protegidos pela legislação trabalhista e possuem vínculos empregatícios formais são classificados como trabalhadores sem carteira, em função de serem estatutários. De acordo com estimativas de L. Ramos (2002), que envolvem um determinado grau de imprecisão, isto indica que eles seriam responsáveis por algo entre 8% e 10% da informalidade. Assim, segundo o autor, a informalidade abrange cerca de 40% da força de trabalho metropolitana.

Pochmann (2001), os anos 1990 inauguram a terceirização de diversas atividades econômicas<sup>2</sup>. Para ele, a década de 1990 está caracterizada por um mercado de trabalho que sofre um movimento de desestruturação através da flexibilização e terceirização da economia no Brasil.

Na verdade, as inovações tecnológicas daquela década passaram a exigir empregados com habilidades de trabalho e maiores níveis de motivação no ambiente de atividades das empresas. Com efeito, começou a haver uma mudança no perfil do trabalhador. A estrutura ocupacional tornou-se diversificada e ganhou maior relevância a partir do acelerado processo de informalização e precarização do trabalho. Segundo Pochmann (2001), estas transformações foram determinantes na profunda modificação na qualidade da ocupação gerada no país. Em linhas gerais, significa afirmar que ocorreu uma migração de mão-de-obra formal (excedente) para ocupação informal, esta caracterizada por não possuir o registro trabalhista. O pano de fundo desse movimento no mercado de trabalho foi a reforma do Estado<sup>3</sup> iniciadas na década de 1990.

Segundo Ribeiro e Bugarim (2003), a economia informal pode ser compreendida por atividades legais e ilegais. As legais, em sua essência, são aquelas cujas práticas econômicas são “socialmente aceitas”. Entre elas estão rendimentos provenientes de propriedade, salários, aluguéis, juros e permuta de produtos e serviços legais, recebimento de salários desemprego ou de outra forma de seguridade social em que o agente, de fato, não poderia usufruir desse direito. Já as atividades ilegais compõem-se de venda de produtos roubados, de fraude, de contrabando, da produção e distribuição de drogas e outras atividades correlatas. Não é objetivo desta pesquisa acadêmica estudar as atividades ilegais.

Existe uma relação direta entre crescimento e oportunidades de emprego. De acordo com Salm (2005), “o baixo crescimento, além de inibir as oportunidades de emprego e de corroer as relações regulares (formais) de trabalho, aumenta a heterogeneidade estrutural entre e intra-setores. Para ele, a heterogeneidade estrutural, a constante re-criação de atividades de baixa produtividade, foi percebida pelo pensamento desenvolvimentista como a causa principal tanto da pobreza como da desigualdade. A principal força por trás do aumento da produtividade é o crescimento associado ao acicate da escassez de mão-de-obra”.

---

<sup>2</sup> O autor classifica em atividades *core business*, que atribui a terceiros, outras atividades não relacionadas ao objetivo central do negócio, como manutenção, segurança etc.

<sup>3</sup> Essa imposição do mercado teve a ver com o pensamento hegemônico conservador, resistente ao keynesianismo, vencedor dos debates acadêmicos ao longo dos anos setenta. Essa nova hegemonia acadêmica foi convergente ao culpar o Estado Desenvolvimentista pela estagnação dos anos setenta, sinalizando que foram os gastos públicos e, em particular, os gastos sociais os grandes culpados pela crise. (Fiori, 1997).

Ainda segundo Salm (2005), o problema do desemprego nos países que compõem a periferia da economia capitalista de um modo geral, era assumido enquanto um problema estrutural, pois era decorrente da heterogeneidade típica das economias subdesenvolvidas<sup>4</sup>. O fenômeno de “inchaço” das cidades, segundo Salm (2005), foi muito mais marcante na maioria das outras experiências latino-americanas. Segundo o autor, “aqui tivemos incorporação efetiva de crescentes contingentes à produção (e ao consumo) de bens e serviços funcionais. O trabalho regular, com carteira assinada, chegou a cobrir mais de 2/3 dos trabalhadores de metrópoles como São Paulo. O subemprego (situação dos que trabalham nas ocupações de menor produtividade) sofreu queda marcante ao longo daqueles anos de crescimento. A transferência de boa parte da mão-de-obra ocupada na agricultura para empregos na indústria, na construção civil e nos serviços funcionais, teve impacto significativo no grau de pobreza”.

Pastore (1996) argumenta que a flexibilização dos direitos trabalhistas, por si só, não cria empregos, muito menos, bons empregos. Estes dependem de vários fatores, sobretudo de pesados investimentos dos setores público e privado. De fato, a informalidade, segundo o autor, deve-se em grande parte aos custos diretos - assumidos pelas empresas - bem como a consequente dificuldade em demitir.

Segundo Martins (2000), a flexibilização pode ser conveniente para alguns fins, sem deixar de considerar, no entanto o direito do trabalhador. Deve ser acompanhada da adoção de outras medidas, cada vez mais presentes nos ordenamentos jurídicos e que podem evitar a perda do ponto de equilíbrio na relação jurídica de trabalho. Dentre as quais, se destaca a representação dos trabalhadores na empresa, a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados, a adequada regulamentação da dispensa arbitrária ou sem justa causa, no sentido de impedir dispensas por retaliação, sem vedar as dispensas motivadas por causas econômicas, organizacionais e tecnológicas, além de uma organização de um sistema eficiente de seguro-desemprego.

Com a globalização econômica acirrou-se a polêmica entre os defensores do Estado Social e os adeptos do Estado Liberal que, evidentemente, formularam diferentes rumos em relação à posição dos poderes públicos face às relações de trabalho. Assim, os que defendem a corrente neoliberal preconizam a omissão do Estado, desregulamentado, tanto quanto possível, o Direito do Trabalho, para que as condições de emprego sejam ditadas basicamente pelas leis do

---

<sup>4</sup> Diferentemente dos países centrais, em que o desemprego está relacionado aos ciclos de conjuntura, o desemprego típico dos países periféricos assume outras classificações além de desemprego estrutural: desemprego disfarçado (Joan Robinson) e/ou subemprego (Rosenstein Rodan).

mercado. Já os apologistas do Estado Social, pregam a intervenção estatal nas relações de trabalho, na medida necessária à efetivação da justiça social.

Para Melo (1999), o tema economia informal ganhou um enorme destaque na mídia e na literatura socioeconômica e pode representar fenômenos distintos, que vão desde a pura e simples evasão fiscal até meras atividades de sobrevivência de populações marginalizadas no mercado de trabalho. Em estudo pioneiro, sobre a economia do Quênia [OIT (1972)], os pesquisadores analisavam a realidade econômica de um país do então chamado terceiro mundo, no qual superpunham dois mercados de trabalhos diferenciados. O formal, cujo funcionamento das atividades foi definido como tendo barreiras à entrada, com recursos externos, sistema de propriedade impessoal, operando em mercados e protegidos por cotas e tarifas além de apresentar grande escala de produção, processos produtivos de tecnologia moderna e intensiva em capital e mão-de-obra qualificada. O setor informal, definido pela inexistência de barreiras à entrada, aporte de recursos de origem doméstica, propriedade individual, operando em pequena escala.

A rigor, a economia informal não deve ser entendida como sinônimo de subemprego, uma vez que esta é caracterizada, sobretudo, por sua heterogeneidade, ou seja, envolve rendimentos altos em várias atividades. Dessa forma, deve-se desconstruir alguma tentativa de associá-la obrigatoriamente à noção de subemprego, cuja definição básica, segundo Sandroni (1999), é “uma situação econômica dos trabalhadores que se dedicam à prestação de serviços avulsos de baixa remuneração ou que só encontram trabalho em certos períodos do ano”.

Esta dissertação é uma pesquisa sobre o comportamento do mercado de trabalho metropolitano do Rio de Janeiro a partir dos anos 1990, tendo como pano de fundo a liberalização econômica, com base comparativa nas informações estatísticas e históricas da formação da mão-de-obra do Brasil e do agregado metropolitano. Tem como objetivo discutir a presença cada vez maior e consistente do setor informal e do emprego informal na região metropolitana fluminense, procurando analisar e interpretar os dados obtidos através de fontes oficiais, como: IBGE, IPEADATA, OIT etc. Busca-se ainda sustentar o argumento central através da exposição teórica de alguns autores no que concerne aos vários conceitos que permeiam o que se chama de informalidade, e sua notória heterogeneidade.

Esta dissertação está estruturada, além desta introdução, em quatro capítulos.

No Capítulo 1 consideram-se aspectos históricos que justifiquem a formação do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo a partir do século passado. Para tanto, assume-se o papel relevante exercido pelo crescimento e desenvolvimento econômicos como resultado da

industrialização e o conseqüente acelerado processo de urbanização cada vez maior e presente, resultando em um excedente de mão-de-obra. Ao fim do capítulo, os conceitos para setor informal e emprego informal serão apresentados, seguindo as orientações da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A proposta do Capítulo 2 é discutir a evolução e o comportamento do emprego formal a partir dos anos 1990, fazendo uma comparação entre gráficos que revelam a variação do emprego formal no espaço urbano brasileiro. Busca-se com isto, uma referência estatística para a análise da informalidade nas regiões metropolitanas, sobretudo na RMRJ.

O objetivo do Capítulo 3 consiste em discutir e analisar dois pontos fundamentais:

- i) O setor de serviços, face à importância que ele representa nas relações de trabalho e renda recentes, sobretudo no caso brasileiro, e sua associação com a economia informal;
- ii) A presença permanente dos níveis de informalidade na RMRJ a partir de 1990, procurando observar o que caracteriza ou diferencia alguns fatores conceituais pertinentes ao tema, como setor formal e emprego informal<sup>5</sup>. Será feita uma breve análise do mercado de trabalho informal na RMRJ no que concerne à evolução do trabalhador por conta própria e sem carteira.

Ainda no Capítulo 3, em princípio, dar-se-á ênfase ao setor serviços, uma vez que uma das hipóteses básicas é que o desemprego industrial tão presente a partir da reformulação do Estado na década de 1990, fomentou o aumento dos Serviços e, conseqüentemente, os níveis de informalidade no Rio de Janeiro e demais regiões metropolitanas do país. Assim, no Capítulo 3, serão observados, com fins interpretativos, o peso percentual de informalidade nos Serviços e qual o perfil desse trabalhador – fazendo uma reflexão sobre a problemática “necessidade ou escolha” da economia informal por parte dos trabalhadores em condição de desemprego.

No Capítulo 4, são apresentados as principais conclusões da pesquisa e os temas relevantes para trabalhos e aprofundamentos futuros.

Os anexos, ao final desta dissertação, constituem um conjunto complementar de informações, que foram de grande importância para comprovar algumas hipóteses levantadas no trabalho e apoiar as análises desenvolvidas.

---

<sup>5</sup> Conforme assinalado nesta introdução, o Capítulo 2 os conceitos seguindo as orientações da OIT.

## **1.UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA BRASILEIRA A PARTIR DO SÉCULO XX E A CONSTRUÇÃO TEÓRICA SOBRE OS CONCEITOS QUE ENVOLVEM A INFORMALIDADE**

Este capítulo tem como objetivo fazer um resumo sobre a formação do mercado de trabalho brasileiro dentro do marco inicial de industrialização, principalmente nos anos 1930, tão importante para o desenvolvimento econômico brasileiro. Ele pode ser caracterizado por uma urbanização aleatória que se acelerou nas décadas seguintes e comprometeu a alocação dos trabalhadores urbanos nesse mercado, fomentando um excedente estrutural da força-de-trabalho e, conseqüentemente, o surgimento de subemprego/informalidade e aumento do setor terciário durante o século passado.

Ao longo do século XX, o mercado de trabalho no Brasil está caracterizado por um elevado grau de heterogeneidade. Na realidade, o crescimento econômico do país não proporcionou igualdade de oportunidades de acesso à educação e a empregos de qualidade.

A estrutura do mercado de trabalho, desde sua gênese, é determinada pelo excedente de mão-de-obra. Em parte, isto se justifica pelo método encontrado para suprir a força de trabalho exigida pelo complexo cafeeiro através do incentivo à migração estrangeira e com o apoio da oligarquia. Ou seja, uma tendência a baixos salários com exclusão e excedente de mão-de-obra no mercado de trabalho, já após o fim da escravidão no país. Na verdade, como consequência desta estratégia, não houve melhoras significativas na distribuição de rendas e de riquezas, mas ao contrario, acelerou-se a desigualdade e estreitaram-se as perspectivas de mobilidade social.

O processo de urbanização desenvolvido a partir da segunda metade do século XX com a migração agravaria esses problemas. Na realidade, a procura por maiores oportunidades de empregos e melhores condições de vida nas cidades, fez aumentar substancialmente a oferta de mão-de-obra. Com efeito, o mercado de trabalho, “inchou”. Outrossim, a desqualificação dessa mão-de-obra<sup>6</sup> fomentou o aumento do setor serviços, assim como do subemprego, conforme sustentam Roldan e Neto (1998).

---

<sup>6</sup> A falta de qualificação da mão-de-obra está intimamente ligada à questão da urbanização desordenada, resultante do advento do crescimento industrial característico do recorte urbano na região sudeste. Isto fomentou o crescimento de atividades que compreendem o setor serviços, mas que, assumindo-se a heterogeneidade do setor, não necessitavam de muita qualificação ou anos de escolaridade. Neste sentido, encontram-se inseridas atividades com baixa remuneração e sem vínculo formal: subemprego. Outrossim, é um fenômeno de desemprego relativamente diferente dos anos noventa, pois, como será discutido e analisado posteriormente, o grau de

Este capítulo busca resgatar as raízes históricas do desemprego urbano, considerando as transformações estruturais da economia fluminense e as explicações para a persistência de uma informalidade crescente na maior parte do período analisado, especialmente na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ).

### **1.1 – Do trabalho escravo ao trabalho assalariado: o processo de formação da mão-de-obra no Brasil – século XX**

Segundo Hoffmann (1980), no final do século XIX, estavam espalhados em todo o território brasileiro, agricultores que trabalhavam de forma rudimentar cultivando a roça e isso servia enquanto auto-sustento familiar. O número de trabalhadores de subsistência da agricultura poderia aumentar, se ocorressem obstáculos para a lavoura destinada ao mercado externo. No auge das exportações da borracha, houve uma grande transferência de trabalhadores em direção à Amazônia, principalmente oriundo do nordeste.

**“A imigração de nordestinos na Amazônia, no último decênio do século passado e no primeiro do atual, foi estimada em pelo menos meio milhão de pessoas”. (Furtado, 1959:158).**

Deve-se, também, ser considerado o fato de que uma determinada parcela de migração voluntária no sul do país e que veio da região nordeste, não teve como ponto terminal os cafezais paulistas, tanto num momento anterior, como após a Abolição dos escravos. Esses trabalhadores, na realidade, sobretudo os expulsos pelas secas entre 1877 e 1880, acabaram por ficar e praticar a lavoura de subsistência em outra região.

**“A lavoura de subsistência, provavelmente teria se expandido mais ainda, não fora a Lei de Terras de 1850, que liquidou o sistema anterior, segundo o qual, a simples posse de terras virgens garantia a sua propriedade”. (Queiroz, 1967:141).**

---

escolaridade – necessariamente - não irá resolver a problemática do desemprego aberto nas regiões metropolitanas, ou mesmo, a considerar o fator rendimento, irá avolumar o setor informal a partir daquela década.

Dentro do âmbito urbano, o homem livre dispunha de um número pequeno de ocupações socialmente viáveis. Ademais, trabalho era considerado “coisa de escravo”, dentro do modelo da sociedade escravista, em que o próprio escravo via como uma espécie de maldição e onde pretendia chegar até o ócio uma vez livre desse fardo. Isto acontecia principalmente na área rural, mesmo considerando algumas atividades para Mestre de Engenho ou Feitor.

**“Algum ofício mecânico que a escravidão não monopolizou e que não se torne indigno dele pela brancura excessiva de sua pele; as funções públicas, se, pelo contrário, for suficientemente branco; as armas ou o comércio”.** (Prado Jr., 1945:277)

### 1.1.1 – Aumento da mão-de-obra

Entre os anos que se sucederam desde a Abolição da Escravatura até 1920, ocorreu um considerável aumento da força de trabalho devido principalmente à imigração estrangeira.

Houve uma reserva de mão-de-obra dentro do país, reforçada por um acentuado fluxo migratório que, para Furtado (1959), possibilitou que a economia cafeeira crescesse por um longo período sem que os salários reais apontassem para a alta.

**Não existindo nenhuma pressão da mão-de-obra no sentido da elevação dos salários, ao empresário não interessava subsistir essa mão-de-obra por capital, isto é, aumentar a quantidade de capital por unidade de mão-de-obra. Como os frutos dos aumentos de produtividade reverteram para o capital, quanto mais extensiva fosse a cultura, vale dizer, quanto maior fosse a quantidade produzida por unidade de capital imobilizado, mais vantajosa seria a situação do empresário.** (FURTADO, 1959:183/184)

A elasticidade da mão-de-obra e a abundância das terras, em essência, proporcionavam aumentos de produtividade verificados na alta dos cíclicos e eram retidos pelo empresário, segundo Furtado (1959).

**No último quartel do século XIX, esta foi muito acelerada; só no estado de São Paulo, houve uma entrada estimada em 800 mil imigrantes estrangeiros.”** (Furtado, 1959: 154)

Entretanto, houve um grande aumento de emprego no Centro-Sul, em que durante o período entre 1880 e o início do século XX, a produção de café elevou-se acima de 400% (admitindo que determinada parcela de imigrantes estivesse subocupada). Porém, diversas são as

condições e justificativas a não absorção da mão-de-obra neste caso. Como exemplo, pode-se citar a preocupação racista de embranquecer o país, além da necessidade de maior e melhor qualidade da mão-de-obra na lavoura de café, uma vez que para os fazendeiros tornava-se mais rentável obter através da intermediação do governo, mão-de-obra importada da Europa.

### 1.1.2 – O surgimento das indústrias

No início do século XX, a estrutura industrial brasileira ainda se mostrava muito inexpressiva, pois a economia continuava sendo dominada pelo setor agro-exportador, o que também evidenciava uma classe operária pequena e dispersa. A esmagadora maioria da população do campo vivia em péssimas condições. Segundo Oliveira (2001), tratava-se de uma população excluída dos centros de poder e com pequena presença na definição dos rumos do Estado e da política brasileira.

A manufatura sofria de escassez de força de trabalho. A qualificação era um dos mais importantes problemas que o setor têxtil enfrentava na procura de mão-de-obra<sup>7</sup>. Os ingleses acabariam por retornar ao seu país já perto do fim do século XIX, mas o Brasil ganharia com a chegada dos italianos, viabilizando a qualificação da mão-de-obra na indústria têxtil, como no Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo.

**Ao mesmo tempo, conforme registram os relatórios das fábricas daquele tempo, a mão-de-obra local ia, aos poucos, adquirindo a qualificação necessária, pelo treino adquirido dentro da própria fábrica (Stein, 1957:50).**

Assim, se a imigração por um lado possibilitou uma qualificação de trabalho dada à exigência do mercado do país naquele período, por outro, fomentou um processo de excesso de mão-de-obra cada vez maior face ao contingente doméstico de trabalhadores.

Conforme afirma Hoffmann (1980), após a retomada cafeeira (depois da crise de superprodução), sustentada principalmente pelo Convênio de Taubaté (1906)<sup>8</sup>, os fazendeiros (de

---

<sup>7</sup> Com um período depressivo na Inglaterra após o ano de 1870 e até parte de 1890, o país pôde contar com parte desta mão-de-obra qualificada.

<sup>8</sup> Basicamente, consistia na compra de excedentes por parte dos governos estaduais de São Paulo, Minas Gerais e do Rio de Janeiro para manter o preço de mercado frente à superprodução.

café) não tinham mais preocupação com a força de trabalho, devido basicamente à generalização do trabalho livre e à imigração estrangeira.

*Mantendo sob o seu controle o acesso à propriedade das melhores terras, fecharam aos ex-escravos e aos sítiantes livres, imigrantes ou não, o caminho da pequena e média exploração agrícola e, dessa forma, puderam manter a sua disposição o trabalho destes (Furtado, 1972:100).*

Neste contexto, o mercado de trabalho brasileiro vai se caracterizar dentro de uma perspectiva histórica no ambiente social e econômico tendo como pano de fundo a economia cafeeira, a industrialização nacional e consolidação do trabalho assalariado. Para Furtado (1962), um processo histórico de criação e de difusão do progresso técnico em escala mundial, que assume a dupla forma de desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Furtado (2003), parte de uma análise comparativa entre o processo de industrialização dos países desenvolvidos com os países em desenvolvimento para elucidar de que maneira as transformações ocorridas, como o processo de industrialização, conduziram à homogeneização social, ao progresso técnico e à acumulação acelerada.

O argumento utilizado consiste em afirmar que o início do processo de industrialização evolui através da expansão do setor produtor de bens de consumo em detrimento do setor artesanal que produzia bens similares, resultando em um considerável excedente de mão-de-obra que passou a puxar os salários para níveis de subsistência. A partir dessa ampliação da produção e da produtividade cresceram os lucros que foram reinvestidos pela classe capitalista no setor de bens capital. Assim, para Furtado (1962), esses preços haviam se fixado em alta devido às técnicas artesanais de produção.

Outrossim, o crescimento cada vez maior do investimento naquele setor implicaria, portanto, em aumento do emprego e da produtividade. Na verdade, o setor bens de capital<sup>9</sup> mostrar-se-ia próprio para a adoção de inovações tecnológicas. Essa condição conduziria ao barateamento dos bens de capital, colocando em prática em um maior número de setores da

---

<sup>9</sup> Encontra-se em Marx as primeiras tentativas de análise econômica com base na interação entre os vários setores produtivos ou entre os vários departamentos da economia (a partir de 1930, o esquema de departamento foi utilizado por Michel Kalecki, economista polonês, autor contemporâneo a Keynes, em suas análises sobre a dinâmica das economias capitalistas). Esse instrumental analítico foi utilizado por famosos esquemas de reprodução ampliada no capitalismo. Seriam dois os departamentos: o departamento I, produtor de bens de capital e de bens intermediários, isto é, os bens de produção; e o departamento II, produtor de bens de consumo. A rica análise desenvolvida pela Escola da Unicamp, liderada por Maria da Conceição da Tavares, João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, construiria sua interpretação da economia brasileira com base na visão de Kalecki relativamente à articulação dinâmica entre os departamentos da economia produtora de bens de produção e de bens de consumo. Por articulação dinâmica, os autores entendem a forma de integração e interação recíproca entre esses departamentos.

economia. A partir daí, segundo Furtado (2003), o processo de acumulação passaria a ser auto-sustentado e o progresso técnico a principal força que induziria a acumulação capitalista.

Com efeito, nos países desenvolvidos, o emprego alcançaria, progressivamente, um nível próximo ao pleno emprego, devido à diversificação da oferta e a expansão do setor de bens de capital. Isto conduziria ao poder de barganha dos trabalhadores. Assim, para Furtado (2003), a classe dos trabalhadores iria exercer pressão por melhores salários, melhores condições de emprego e redução da jornada de trabalho, modificando a dinâmica da distribuição da renda nos países capitalistas desenvolvidos. Para o autor, portanto, os resultados alcançados pelo avanço tecnológico seriam redistribuídos na sociedade, ou seja, a luta dos trabalhadores foi fundamental para o processo de redistribuição de renda nos países desenvolvidos.

Em essência, porém, Furtado (2003) argumenta que o aumento da intensidade do capital em toda economia, provocada pelo barateamento dos bens de capital conduziria a uma elasticidade na oferta de mão-de-obra, permitindo manter o nível dos salários sob controle, assim como as margens de lucro dos empresários, preservando a rentabilidade dos investimentos.

Já nos países subdesenvolvidos, o setor exportador de bens primários (com atividades desvinculadas dos demais setores da economia) era o “carro-chefe” do crescimento. O setor agrário-exportador cresce em um contexto de oferta ilimitada de mão-de-obra e de terras. Esse contexto iria exigir pouco esforço tecnológico e um baixo nível de investimento em capital, conforme justifica Furtado (2003).

A partir do processo de industrialização, mesmo que este, em princípio, contribuísse consideravelmente para o ritmo de crescimento dessas economias, o nível de emprego da indústria não cresceria com a mesma regularidade.

**Os países subdesenvolvidos irão importar as tecnologias de produção dos países desenvolvidos onde era muito maior a escassez de recursos humanos. Como havia grande rigidez dos coeficientes técnicos na indústria, eram limitadas as possibilidades de adaptar a tecnologia à maior abundância de mão-de-obra dos países subdesenvolvidos (Furtado, 1962, pp. 89-91).**

Ao passo em que a industrialização avançava tecnologicamente, esta se tornava cada vez menos propensa a gerar emprego. Na verdade, o processo de industrialização não resolvia o problema do excedente estrutural de mão-de-obra, como fora realizado nos países desenvolvidos,

assim como o pequeno desempenho do setor de bens de capital não permitia melhores respostas para um emprego industrial<sup>10</sup>.

No Brasil, apesar da força da economia cafeeira e do seu considerável nível de emprego, a dimensão continental do país conduziu a que se consolidasse uma oferta ilimitada de mão-de-obra. Assim, se acentuaria uma distribuição desigual da renda.

Na realidade, o desenvolvimento da indústria no país nos primeiros vinte anos do século XX não significou mudança na estrutura da economia, mas o crescimento foi bastante expressivo.

**“... estimou-se que, tanto no ano de 1907 como no de 1920, do total do produto real, 79% foram gerados na agricultura e 21% na indústria” (BAER, 1973).**

Com a exceção do período de queda do crescimento industrial entre 1962 e 1967, os anos 30 caracterizaram a velocidade com que o produto industrial passa a crescer, vindo a superar o ritmo de crescimento do produto agrícola.

A expansão industrial ganhou mais consistência, principalmente devido à sustentação da renda por ocasião da recuperação econômica após a crise de 1929<sup>11</sup>.

Mesmo ainda nos anos 1930, o campo continuava recebendo mão-de-obra. Por duas razões: 1) A fronteira continuava sendo expandida; 2) A agricultura voltada para o mercado interior continuou ampliando a sua área. Mas também nesta época, o setor industrial atrai a força de trabalho para si. Entretanto, as informações que se podem obter dos Censos de 1920 e de 1940, a respeito das alterações na estrutura ocupacional, não confirmem essa impressão e proponha mais uma substituição de atividade artesanal por atividade fabril<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> As trajetórias nacionais e o pensamento comparativo permitiram para o entendimento de Celso Furtado com relação às características estruturais do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. A contextualização histórica para uma análise comparativa entre os países latino-americanos possibilitará extrair algumas lições para explicitar determinadas características estruturais do desenvolvimento. A partir delas ficará mais fácil entender certas especificidades da formação histórica brasileira. Na verdade, os salários básicos da economia tenderam a subir, apesar do intenso fluxo imigrante europeu, que veio atraído por melhores condições econômicas. O pleno emprego, aliado ao forte dinamismo econômico, fez com que no final do século XIX e início deste se constituísse uma sociedade muito mais homogênea apoiada em um padrão de consumo bastante diversificado (Furtado, 2003, p. 134).

<sup>11</sup> Segundo Furtado (1959), A política do governo federal de compras e destruição dos estoques de café permitiu que a produção de café no Brasil continuasse a crescer malgrado a crise e que o gasto privado do setor cafeeiro mantivesse a atividade econômica em um nível superior ao que teria ocorrido se a oferta tivesse que se ajustar à demanda. A interpretação da economia brasileira em ferramentas analíticas Keynesianas representou uma grande ruptura no pensamento da história econômica nacional.

<sup>12</sup> A partir dos anos 40, os censos no país, diferenciavam os serviços de reparação, mas não separavam produção fabril e artesanal, conforme afirma Singer (1971).

## 1.2 – O acelerado processo de urbanização

A partir do começo da década de 1950, na esteira da proposta desenvolvimentista do Presidente Getúlio Vargas, um novo estágio de industrialização se seguiu com a tentativa do governo em implantar as bases de uma indústria pesada no país. A interpretação da economia brasileira sustentada através dos empreendimentos estatais consolidou-se, sobretudo com a criação da Petrobrás em 1953<sup>13</sup> e do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952. Foram implementados os pré-requisitos necessários, como disponibilidade energética e siderúrgica, por via estatal, fomentando na região sudeste um mercado consumidor.

Segundo Schiffer (2004), entre os anos 1940 e 1950 a taxa bruta de crescimento populacional do município de São Paulo foi de 65,7%, contra 34,7% da capital federal no mesmo período. Isso demonstrou, assumindo a capital paulista como exemplo, a velocidade com que se incrementava a população como resultado do aumento de atividades econômicas naquela região.

A absorção da força de trabalho na indústria nos anos 1940 foi alta em razão das dificuldades de importação enfrentadas durante a Segunda Guerra Mundial. Num período posterior, o ritmo de urbanização acelerou-se no mesmo momento em que a indústria já não se expandia ao ritmo esperado. Assim, tornou-se nítido, em áreas urbanas, o desemprego e, conseqüentemente, o fenômeno da informalidade aparece então, como um problema restrito à esfera urbana.

O surgimento do fenômeno do desemprego e do subemprego<sup>14</sup> já é pauta de discussão nos anos 1950 – no âmbito urbano.

### 1.2.1 - Possíveis causas histórico-estruturais para o subemprego

Os principais fatores que ajudam a explicar as razões históricas para o fenômeno do subemprego são:

- i. O período (já citado anteriormente) de declínio do crescimento industrial;
- ii. A urbanização acelerada, em ritmo superior ao da própria industrialização;
- iii. O esgotamento gradativo das oportunidades de expansão da fronteira agrícola.

<sup>13</sup> Faz-se necessário observar que à época do Estado Novo, o Presidente Getúlio já havia dado um importante passo na construção de um Estado moderno com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (1941) e da Vale do Rio Doce (1942) fortalecendo a proposta desenvolvimentista/nacionalista engendrado pelo processo de substituição de importações.

<sup>14</sup> Por subemprego pode-se entender, conforme já citado na Introdução, como uma situação socioeconômica dos trabalhadores que se dedicam à prestação de serviços avulsos de baixa remuneração ou só encontram trabalhos em certos períodos do ano. O subemprego crônico de parte da mão-de-obra é uma característica do subdesenvolvimento, segundo Sandroni (1996).

**Embora não haja tratamento empírico, podemos especular com ampla margem de segurança que o fenômeno de subemprego urbano está ligado, casuisticamente às migrações rurais-cidades.(Costa, 1971:113).**

Embora o subemprego esteja presente nas relações de trabalho do campo, o objeto deste estudo concentra-se no ambiente urbano. Para Costa (1971), há uma preocupação da análise do desemprego nas cidades para entender e justificar as subocupações urbanas compreendidas como subemprego, relacionado-as, em princípio, com a problemática das migrações do campo para as cidades. Ou seja, o autor, trata o subemprego, neste sentido, enquanto um fenômeno que se manifesta (também) no ambiente urbano e que se desdobra com o avanço cada vez maior de mão-de-obra para as cidades.

### 1.2.2 – Subemprego urbano

Foi a partir da migração rural-urbana ocorrida na década de 1950 que o excesso da mão-de-obra tornou-se uma das principais preocupações sócio-econômicas no país.

Atraídos pela possibilidade de encontrar melhores oportunidades de emprego nas grandes cidades, os trabalhadores rurais acabaram sendo expulso do campo na esperança de obter melhores condições de vida.

**As migrações nascem, em grande parte, da expectativa do migrante de encontrar melhores oportunidades de emprego e elevação do padrão de vida nas grandes áreas urbanas (Costa, 1971:9).**

Um exemplo oportuno e clássico do fenômeno subemprego é o das ocupações em diversos tipos de serviços por parte da boa parte dos trabalhadores que migraram para as cidades: engraxates, flanelinhas (vigilantes de carro), camelôs etc.

Outro fator a ser considerado está relacionado à natureza do trabalho desenvolvido por uma mão-de-obra caracterizada por sua inserção dentro dos padrões fordistas de produção em grande escala e que não possui uma qualificação, ou seja, muitos atuavam nas indústrias com a limitada função de ‘apertar parafusos’. Assim, diante de uma situação de desemprego, resta para estes segmentos a informalidade<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Neste sentido assume-se uma relação direta entre subemprego e informalidade.

### 1.2.3 – A formação de grupos marginais na população como efeito do ritmo de crescimento urbano desordenado

Segundo Hoffmann (1980) a partir da década de 1950 e 1960, o movimento migratório da força de trabalho do norte-nordeste em direção aos grandes centros urbanos para o sul/sudeste do país ganha relevância e notoriedade. Na esperança por empregos e, conseqüentemente, por melhores condições de vida (impulsionados pelo processo de crescimento urbano-industrial), os trabalhadores chegam às cidades sem uma qualificação profissional ou mesmo um nível básico educacional. Com isso, vai se tornando cada vez maior o crescimento do setor serviços<sup>16</sup>, atendendo às exigências do rápido processo de urbanização.

Torna-se importante considerar parte dessa mão-de-obra não possuía nenhum amigo e/ou parente ou mesmo dinheiro que pudessem proporcionar uma estrutura domiciliar razoável. Ou seja, com isso, foram evoluindo os grandes subúrbios, povoados miseráveis e favelas concentradas. Na realidade, trata-se de um processo de crescimento urbano desordenado característico de toda a América Latina: condições marginais, tanto de um ponto de vista social, político e econômico para um contingente considerável da população urbana do pós-guerra.

Echevarria (1970) considera que, diversas fontes parecem assinalar que um tipo de população deveria ser considerado como um caso extremo de marginalidade, e que entres estas e os setores sociais relativamente integrados em um conjunto urbano existiria uma completa gama de extratos vivendo, ainda que não de forma extremada, em condições mais ou menos marginais. No ano de 1968, por exemplo, a maioria das pessoas subocupadas na área urbana, concentrava-se em trabalhos do tipo: camelôs, pedreiros, flanelinhas, engraxates, jardineiros, pintores, faxineiros, babás etc.

**“A ideia de medir a subutilização de mão-de-obra pelos ocupados que trabalham involuntariamente em tempo parcial e trabalhariam em tempo integral se tivessem a oportunidade-subemprego visível.” (Hoffmann, 1980)**

---

<sup>16</sup> É de extrema relevância considerar que o setor serviços se caracteriza por sua heterogeneidade. Com efeito, o setor abrange desde um simples balconista de loja de doces ao bancário. No caso citado, mostra-se o que se pode considerar um exemplo da falta de qualificação da mão-de-obra que encontra ocupação nesse setor, conforme já notificado anteriormente.

Para King (1970), um homem tende a considerar a espera por fregueses como trabalho. Entre aqueles que são autônomos, existe maior proporção de subemprego em relação aos trabalhadores em tempo integral. Logo, só faz sentido falar em produtividade marginal igual a zero para os (novos) trabalhadores que ingressam nesses tipos de serviços na região metropolitana. A explicação para este fato consiste na possibilidade de retirar uma parcela desses ocupados sem que diminuísse o total de serviços prestados. Com efeito, King (1970) confirma que isto apenas diminuiria o tempo perdido esperando um freguês. Comparando com a agricultura, não se poderia afirmar com precisão que, uma vez retirada uma parcela dos trabalhadores, os remanescentes iriam trabalhar intensamente.

**Ninguém duvida que a categoria dos que trabalham involuntariamente durante um tempo menor que o normal não basta para identificar os problemas de emprego, no Brasil ou em qualquer parte do mundo: muito mais importante que o tempo inadequado é renda inadequada.(ILO, 1973; THORBECKE).**

### 1.3 – Situação do desemprego e do subemprego no Brasil na primeira estatística oficial

A primeira estatística oficial de desemprego disponível no país foi resultado da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – realizada em 1968. A estatística do desemprego foi obtida pelo cálculo da força de trabalho, ou seja, a soma dos ocupados e dos desocupados procurando emprego.

De acordo com a tabela 1.1 abaixo, em nenhuma área regional do país o desemprego chegou a 3%:

TABELA 1.1: Brasil: Pessoas Desocupadas (1000) e sua Proporção na Força de Trabalho/Total de cada Região

Região	1968		1969	
	No.	%	No.	%
I - Guanabara e Rio de Janeiro	71	2,5	83	2,8
II - São Paulo	126	2,0	181	2,8
III - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul	133	2,1	132	2,0
IV - Minas Gerais e Espírito Santo	123	2,7	118	2,6
V - Nordeste *	210	2,3	179	1,9
VI - Distrito Federal	8	5,5	-	-
<b>TOTAL **</b>	<b>663</b>	<b>2,3</b>	<b>693</b>	<b>2,4</b>

Fonte: apud Hoffman (1980) - IBGE, 1969 e Fundação IBGE, 1969.

\*Área da Sudene, exclusive o norte de Minas Gerais.

\*\* Exclusive DF, também em 1968. O Total % refere-se à média.

Fazendo uma breve análise desta tabela, percebe-se que o Rio de Janeiro (GB + RJ) encontrava-se, no ano de 1968, com 2,5% de desemprego de sua força de trabalho (71.000 desocupados). Já São Paulo, apresenta o menor percentual (2,0%), com Minas Gerais e Espírito Santo com 2,7%, respectivamente.

De acordo, com as normas internacionais, a PNAD (1968) classifica como pessoa desocupada, aquelas que, além de não estarem trabalhando na semana de referência e não terem emprego ou algum negócio do qual estivessem temporariamente afastados, tenham tomado nos últimos dois meses contados da aplicação do questionário, alguma providência para conseguir trabalho. A pesquisa procurou medir a subutilização da força de trabalho caracterizada como desemprego disfarçado ou subemprego.

Comparando o 4º trimestre de 1969, o Estado do Rio de Janeiro aumentou o nível percentual de pessoas desocupadas de 2,5% para 2,8%. O mesmo aconteceu com o Estado de São Paulo: 2,0% para 2,8%. Já o nordeste (área da SUDENE<sup>17</sup>) houve queda de 2,3% para 1,9%.

Considerando-se as tabelas 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5 abaixo, a análise da variação dos desocupados nos grandes centros urbanos ganha mais consistência. Por exemplo, o Estado do Rio de Janeiro (mais a Guanabara) não sofreu alteração em termos percentuais no emprego no setor secundário. Enquanto que São Paulo registrou um aumento de 2,1% entre 1968 e 1970.

TABELA 1.2: Brasil: Crescimento da População Economicamente Ativa por Setores de Atividade

Setores Econômicos	Taxas Geométricas de Crescimento Anual		
	1940/1950	1950/1960	1960/1970
<b>Primário</b>	<b>0,5</b>	<b>1,7</b>	<b>0,8</b>
Agricultura, silvicultura e pecuária	0,5	1,7	0,7
Extração vegetal	2,3	2,4	1
<b>Secundário</b>	<b>4,4</b>	<b>2,4</b>	<b>6</b>
Extração mineral	-0,8	-0,7	4,9
Indústria de transformação	4,2	2,2	4,9
Indústria de construção	7,5	3	8,1
Produção e distribuição de gás e energia elétrica	-0,7	5,3	9,4
<b>Terciário</b>	<b>2,5</b>	<b>5,3</b>	<b>3,9</b>
Comércio de mercadorias	2,5	4,7	4,1
Transportes, comunicação e armazenagem	3,4	4,6	1,3
Governo	2,4	2,6	5,7
Serviços	1,5	5	2,9
Atividades Sociais	7,8	4,9	7,7
<b>Outros</b>	<b>0,9</b>	<b>1,3</b>	<b>3,8</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1,5</b>	<b>2,8</b>	<b>2,7</b>

Fonte: PNAD/IBGE, 1969, 1970 e 1971; MINIPLAN-IPEA, 1969.

<sup>17</sup> Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TABELA 1.3: Estrutura do Desemprego (1968) – Pessoas Ocupadas de 14 anos e mais (1000) Segundo Classes de Atividades e Regiões

<b>Classes de atividade</b>	<b>I - GB e RJ</b>	<b>%</b>	<b>II - SP</b>	<b>%</b>
	<b>Absoluto</b>		<b>Absoluto</b>	
<b>SETOR PRIMÁRIO</b>	<b>246</b>	<b>8,6</b>	<b>1.446</b>	<b>24,0</b>
Atividades agrícolas	228	8,1	1.437	24,0
Extração vegetal	3	0,0	6	0,1
Caça e pesca	15	0,5	3	0,0
<b>SETOR SECUNDÁRIO</b>	<b>681</b>	<b>24,0</b>	<b>1.801</b>	<b>29,0</b>
Extração mineral	11	0,4	23	0,3
Indústria de transformação	436	15,0	1.447	24,0
Indústria de construção	199	7,0	290	4,7
Serviço de utilidade pública	35	1,2	41	0,7
<b>SETOR TERCIÁRIO</b>	<b>1.656</b>	<b>59,0</b>	<b>2.609</b>	<b>43,0</b>
Serviços de produção	567	20,0	1.041	17,0
Comércio de mercadorias	379	13,0	702	12,0
Transportes e comunicações	188	6,7	339	5,5
Serviços e coletivos	385	14,0	477	7,8
Serviços sociais	253	9,0	335	5,5
Administração pública	132	4,7	142	2,3
Serviços de consumo	704	25,0	1.091	18,0
Profissões liberais	46	1,6	86	1,4
Prestação de serviços	658	23,0	1.005	16,0
<b>Outras</b>	<b>243</b>	<b>8,6</b>	<b>271</b>	<b>4,4</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.826</b>	<b>100,0</b>	<b>6.127</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Hoffmann (apud/1980) - PNAD, 1968, In: IBGE, 1969, P.491. Observação: GB: Antigo Estado da Guanabara

TABELA 1.4: Estrutura do emprego (1969) – Pessoas Ocupadas de 14 anos e mais (1000) – Segundo Classes de Atividades e Regiões

Classes de Atividades	I - GB e RJ		II - SP	
	Absoluto	%	Absoluto	%
<b>SETOR PRIMÁRIO</b>	<b>256</b>	<b>8,8</b>	<b>1361</b>	<b>22</b>
Atividades agrícolas	240	8,3	1347	21
Extração vegetal	1	0	11	0,2
Caça e pesca	15	0,5	3	0
<b>SETRO SECUNDÁRIO</b>	<b>692</b>	<b>24</b>	<b>1985</b>	<b>32</b>
Extração mineral	15	0,5	21	0,3
Indústria de transformação	424	15	1565	25
Indústria de construção	224	7,8	347	5,5
Serviço Industrial de Utilidade Pública	29	1	52	0,8
<b>SETOR TERCIÁRIO</b>	<b>1642</b>	<b>57</b>	<b>2686</b>	<b>43</b>
Serviços de produção	560	20	1050	17
Comércio de mercadorias	354	12	712	11
Transportes e comunicações	206	7,2	338	5,4
Serviços e coletivos	377	13	484	7,6
Serviços sociais	259	9	330	5,2
Administração pública	118	4,1	154	2,4
Serviços de consumo	705	25	1152	18
Profissões liberais	43	1,5	112	1,8
Prestação de serviços	662	23	1040	17
<b>Outras</b>	<b>286</b>	<b>9,9</b>	<b>257</b>	<b>4,1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2876</b>	<b>100</b>	<b>6289</b>	<b>100</b>

Fonte: Hoffmann (apud/1980) - PNAD, 1969, In: IBGE, 4 trimestre

Observação: GB: Antigo Estado da Guanabara

TABELA 1.5: Estrutura do Emprego (1970) – Pessoas Ocupadas de 14 anos e mais (1000) – Segundo Classes de Atividades e Regiões

Classes de Atividades	I - GB e RJ		II - SP	
	Absoluto	%	Absoluto	%
<b>SETOR PRIMÁRIO</b>	<b>240</b>	<b>8,4</b>	<b>1443</b>	<b>23</b>
Atividades agrícolas	224	7,8	1429	22
Extração vegetal	0	0	10	0,2
Caça e pesca	16	0,6	4	0
<b>SETRO SECUNDÁRIO</b>	<b>689</b>	<b>24</b>	<b>2003</b>	<b>31</b>
Extração mineral	14	0,5	25	0,4
Indústria de transformação	419	15	1595	25
Indústria de construção	230	8	328	5,1
Serviço Industrial de Utilidade Pública	26	0,9	55	0,9
<b>SETOR TERCIÁRIO</b>	<b>1630</b>	<b>57</b>	<b>2675</b>	<b>42</b>
Serviços de produção	568	19	1044	16
Comércio de mercadorias	354	12	725	11
Transportes e comunicações	214	7,5	319	5
Serviços e coletivos	355	12	538	8,4
Serviços sociais	246	8,6	349	5,5
Administração pública	109	3,8	189	2,9
Serviços de consumo	707	25	1093	17
Profissões liberais	48	1,7	120	1,9
Prestação de serviços	659	23	973	15
<b>Outras</b>	<b>296</b>	<b>10</b>	<b>254</b>	<b>3,9</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2855</b>	<b>100</b>	<b>6375</b>	<b>100</b>

Fonte: Hoffmann (apud/1980) - PNAD, 1970, In: IBGE, 1 trimestre

Observação: GB: Antigo Estado da Guanabara

#### 1.4 Informalidade: Conceitos e Observações

O objetivo desta parte do capítulo consiste basicamente em dois pontos: apresentar e discutir os conceitos que envolvem a informalidade, seguindo a orientação e metodologia da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e procurar, através da contribuição teórica de diversos autores (Melo *et al*, 2005; Ramos, 2007; Cacciamali, 2007; Hallak *et al* (2008); Feijó *et all*, 2009; dentre outros), estabelecer parâmetros para um entendimento atual e preciso sobre o fenômeno da informalidade.

#### 1.4.1 Setor informal e emprego informal

Conforme apresentado na Introdução desta dissertação, a discussão acerca do fenômeno da informalidade ganhou mais espaço e notoriedade, em diversas pesquisas acadêmicas, a partir das mudanças estruturais ocorridas na economia a partir dos anos 1990. Essas transformações se traduziram basicamente nas privatizações, na valorização cambial e na abertura com o comércio internacional. A reforma do Estado na economia brasileira foi determinante no comportamento do mercado de trabalho, sobretudo nas regiões metropolitanas, em que a indústrias tiveram perdas de postos trabalhos formais frente à concorrência internacional<sup>18</sup>.

Entretanto, em que pese à preocupação em entender as causas e efeitos ocorridos na esteira daquele período que intensificou o desemprego urbano e o crescimento das atividades informais, é necessário esclarecer e classificar alguns conceitos essenciais para uma melhor análise e discussão sobre essa problemática no mercado de trabalho.

Procura-se, portanto, distinguir denominações como “setor informal”, “emprego informal”.

Segundo a OIT, o significado do termo “setor informal”, se refere às empresas e ao ambiente das atividades produtivas. No entanto, em um primeiro momento, conforme observa Feijó *et al* (2009), a OIT classificava setor informal como “as atividades desempenhadas por trabalhadores pobres, mas que não eram admitidos como legais, registrados, protegidos ou regulamentados pelas autoridades públicas”. A partir dos anos 1980, afastou-se a ideia do setor informal com pobreza urbana, assumindo-se uma dimensão multifacetária do setor. A OIT/PREALC buscou rever a definição até então relacionada à atividade não-regulamentada e/ou com baixa renda e qualificação, observando, conforme afirmam Souza (1980) e Cacciamali (1983) que o setor devesse ser entendido como uma organização dinâmica em que esteja inserido e adequado aos movimentos da produção capitalista, tornando-se flexível e condicionado às condições gerais da economia; ser relacionado com a forma dos indivíduos na produção e não associar necessariamente a pobreza e desqualificação com o setor informal<sup>19</sup>, devido ao seu grau de heterogeneidade. Com efeito, o argumento defendido pelos autores, considera ainda que a facilidade de entrada não seja uma condição geral das atividades não capitalistas, ou seja, estas podem ser significativas.

---

<sup>18</sup> O Capítulo 3 encarregar-se-á em mostrar, através de gráficos e tabelas, os dados relacionados aos temas discutidos neste estudo.

<sup>19</sup> Assim, subemprego e setor informal são conceitos distintos.

Entretanto, o termo não abrangia todo o conjunto informal, sobretudo por sua heterogeneidade<sup>20</sup>. De acordo com Feijó *et al* (2009), a expressão “economia informal” ao invés de “setor informal” é mais apropriada para um sentido mais amplo, uma vez que esta agrega todas as atividades informais destacando que “devem ser não reconhecidas ou protegidas por leis ou regulamentações e tanto os empregados quanto os empregadores são caracterizados por um alto grau de vulnerabilidade”.

Assim, o setor informal é uma atividade econômica correlacionada à esfera produtiva de empresas e/ou indústrias em que devem ser considerados dois fatores importantes, conforme observa Hallak *et al* (2008):

- i) Concepção da empresa em relação à estrutura legal e administrativa e assume que existe uma relação intrínseca entre o não-registro e a noção de informalidade;
- ii) O setor informal como uma maneira particular de produção e o define quanto à forma em que os empreendimentos estão organizados e executam suas atividades, assegurando que o setor informal não é o setor não registrado e admitindo o não-registro como uma característica do setor informal e não como um critério para defini-lo<sup>21</sup>.

Além da 15ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (CIET), que adotou uma definição internacional para o setor informal através da organização das unidades produtivas, houve, em 2003 uma nova Conferência que tratou de apresentar novos conceitos para o entendimento da economia informal. A 17ª CIET estabeleceu um conceito para “emprego informal”. A contribuição reside na condição de que, diferentemente do setor informal que

---

<sup>20</sup> O termo “economia informal” considera as atividades informais de um modo geral.

<sup>21</sup> Em 1993, durante a 15ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (CIET), a OIT adotou uma definição internacional de setor informal a partir do funcionamento e da organização das unidades produtivas. A Resolução sobre Estatísticas de Emprego no Setor Informal (OIT, 1993) recomendou que países onde este setor cumprisse um papel importante, como fonte de emprego e renda e como fator de desenvolvimento econômico e social, deveriam estabelecer um sistema de informações de emprego no setor informal. A resolução incorporou a conceituação do setor informal como parte do setor institucional famílias no Sistema de Contas Nacionais e classificou as unidades produtivas do setor informal em dois componentes. O primeiro compreende os empreendimentos informais de pessoas que trabalham por conta própria. O segundo refere-se aos empreendimentos informais dos empregadores. Subseqüentemente, este documento da OIT foi inserido no manual internacional de contas nacionais – System of National Accounts, publicado em 1993 (SNA- 93) – no capítulo 4, sobre unidades e setores institucionais. A inclusão da definição de setor informal no SNA-93, segundo Hussmanns (2004), “foi considerada essencial porque tornou possível identificar separadamente o setor informal nas contas nacionais e, portanto, quantificar a contribuição deste setor no Produto Interno Bruto (HALLAK *et al* – 2008)”.

representa a esfera produtiva, o emprego informal se refere aos postos de trabalho, conforme afirma Hallak *et al* (2008).

**Segundo a 17<sup>a</sup> CIET (2003), as modalidades de inserção no trabalho que se constituem em emprego informal são: Segundo a 17<sup>a</sup> CIET, as modalidades de inserção no trabalho que se constituem em emprego informal são: trabalhadores por conta própria e empregadores proprietários de unidades produtivas no setor informal, trabalhadores em ajuda a membro do domicílio e assalariados (se a relação de trabalho não está sujeita à legislação trabalhista nacional e à proteção social), membros de cooperativas de produtores informais e, trabalhadores que produzem bens prioritariamente para o próprio uso. (Hallack et al / 2008)**

Assim, enquanto o setor informal se caracteriza como as unidades produtivas sem registro, o emprego informal se refere aos postos de trabalho. O emprego informal existe no setor informal e no formal.

Essa classificação conceitual permite, com efeito, agregar as diversas manifestações supracitadas, não importando se a unidade produtiva é informal ou formal, ou outras atividades familiares<sup>22</sup>.

Tabela 1.6

Matriz de Emprego proposta pela 17<sup>a</sup> CIET

Unidades produtivas (por tipo)	Trabalhadores por conta própria		Empregadores		Trabalhadores em ajuda a membros da família	Empregados		Membros de cooperativas produtivas	
	Informal	Formal	Informal	Formal	Informal	Informal	Formal	Informal	Formal
Unidades do setor formal		X		X	1	2	X		X
Unidades do setor informal *	3		4		5	6	X 7	8	
Outras unidades familiares **	9					10			

(\*) Excluindo famílias que empregam trabalhadores domésticos remunerados.

(\*\*) Famílias produzindo bens exclusivamente para seu próprio uso final e famílias que empregam trabalhadores domésticos remunerados.

Fonte: Apud HALLAK *et al* (2008). Hussmanns, Ralf (2004), "Statistical definition of informal employment: Guidelines endorsed by the Seventeenth International Conference of Labour Statistics (2003)"

A Tabela 2.1<sup>23</sup> se refere à Matriz de Trabalho e faz um diagnóstico das possibilidades de emprego nos setores e a sua classificação como emprego formal ou informal. Esta tabela tem o

<sup>22</sup> Para um desdobramento mais detalhado, ver HALLAK, J. *et al*: Setor e emprego informal no Brasil: análise de resultados da nova série de contas nacionais (2008).

<sup>23</sup> A tabela foi construída a partir de HALLAK *et al* (2008) apresentada originalmente pela OIT na publicação de 2002, *Decent Work and the Informal Economy* (ILO,2002).

mérito de tornar mais elucidativa a abordagem sobre a classificação e diferenças substanciais entre setor informal e emprego informal. Dessa maneira, busca-se identificar o emprego informal localizando-o a partir das informações da matriz. Entre os pontos 1 e 6; 8 e 10, o emprego informal está presente mesmo no setor formal, como é o caso dos pontos 1 e 2. Respectivamente: “Trabalhadores em ajuda a membros da família” e “Empregados”. Nos pontos 9 e 10, o emprego informal também está ausente do setor informal. Estes são os trabalhadores por conta própria e empregados das “Outras unidades familiares”<sup>24</sup>.

Não obstante, nas áreas em branco estão os empregos que inexistem no âmbito produtivo. Logo, são exemplos:

- i) Unidades do setor formal: Trabalhadores por conta própria (informal), Empregadores (informal), Membros de cooperativas produtivas (informal);
- ii) Unidades do setor informal (excluindo famílias que empregam trabalhadores domésticos remunerados): Trabalhadores por conta própria (formal), Empregadores (formal), Membros de cooperativas produtivas (formal);
- iii) Outras unidades familiares (Famílias produzindo bens exclusivamente para seu próprio uso final e famílias que empregam trabalhadores domésticos remunerados): Trabalhadores por conta própria (formal), Empregadores (formal e informal), Trabalhadores em ajuda a membros da família (informal), Membros de cooperativas produtivas (informal e formal).

Nas áreas destacadas com o “X”, a matriz mostra os empregos formais. Conforme afirma HALLAK *et al* (2008), “... o emprego seja ele formal ou informal pode se inserir nos diferentes setores de produção. De fato, de acordo com a Tabela 2.1 – matriz de emprego proposta pela 17ª CIET, constata-se que o setor informal no Sistema de Contas Nacionais registra, além dos empregos informais (trabalhadores por conta própria, empregadores informais, trabalhadores não-remunerados e empregados sem carteira - correspondentes às células 3, 4, 5 e 6), uma parcela do emprego formal (empregados com carteira de unidades não constituídas formalmente – célula 7). Por outro lado, parcelas do emprego informal também são encontradas tanto no setor formal quanto nas outras unidades familiares. Sob o marco conceitual abordado, a seguir são

<sup>24</sup> Com efeito, para uma análise estrutural da informalidade no mercado metropolitano brasileiro e fluminense, esta tabela contribui enquanto referência para se entender o comportamento da economia informal a partir dos anos 1990.

apresentados os resultados relativos aos setores de produção e aos tipos de emprego para a economia brasileira”.

#### 1.4.2 Informalidade e trabalho decente

Um importante conceito estabelecido recentemente pela OIT é o de “trabalho decente”. No esforço em se buscar uma definição que pudesse servir de referência teórica conceitual para o debate sobre a informalidade, a OIT construiu um paradigma que associa a concepção de informalidade a de direitos trabalhistas. Segundo Feijó *et al* (2009), “a definição de informal limitada a setor, baseada na estrutura da unidade produtiva, não abrange as diversas formas de ocupação: atípica, alternativa, precária, irregular etc., e nem mesmo garante que as pessoas engajadas em atividades em empresas consideradas informais tenham um padrão de vida baixo”. Ou seja, a OIT percebeu que seria necessária uma expansão mais ampla do conceito no sentido de permitir que outras atividades informais compusessem o conceito. Para tanto, de acordo com Feijó *et al* (2009), esse conceito envolve o *status* no trabalho e demais fatores que caracterizam as atividades exercidas e, dessa forma, se pode compreender a economia informal em função dos diversos fatores que norteiam um trabalho decente. Assim, no esforço de uma melhor compreensão do trabalho decente, Feijó *et al* (2009) destaca, através de estudo da OIT, o emprego; a seguridade social; os direitos trabalhistas e o diálogo social como os principais fatores para o entendimento.

**“O conceito de trabalho decente oferece uma forma de mensurar o fenômeno da informalidade através da inserção da mão de obra na atividade produtiva. Essa forma de mensuração é o que define a economia informal”. (Feijó et al – 2009)**

Portanto, a presença tanto do emprego como da seguridade social asseguram, indiferentemente se o trabalho seja formal ou informal, um ambiente propício e proteção contra diminuição na renda<sup>25</sup>. Já os demais fatores supracitados que caracterizam o trabalho decente,

<sup>25</sup>

Sobre os limites entre a economia formal e informal, ver Feijó *et al* (2009).

estão em função dos direitos de liberdade de associação, de “não perseguição” no ambiente de trabalho, do não trabalho infantil, do não cumprimento dos acordos de horas de trabalho etc.<sup>26</sup>

## 1.5 O Setor Informal-segmentação versus escolha

Carlos Alberto Ramos (2007) em seu artigo “Do excedente estrutural à escolha individual. Marcos interpretativos e, alternativas de política” busca um entendimento atual para o setor informal através de alternativas na literatura econômica. Ele parte do argumento que há um esgotamento da versão cepalina/desenvolvimentista do PREALC (1970/80). Se o modelo tradicional explicava o fenômeno informalidade relacionando o comportamento do PIB e do emprego formal, por exemplo: diminuição do PIB, diminuição do emprego formal e, conseqüentemente, aumento da informalidade – como é o caso dos anos 1990 a 1992, ele observa que há um movimento contrário entre 1993 e 1998 que irá comprometer e/ou desconstruir a argumentação tradicional cepalina: aumento do nível do PIB, queda do emprego formal e aumento da informalidade.

**Segundo o modelo tradicional, numa conjuntura de forte desaquecimento do nível de atividade o emprego informal deveria crescer, o formal cair e os rendimentos apresentar contração, com maior intensidade nos espaços informais. Basicamente, foi essa a evolução dos indicadores. Contudo, a partir de 1993, com o início de uma fase de recuperação no ciclo macroeconômico, esperava-se um movimento contrário: aumento do emprego formal e queda da informalidade. Entre 1993 e 1998, no entanto, a taxa anual média de aumento do PIB foi de 3,49%, e o emprego formal (assalariados com carteira) registrou queda de 2,89%. Essas variações foram extremamente favoráveis no caso dos assalariados sem carteira (+17,80%) e por conta própria (+20,43%). Assim, nos deparamos com uma conjuntura onde o nível de atividade aumenta e o de informalidade também, um movimento que foge às predições dos modelos tradicionais. RAMOS (2007)<sup>27</sup>**

<sup>26</sup> Em 1999, a Conferência Internacional do Trabalho conduziu uma meta para promover oportunidades para que os indivíduos pudessem ter acesso a trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, igualdade, segurança e dignidade humana. Para tanto, buscou-se políticas voltadas a melhorar a vida e as condições de trabalho, gerando empregos para um crescente número de trabalhadores desempregados ou subempregados, sem proteção social e com baixa proteção de direitos humanos fundamentais.

<sup>27</sup> Ramos (2007), conclui afirmando que “um dado que contribui para um aprofundamento da crítica teve como referência à evolução dos rendimentos – entre 1993 e 1998, a elevação do poder de compra registrou os seguintes índices: assalariados com carteira (+23,80%), assalariados sem carteira (+47,08%) e conta própria (+63,49%). Ou seja, de um lado, elevação do emprego e dos rendimentos nos anos 1990 não podia ser entendida a partir do clássico modelo do PREALC”.

Na realidade Ramos (2007) procura novas interpretações para o fenômeno informalidade ou setor informal<sup>28</sup>. De acordo com seu entendimento, não mais o excedente estrutural de mão-de-obra, mas com o impasse do modelo de substituição de importações, uma solução (escolha) para evitar uma crise social maior.

Ramos (2007) responsabiliza a forte interferência do Estado como uma das origens para o crescimento do setor informal ou informalidade. O autor dá como exemplo o excesso tributário. Assim, seguindo seu entendimento, a informalidade pode se comportar como uma saída, uma escolha do trabalhador.<sup>29</sup>

Ora, dentro de uma perspectiva neoclássica<sup>30</sup>, é racional que a mão-de-obra sem qualificação ou sem capital humano (produtividade) opte pelo informal diante um emprego formal, mas com baixo rendimento. Na obstante, há segmentação à medida que, trabalhadores com a mesma produtividade são remunerados de forma diferente. Na concepção desenvolvimentista<sup>31</sup>, porém, a segmentação não se colocava, uma vez que, eram vislumbrados fluxos de trabalho e/ou comércio entre setor formal e informal. “Economia ou mercado de trabalho dual está apoiado na ideia heterodoxa americana (institucionalista sobre tudo) que associa ao conceito de segmentação”. (DOERINGER e PIORE - 1971).

Então, segundo Ramos (2007), a partir da década de 1990 a dualidade formal/informal começa a ser pesquisada não mais em termos de excedente de mão-de-obra, mas segmentação do mercado de trabalho. Neste sentido, segundo ele, os resultados são diversos. Em uma situação que seja negada a hipótese de segmentação, a inserção de um trabalhador no setor informal poderá então ser caracterizada como resultado de uma escolha.

Dentro do raciocínio, entendimento e discussão supracitados, Cacciamali (2007) concentra-se, através de seu artigo (crítico) “(Pré-) Conceito sobre o Setor Informal, reflexões

<sup>28</sup> Conforme observa Cacciamali (2007), Ramos não distingue ambos.

<sup>29</sup> O Banco Mundial, segundo Ramos (2007), passa a publicar diversos textos argumentando a favor dessa “interpretação atual”.

<sup>30</sup> A perspectiva neoclássica pura, representada por economistas como Lucas, pode ser caracterizado pela expressão “equilíbrio sempre”, que se foca nos problemas macroeconômicos por uma perspectiva completamente fundada na teoria microeconômica padrão. A análise da escola neoclássica caracteriza-se fundamentalmente por ser microeconômica baseada no comportamento dos indivíduos e nas condições de um equilíbrio estático estudando os grandes agregados econômicos a partir desse ponto de vista e com o uso da matemática. Um dos seus pressupostos básicos é que os indivíduos são racionais em suas escolhas. De acordo com Carlos Alberto Ramos, a caracterização do desemprego como uma situação “escolhida” é, por exemplo, comum nos modelos neoclássicos de segmentação. Sobre esse ponto de vista, a questão, para Ramos, é: Por que os indivíduos escolheriam ficar desempregados em lugar de ocupados no mercado secundário? As hipóteses que sustentam a existência de desemprego paralelamente à existência de um setor de livre entrada são múltiplas e todas plausíveis. A probabilidade de ser contratado no setor primário, por exemplo, é maior quando se está desempregado, de acordo com Carlos Alberto Ramos.

<sup>31</sup> A concepção desenvolvimentista, basicamente se caracteriza por ter uma visão otimista do processo econômico nas nações subdesenvolvidas. Conforme afirma Ramos (2007), atingir a condição de desenvolvido era uma questão de tempo, tempo que poderia ser acelerado mediante políticas públicas específicas, como os projetos industriais; as sociedades do chamado Primeiro Mundo, com todas as suas singularidades seriam o inexorável ponto de chegada. O modelo de Lewis (ver nota de página 18) parecia explicar de maneira adequada a transitoriedade do caráter não homogêneo das sociedades do mundo periférico.

parciais embora instigantes”, em devolver – de maneira diferente ao pensamento de Ramos – a interpretação atual do setor informal.

Cacciamali (2007) critica a interpretação, segundo esta de cunho neoclássico, da segmentação do mercado de trabalho de Ramos (2007) em que a carteira de trabalho é algo, em dias atuais, irrelevante para explicar o diferencial de salários: “segmentação da demanda de trabalho não pode ser estatisticamente relevante para explicar o diferencial de salários”. Desta forma, Cacciamali observa que:

- i) O enfoque teoria da escolha – trata do trabalho por conta própria, *proxy* das unidades de produção do Setor Informal.
- ii) O enfoque segmentação da demanda de trabalho analisa a informalidade e considera a categoria de empregados, sem carteira e com carteira;

Para a autora, essas duas categorias de situação de emprego/ocupação representam grupos de trabalhadores com características e comportamentos distintos. Segundo a autora, os primeiros são de camadas etárias adultas, pois possuem mais tempo de trabalho e podem ser originários de empregos do Setor Formal, nos quais adquiriram recursos suficientes para se fixarem por conta própria. Já os sem carteira, pertencem a uma classe de jovens, registrando, segundo Cacciamali (2007), pouca experiência profissional<sup>32</sup>. A autora procura, através de quatro considerações, explicar as análises para o comportamento dessa da mão-de-obra na esfera de produção assim como no mercado de trabalho. Para Cacciamali (2007), esses fatores mais a determinação dos seus rendimentos, “devem ser submetidos á lógicas distintas”.<sup>33</sup> As quatro situações são, de acordo com as colocações de Cacciamali (2007), resumidamente:

- i) O assalariamento sem registro se traduz em um mercado de trabalho circunscrito – compra e venda de força de trabalho -, ao passo que a atividade por conta própria indica um Setor Informal, ou seja, trabalho

<sup>32</sup>De acordo com a citação de Cacciamali (2007), dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios da Fundação IBGE de 2005 indicam que, dentre todos os ocupados da faixa etária entre 14 e 15 anos, apenas 1,57% mostra registro em carteira de trabalho. A grande maioria dos adolescentes de ambos os sexos trabalha na condição de trabalhador familiar sem remuneração e empregado sem registro de carteira; além dessas situações de emprego/ocupação, os adolescentes respondem também pelos índices de trabalho doméstico sem registro. Os jovens nas faixas etárias subseqüentes mostram maior probabilidade de apresentar vínculos de emprego registrados; entretanto, verificam-se índices maiores de registro em carteira entre os jovens de 20 a 24 anos, com percentuais superiores aos dos adultos, respectivamente, 42,73% e 32,37%. Por sua vez, os jovens com idade entre 16 e 18 anos estão concentrados nos empregos/ocupações sem registro – 40% -, sendo que o emprego com carteira assinada, responde por um quinto do emprego dessa coorte etária.

<sup>33</sup>Ainda segundo citação da referida autora, este fenômeno é conhecido de longa data na literatura brasileira especializada. Por exemplo, uma pesquisa de campo sobre o Município de São Paulo, comparando trabalhadores assalariados e por conta própria, indica que os primeiros são relativamente mais estáveis, mais velhos, do sexo masculino e recebem renda total relativamente superior; contudo, a jornada média era maior e a escolaridade média menor.

- como a microempresa, exemplificam os conceitos e argumentos teorizados pela OIT;
- ii) De acordo com a autora, a análise dos diferenciais de salário apresentada com o objetivo de verificar a significância estatística de características observáveis e não observáveis é incompleta. A maior parte dos jovens é absorvida, sem carteira assinada, por salários similares no setor privado da economia, justamente em virtude de apresentar características observáveis similares. A oferta de empregos sem registro perpassa todo o espectro das firmas, embora os contratos à margem da legislação predominem no âmbito das firmas menores ou do trabalho por conta própria, sobretudo quando estes agentes contratam ajudantes; os vínculos por estágio de experimentação, por outro lado, são mais frequentes em empresas de médio ou grande porte. Entretanto, a probabilidade de obtenção de emprego e perspectiva de ganhos ao longo da vida profissional de um estudante de nível universitário incompleto que trabalha na condição de estagiário numa grande empresa é muito diferente da amplitude de oportunidades e da expectativa profissional do empregado que trabalha em pequeno estabelecimento comercial ou no ramo de prestação de serviços.<sup>34</sup>
- iii) A terceira situação apontada por Cacciamali refere-se ao argumento que uma boa parte da mão-de-obra do Setor Informal é resultado do excedente de mão-de-obra. Na verdade, isto se contrapõe ao raciocínio exercido por Ramos (2007) que se limita a apenas uma única função para aquele Setor.
- iv) A última situação entendida por Cacciamali (2007), diz respeito “à determinação dos salários e do nível de renda das duas categorias de situação de emprego/ocupação em tela”.

**A determinação dos salários, da remuneração dos empregados sem carteira assinada, além dos níveis de produtividade e do nível da atividade econômica, envolvem componentes institucionais (práticas consuetudinárias de mercado, intervenção do governo e dos sindicatos na barganha salarial da categoria profissional em que foi contratado ou em categoria próxima etc.), ao passo que a renda dos trabalhadores por conta própria depende**

<sup>34</sup> A autora continua sua consideração chamando a atenção para a Constituição Federal de 1988, através da qual qualquer (cidadão) brasileiro residente no país, independente de contribuir para o Sistema de Seguridade Social, possui a proteção dos serviços de saúde. Segundo Cacciamali, caso se encontre em situação de pobreza, conta com o Benefício Prestação Continuada, concedido a partir dos 60 anos para mulheres e 65 anos para homens, no valor de um salário mínimo. Tais direitos sociais não incentivam o trabalhador, principalmente ao que auferir um salário perto do mínimo, a desejar ou exigir um contrato registrado de trabalho, sobretudo enquanto jovem.

**essencialmente das características de sua ocupação e da renda da sua clientela, constituída, sobretudo, pelos assalariados, grupo majoritário no mercado de trabalho. Dessa maneira, o nível de atividade, o emprego e os ganhos dos trabalhadores por conta própria (e formas análogas) dependem especialmente da massa de salários procedente dos empregados com registro e sem registro e do perfil de sua distribuição, e respondem de forma pró-cíclica (no curto prazo) a estas condições. Cacciamali (2007).**

Considerar os pontos teóricos que possibilitem uma contextualização, à luz de um entendimento histórico, do mercado de trabalho e dos seus níveis de informalidade é algo essencial para a compreensão do comportamento e movimento do emprego em cada setor da economia. A ausência de rigor no debate teórico sobre a problemática do Setor Informal induz a interpretações equivocadas em cada realidade e manifestação do Setor. Dessa forma, consideram-se os argumentos apresentados por autores de diversas correntes. No entanto, este trabalho aproxima-se das idéias propostas por Cacciamali no que se refere às reflexões, interpretações alternativas ao Setor Informal.

Ramos (2007) trata a “perspectiva desenvolvimentista”, um dos dois recortes analisados para sua fundamentação teórica do termo “setor informal” a partir de um entendimento com base na tradição dos modelos duais inspirados em Lewis<sup>35</sup> e os modelos desenvolvidos pelo PREALC ambientados com a experiência latina do pós-guerra e estudos cepalinos.

Na esteira da proposta teórica apresentada por Ramos (2007), em que procura, conforme já dito anteriormente, uma relação entre o modelo de Lewis e as exposições teóricas desenvolvidas pelos autores responsáveis pelo termo “setor informal”, deve-se observar que o termo “setor informal não representa um setor arcaico que tenderia a desaparecer à medida que o setor moderno – capitalista – avançasse”, segundo bem diz Cacciamali (2007). Há, no que concerne ao processo de desenvolvimento econômico, uma divergência com o que propõe a explicação dual de Lewis. Em linhas gerais, conclui-se que Ramos busca alternativas na literatura econômica para entender o Setor Informal: abordagem desenvolvimentista e novas interpretações.

À luz de uma referência elucidativa, Cacciamali (2007) busca entender o aumento do Setor Informal em países periféricos, como o Brasil: “O Setor Informal urbano, sob esta ótica, é engendrado pelo próprio avanço da produção capitalista em uma sociedade periférica. A expansão capitalista gera desequilíbrios entre o crescimento da população, o crescimento da população urbana e a oferta de empregos, assim como entre o perfil educacional e a distribuição

---

<sup>35</sup>O modelo inspirado por Arthur Lewis, segundo Cacciamali, descreve uma economia de dois setores – tradicional (agrícola, salário de subsistência e oferta infinita de mão-de-obra) e moderno (urbano-industrial, capitalista). Os trabalhadores do setor tradicional migram para o setor moderno atraídos, inicialmente, pelo salário maior. Entretanto as forças da competição rebaixam o salário do setor moderno ao nível de subsistência. Este fato implica a extração de altos lucros no setor moderno que financiam a expansão capitalista.

de competências da população, suas expectativas de emprego e os requisitos necessários à admissão dos empregos oferecidos. Enquanto este desbalanceamento perdurar, segundo a nossa interpretação, o Setor Informal tende a permanecer moldado ao padrão capitalista de expansão. Em palavras outras, o Setor Informal e o Setor Formal são gerados simultaneamente pelo avanço da produção capitalista, e o Setor Informal pode coexistir com um mercado de trabalho (formal) em equilíbrio”.

O marco interpretativo exposto entre os dois autores supracitados servirá enquanto referência teórica para a análise e contextualização do fenômeno da informalidade na RMRJ no capítulo 3.

O capítulo a seguir discutirá o comportamento do emprego formal brasileiro a partir dos anos 1990 para que, através da interpretação dos dados obtidos, se construa um referencial estatístico na análise e entendimento do aumento da informalidade no mercado de trabalho metropolitano brasileiro e do Rio de Janeiro.

Trata-se do esforço em demonstrar que a redução do mercado formal de trabalho determina uma mão-de-obra desempregada que acaba por migrar para a informalidade ou mesmo fomentar um crescimento no setor serviços. Para tanto, o capítulo 2 irá comparar o comportamento do emprego formal considerando os setores da economia, uma vez que o desemprego industrial tão marcante no período supracitado irá determinar o crescimento dos Serviços, este considerado um “colchão amortecedor” do desemprego industrial e que revela um elevado percentual de informalidade.

Assim, o argumento da heterogeneidade estrutural histórica do mercado de trabalho brasileiro será reforçado observando a sua precarização até os dias atuais.

## **2.O COMPORTAMENTO DO EMPREGO FORMAL: ASPECTOS DETERINANTES NO SETOR SERVIÇOS E NA ECONOMIA INFORMAL**

Este capítulo avalia o comportamento do emprego no Setor Formal, entre 1995 e 2005, comparando os recortes espaciais entre as áreas metropolitanas e o interior e contrasta as trajetórias do Brasil com a do Rio de Janeiro. A fonte de dados utilizada é a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – do Ministério do Trabalho e Emprego – MET<sup>36</sup>

A periodização escolhida obedece à ênfase em dois períodos divergentes, um de retração e o outro de trajetória de relativa recuperação do emprego formal. Tem assim, como propósito, comparar períodos com comportamentos diferentes do emprego formal, em especial, na indústria de transformação e no setor serviços.

Entre 1995 e 2005 a trajetória de expansão econômica revelou um conjunto de fatores que, segundo Ramos, L (2007), proporcionou um ambiente econômico distinto do que se observava até então na economia brasileira. Tais fatores referem-se tanto às mudanças estruturais quanto à ocupação, com a despolarização do setor industrial, caracterizado, sobretudo pelo esvaziamento da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Além do desempenho da indústria de transformação, o capítulo considera a participação da administração pública no emprego formal, uma vez que além de ser a capital do Estado, permaneceram na cidade do Rio de Janeiro um conjunto de instituições federais mesmo tendo deixado de ser capital do país há mais de meio século. Independentemente disto, estes dois segmentos se caracterizam por oferecerem empregos de melhor qualidade e demandarem mão de obra com maior qualificação, permitindo, segundo Ramos, L (2007), uma melhor compreensão da trajetória do emprego formal.

---

<sup>36</sup> Os dados obtidos pela RAIS, neste capítulo, trabalham com informações em caráter compulsório pelas empresas, conforme bem esclarece Ramos, L (2007). Estes revelam o estoque de vínculos formais ativos no dia 31 de dezembro de cada ano. Ademais, segundo o autor, a RAIS expressa uma enumeração praticamente completa do setor formal. Trata-se de dados divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho com um diagnóstico mais amplo do mercado formal, pois agrega as informações sobre as contratações pelos regimes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e estatutário, dos servidores públicos, além dos temporários e domésticos.

Os gráficos deste capítulo apóiam a análise sobre o comportamento do emprego formal, confrontando os índices de evolução deste tipo de ocupação entre o Brasil metropolitano e o não metropolitano, mas privilegiando a comparação com a RMRJ e o interior do Estado.

## 2.1 Análise gráfica da evolução do emprego formal

A década de 1990 foi marcada por uma diminuição substancial do emprego formal, especialmente nas regiões metropolitanas. Os dados apresentados no Gráfico 2.1 permitem concluir que, entre 1995 e 1999, o crescimento do emprego formal desacelerou. Esse comportamento é resultado de um conjunto de fatores que foram determinantes para uma estagnação na geração de emprego em razão, sobretudo, da mudança na política cambial.

De acordo com Ramos, L (2007), a mudança cambial funcionou como um “divisor de águas” no que concerne à geração de postos de trabalho considerados protegidos. Em linhas gerais, no primeiro período, com a valorização do câmbio, a geração do emprego formal caiu. Houve redução do emprego formal. Já a partir do segundo momento, 1999 - 2005, com modificações na política cambial e com redução do grau de incerteza, as atividades formais começaram a mostrar níveis de recuperação.

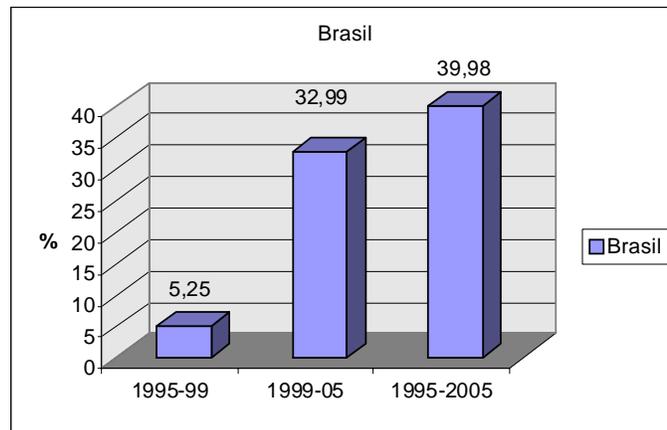
Os dados apresentados no Gráfico 2.1 mostram que a variação do emprego formal total observado para o Brasil foi aproximadamente de 40% entre 1995 e 2005. Sendo que, entre 1999 e 2005, a taxa de crescimento foi de 33,0%, um nível de evolução muito acima do intervalo do período anterior quando houve somente 5,3%.

**No segundo período, com o advento da mudança de regime cambial e diante de um cenário econômico internacional bastante favorável, o grau de incerteza diminuiu consideravelmente e a geração de postos de trabalho foi estimulada. Essa mudança de conjuntura acarretou um crescimento expressivo do emprego formal, em parte impulsionado até pela existência de uma demanda reprimida no período anterior. (Ramos, L – 2007).**

Outro fator que marcou o desempenho do emprego formal entre 1995 e 2005 foi à sua redistribuição geográfica. Houve uma “saída” do emprego formal das metrópoles, especialmente de São Paulo e do Rio de Janeiro, determinada pela realocação setorial. Dessa maneira, a geração de postos de trabalho no interior do Estado do Rio de Janeiro superou amplamente a sua região metropolitana, especialmente no emprego industrial. Esse movimento de interiorização das

atividades produtivas pode ser caracterizado como de desconcentração ou de multipolarização industrial do Estado.

Gráfico 2.1  
Brasil – Evolução do emprego formal total

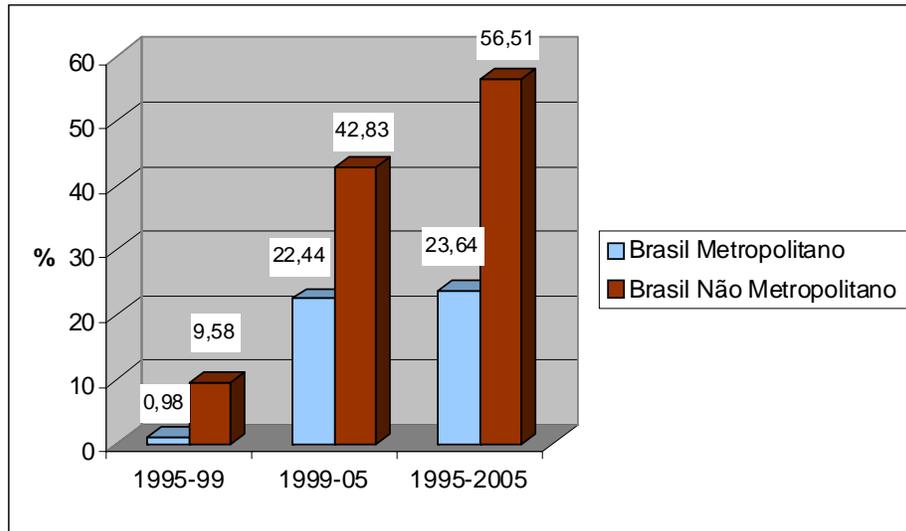


Fonte: Elaboração própria. MTE/ Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 1995, 1999 e 2005.

### 2.1.1 Evolução do emprego formal – Brasil metropolitano e não metropolitano

A evolução do emprego formal no país em seu conjunto é apresentada no Gráfico 2.2 com detalhamento das informações para as regiões metropolitanas e não metropolitanas. A partir de 1999, consolida-se a perda de importância das regiões metropolitanas na geração de postos de trabalho formais.

Gráfico 2.2 - Variação do Emprego Formal - Brasil Metropolitano e Não Metropolitano

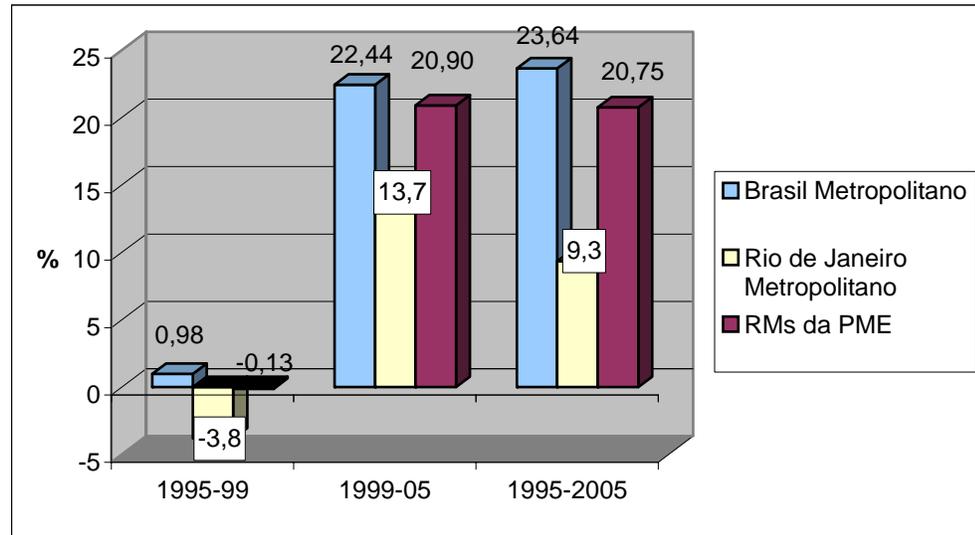


Fonte: Elaboração própria. MTE/ Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 1995, 1999 e 2005.

### 2.1.2 Brasil metropolitano, principais regiões metropolitanas e RMRJ

A taxa de crescimento observada nas áreas não metropolitanas é de 56,5%, enquanto que nas áreas metropolitanas ela se expande a uma taxa 50% menor. Ou seja, o mercado formal não metropolitano registra mais do que o dobro de evolução em relação ao âmbito metropolitano durante o período 1995-2005. Os dados apresentados no Gráfico permitem constatar um esvaziamento das regiões metropolitanas. Não obstante, regiões como Rio de Janeiro e São Paulo engendram este processo de despolarização metropolitano ainda mais acelerado, com destaque para a RMRJ, conforme se constata no gráfico 2.4.

Gráfico 2.3  
Variação do Emprego Formal  
RMBR, RMs e RMRJ



Fonte: Elaboração própria. MTE/ Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 1995, 1999 e 2005.

Nesta parte da análise, o objetivo é de contrapor a trajetória do emprego formal na RMRJ a seu comportamento na média das demais regiões metropolitanas. Entre 1995 e 1999 observa-se que a evolução do emprego formal na RMRJ, se comparada à média nacional, é negativa. Mesmo com a recuperação observada no segundo período (1999-2005), a sua trajetória se situa sempre em um patamar cerca de 50% abaixo das demais metrópoles. Na verdade, a RMRJ está abaixo da média das principais áreas metropolitanas cobertas pela PME e de acordo com o gráfico 2.3, cresceu menos da metade da média nacional.

A RMRJ ganha destaque à medida que o enfoque passa a ser o de excedente estrutural, as mudanças na estrutura ocupacional metropolitana são determinantes, para explicar o crescimento da informalidade nos anos 1990.

No esforço de compreender a economia informal na RMRJ serão considerados dois setores importantes da economia, correlacionados negativamente: a indústria de transformação e os serviços.

Observa-se que o período 1995-1999 foi pior para a RMRJ<sup>37</sup>, sua taxa de crescimento no período ficou negativa -3,8%, enquanto que a contração para o conjunto das seis principais regiões metropolitanas foi de apenas -0,13%. O total de todas as regiões metropolitanas do país registrou aproximadamente 1% de crescimento.

Entretanto, em 1999 se inicia uma recuperação. A plataforma nacional, tanto metropolitana, como não metropolitana, indica que a nova década mudou o comportamento da evolução do emprego. Conforme bem esclarece Ramos, L (2007) comparando os intervalos 1995-2005:

**Essa diferença de comportamento está associada a uma conjugação de fatores que tornou o ambiente econômico pouco propício para a criação de empregos em geral, e protegidos em particular, no primeiro período. A economia, no bojo da estratégia de abertura comercial, passava por um processo de estabilização de preços sustentado por uma política cambial que valorizava o real, em meio a um cenário de instabilidade no sistema financeiro internacional, então marcado por uma série de ataques a moedas nacionais. A incerteza daí derivada arrefecia e, plausivamente reprimia, a demanda por trabalho. No segundo período, com o advento da mudança de regime cambial e diante de um cenário econômico bastante favorável, o grau de incerteza diminuiu consideravelmente e a geração de postos de trabalho foi estimulada. Essa mudança de conjuntura acarretou um crescimento expressivo de emprego formal, em parte impulsionado até pela existência de uma demanda reprimida no período anterior. (RAMOS, L – 2007).**

Para Silva (2008)<sup>38</sup>, fazendo-se uma análise da variação da produção física da indústria de transformação, entre 1995 e 2007, constata-se que o Estado do Rio de Janeiro apresenta uma queda de 3,8%, contra um crescimento no Brasil de 30,0%. Consoante esse fato, segundo o autor,

<sup>37</sup> Segundo, SILVA (2008), o Estado do Rio de Janeiro, no período 1970/2005, registrou a pior evolução econômica no cenário das unidades federativas, com uma perda de participação relativa no PIB nacional em torno de 31,0% (IBGE). Para o autor, da mesma maneira, quando se faz referência ao emprego para o total dos setores primário, secundário e terciário, quando analisamos os dados da RAIS/MTE, que contabilizam os empregos formais – levando-se em conta a série mais longa com a mesma metodologia (1985/2006) –, verificamos novamente que o ERJ apresenta o menor crescimento entre todas as unidades da Federação: 26,2%, contra um crescimento no Brasil de 71,6%. A afirmação deste autor parte do argumento de que, “no período de existência do Estado da Guanabara (1960 a 1975), as políticas de fomento ao desenvolvimento econômico restringiram-se à criação de distritos industriais. Essa política baseou-se em uma tese defendida à época pela Federação Industrial Carioca, de que a cidade do Rio de Janeiro estaria sofrendo um processo de migração de indústrias para o antigo Estado do Rio, pela falta de terrenos disponíveis e com infra-estrutura adequada na cidade. A tese, levantada e abraçada pelos governos Carlos Lacerda (1960/1965), Negrão de Lima (1966/1971) e Chagas Freitas (1971/1975), não levava em consideração o fato de que, se a indústria do antigo Estado do Rio apresentava uma evolução positiva nos anos 1940, 1950 e início dos 1960, isso se devia fundamentalmente aos investimentos federais na Velha Província, como os relacionados à CSN, Reduc, Álcalis e FMN. Ou seja, não havia, significativamente um movimento de indústrias migrando para o antigo Estado do Rio. Isto faz com que a política de distritos industriais venha a fracassar. De acordo, por exemplo, com dados de Frederico Robalinho de Barros<sup>7</sup>, em 1973, no bairro de Santa Cruz inteiro, onde se situava o maior distrito industrial projetado, existiam apenas 15 indústrias instaladas, o que significava apenas 0,6% do total de estabelecimentos industriais existentes no então Estado da Guanabara.

<sup>38</sup> Informações extraídas a partir de dados assumidos no artigo de SILVA (2008), “ESTADO DO RIO DE JANEIRO: TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS”, publicado na Revista de Economia Fluminense -número 7 - junho de 2008.

observa-se a variação do emprego formal no período 1995/2006 e o ERJ apresenta uma variação total do emprego, nos setores primário, secundário e terciário, de apenas 25,5%, contra um crescimento no total Brasil de 48,0%. Na indústria de transformação, no mesmo período o ERJ apresenta uma queda de 6,3%, contra um crescimento no total Brasil de 34,7%. Nos dois casos, o desempenho do Estado é o pior, entre todas as unidades federativas (RAIS/MTE).

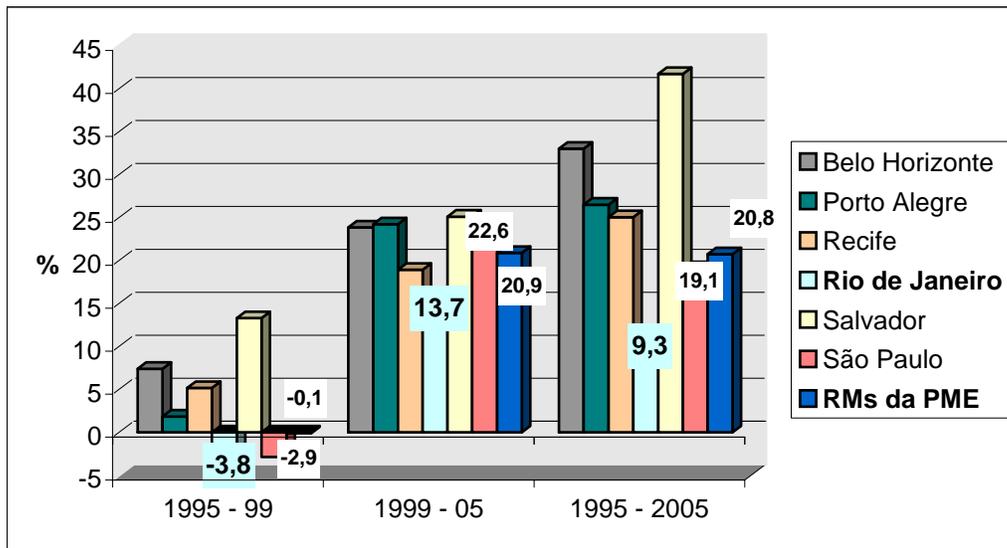
### 2.1.3 RMRJ e principais regiões metropolitanas (RMs)

Conforme discutido anteriormente, a RMRJ sofreu mais com a retração do emprego formal. Mesmo considerando-se o período em que se inicia uma fase de recuperação, a RMRJ se situou abaixo das principais metrópoles. Na verdade, as duas maiores metrópoles, incluindo, portanto, São Paulo, foram as que se destacaram abaixo da média das seis principais regiões metropolitanas.

Segundo o Gráfico 2.4, esses dois estados revelam os piores índices registrados. Isto evidencia que a evolução do emprego metropolitano exibe um comportamento heterogêneo, uma vez que há desempenho desbalanceado em relação, sobretudo, ao âmbito metropolitano do Rio de Janeiro. Enquanto as principais RMs, exclusive, em princípio, São Paulo, denotam um crescimento acima da média do conjunto das principais RMs, a RMRJ não acompanha o mesmo dinamismo.

No intervalo 1995-2005, a RMRJ se situa muito abaixo da média das principais regiões metropolitanas, com 9,3% da evolução do emprego formal. Mesmo São Paulo que também aponta um crescimento inferior ao total do conjunto dessas metrópoles, registra 19,1% contra 20,8% da média das RMs, ou seja, a RMRJ registra o pior resultado dentre os principais representantes metropolitanos. A “saída” para o interior na RMRJ será pauta de discussão no próximo tópico.

Gráfico 2.4  
Variação do Emprego Formal -RMRJ e principais regiões metropolitanas



Fonte: Elaboração própria. MTE/ Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 1995, 1999 e 2005.

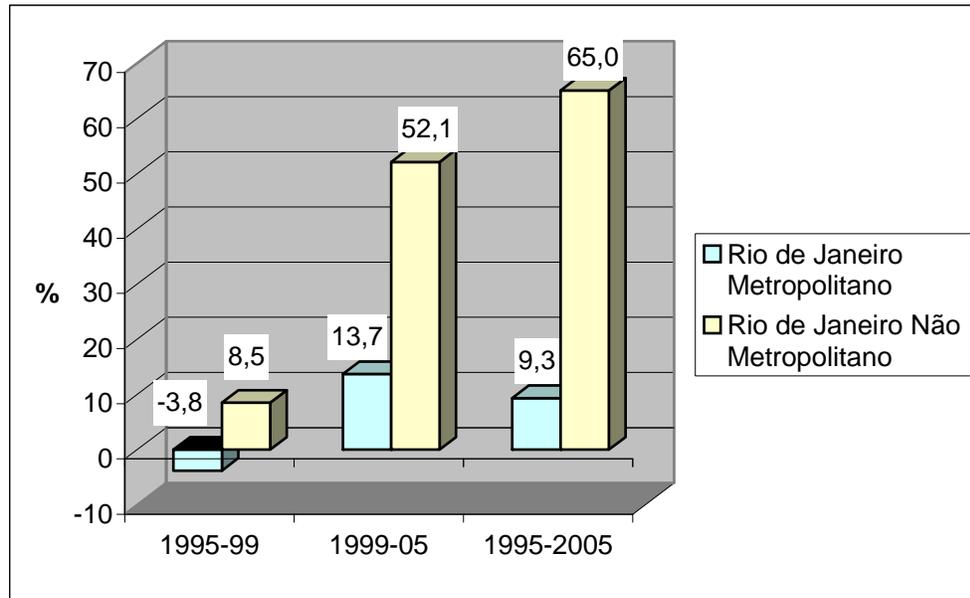
#### 2.1.4 RMRJ e RJ Não Metropolitano

Conforme se pode observar no Gráfico 2.5, a discrepância no intervalo 1999-2005 é bastante alta entre as duas áreas. O período que se estende até 2005 demonstra uma evolução ainda mais acentuada para o âmbito não metropolitano. No total entre 1995 e 2005, a região não metropolitana cresceu cerca de 65% contra aproximadamente 9,3% na RMRJ, confirmando a dicotomia entre as duas áreas.

A RMRJ apresenta um movimento de esvaziamento considerável, a considerar o crescimento substancial do interior do estado, sobretudo a partir de 1999<sup>39</sup>.

<sup>39</sup> Para Silva (2008), porém, “há uma relação de municípios que se beneficiaram proporcionalmente da receita de royalties. O autor estabelece uma relação em que constata-se que o peso dos royalties no total das receitas públicas municipais, em 2004. Neste ranking, Campos dos Goytacazes aparece em primeiro lugar, com a receita de royalties representando 69,8%; Rio das Ostras, 66,7%; São João da Barra, 59,3%; Carapebus, 56,5%; Quissamã, 55,6%; Macaé, 54,7%; Armação dos Búzios, 47,3%; Casimiro de Abreu, 46,3%; Cabo Frio, 43,4%; e Silva Jardim, 35,3%.

Gráfico 2.5  
Variação do Emprego Formal  
Rio de Janeiro Metropolitano e Não Metropolitano



Fonte: Elaboração própria. MTE/ Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 1995, 1999 e 2005.

Nesse período, conforme está descrito no capítulo 3, a informalidade cresceu. Em partes, pela falta de oportunidades no ambiente formal, afetado pelas mudanças macroeconômicas a partir da década 1990, bem como pela problemática da alta carga tributária<sup>40</sup>.

### 2.1.5 A taxa de desemprego

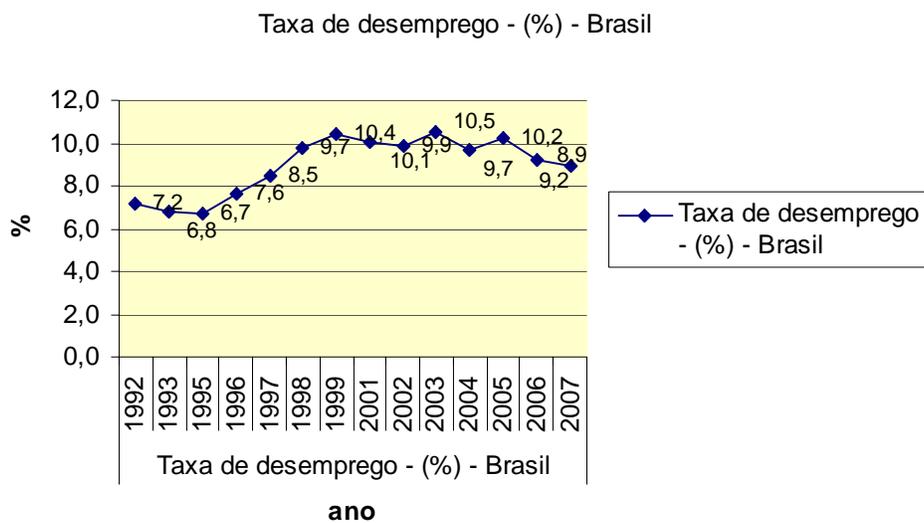
A taxa de desemprego é a referência maior para avaliar o comportamento do mercado de trabalho. Trata-se do indicador mais usado para avaliar os níveis de participação do trabalhador nas atividades produtivas. Portanto, quando o mercado de trabalho registra um percentual de desemprego alto, significa que há uma retração econômica com impactos no desempenho no mercado de trabalho, como a diminuição do emprego formal e o aumento das atividades informais. Seguindo o mesmo raciocínio, quando os indicadores de desemprego apontam para um nível percentual bem inferior, a economia sinaliza aquecimento com reflexos positivos na inserção de mão-de-obra formal no mercado de trabalho. Os Gráficos

<sup>40</sup> O estudo detalhado do comportamento da informalidade será assumido no próximo capítulo, conforme já observado.

2.8 e 2.11, tendo como fonte a PNAD, quando comparados, apresentam uma relação entre crescimento do desemprego e aumento dos níveis de informalidade no Estado do Rio de Janeiro.

Em face da evolução contínua nos níveis de desemprego ao longo da década de 1990, os Gráficos 2.6 e 2.7, construídos a partir da PNAD, tratam de mostrar a sua trajetória no ambiente agregado e no metropolitano, respectivamente, descrita dentro da periodização assumida neste capítulo. Consoante com a argumentação de despolarização do emprego formal, sobretudo industrial, os gráficos descrevem uma desaceleração do emprego a partir do Plano Real no âmbito nacional. No entanto, a partir de 1999 com a desvalorização cambial, os indicadores revelam uma constante naquele período. Nota-se que o desemprego metropolitano é maior durante todo o intervalo considerado. Em linhas gerais, mesmo com a citada expansão a partir de 1999, os níveis de desemprego se mantêm, o que pode ser explicado, em partes, pela continuidade da política de juros altos na economia, colaborando para a informalidade na região metropolitana, conforme será abordado no capítulo 3. De fato, esse argumento torna-se plausível, uma vez que a trajetória de queda de juros básicos no ambiente econômico coincide com uma relativa queda nos níveis de desemprego, confirmando uma relação de proporção direta.

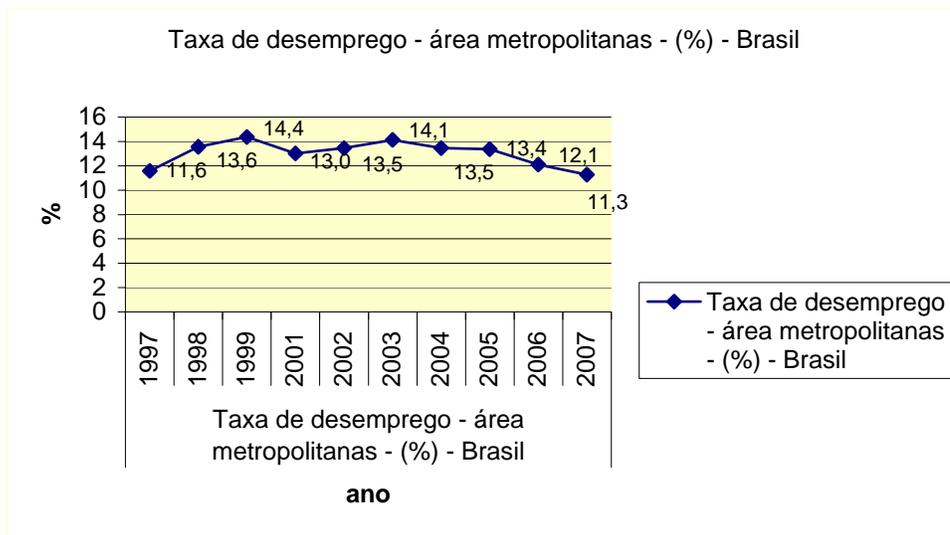
Gráfico 2.6



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados IPEADATA - PNAD/IBGE

A taxa de desemprego na área metropolitana (Gráfico 2.7) permite compreender a trajetória desempenhada pela retração dos postos de trabalho formais. Em particular, dois setores, redutos de bons empregos, sofreram com a diminuição na participação da ocupação formal: a indústria de transformação e administração pública.

Gráfico 2.7

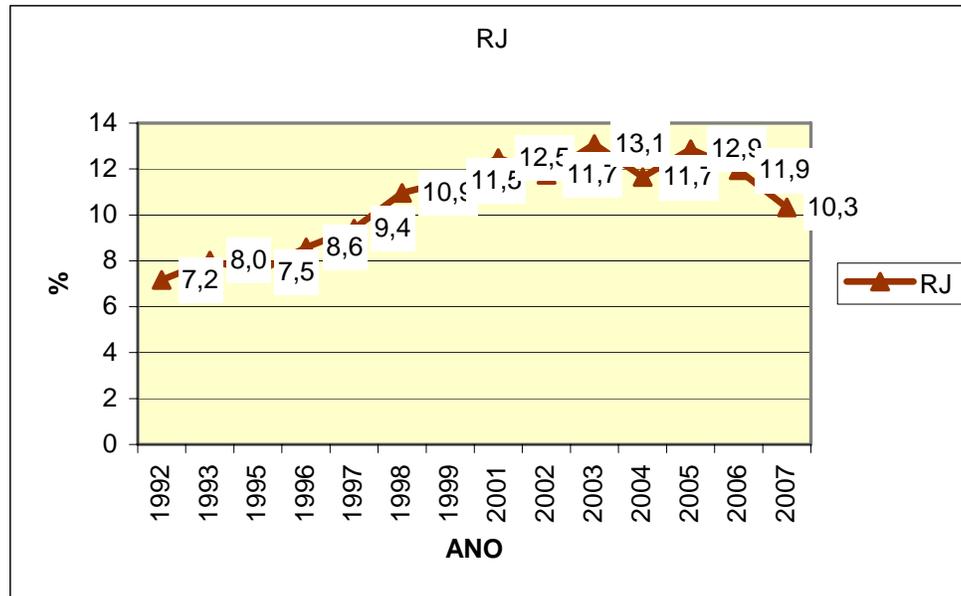


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados IPEADATA - PNAD/IBGE

O Gráfico 2.8 sumaria as informações sobre o desemprego no âmbito agregado para o Estado do Rio de Janeiro. A intensidade de estagnação durante o período entre 1995 e 1999.

Gráfico 2.8

Taxa de desemprego - Estado do Rio de Janeiro – (%)



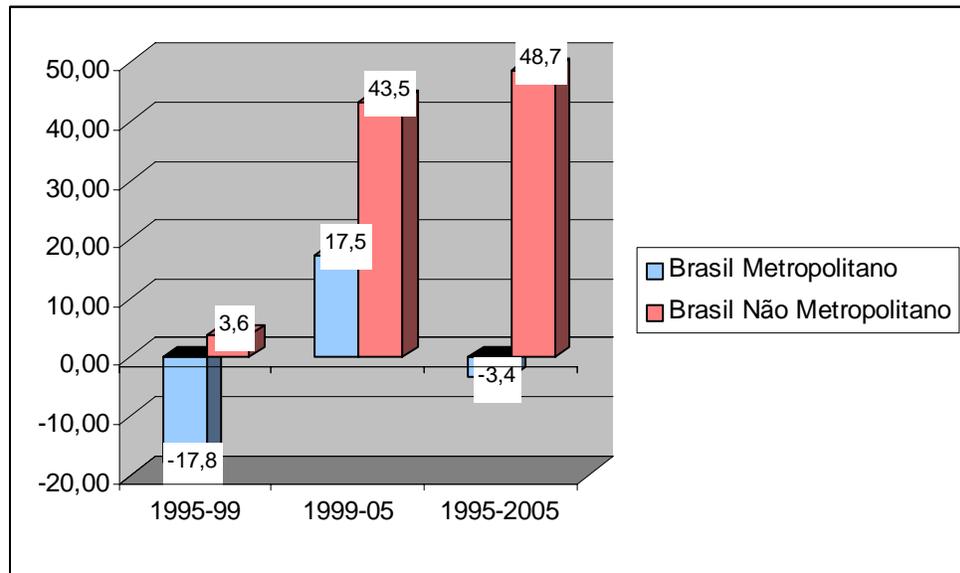
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados IPEADATA - PNAD/IBGE

## 2.2 Comportamento do setor formal na indústria

A variação do emprego formal na indústria de transformação, conforme se pode observar no Gráfico 2.9, confirma o desempenho ruim da RMBR. Os dados para indústria de transformação 1999 e 2005 confirmam a dicotomia argumentada anteriormente com relação à recuperação na geração dos postos de trabalhos protegidos e do maior crescimento do espaço não metropolitano. Esse diagnóstico encontra na RMRJ um dos pontos responsáveis pelo desempenho da RMBR. No total (1995-2005), a evolução da RMRJ é negativa: -20, 79, conforme revela o Gráfico 2.10.

### 2.2.1 RMBR e Brasil não metropolitano

Gráfico 2.9 – Variação do Emprego Formal na Indústria  
1995-2005 – Brasil e Brasil não metropolitano



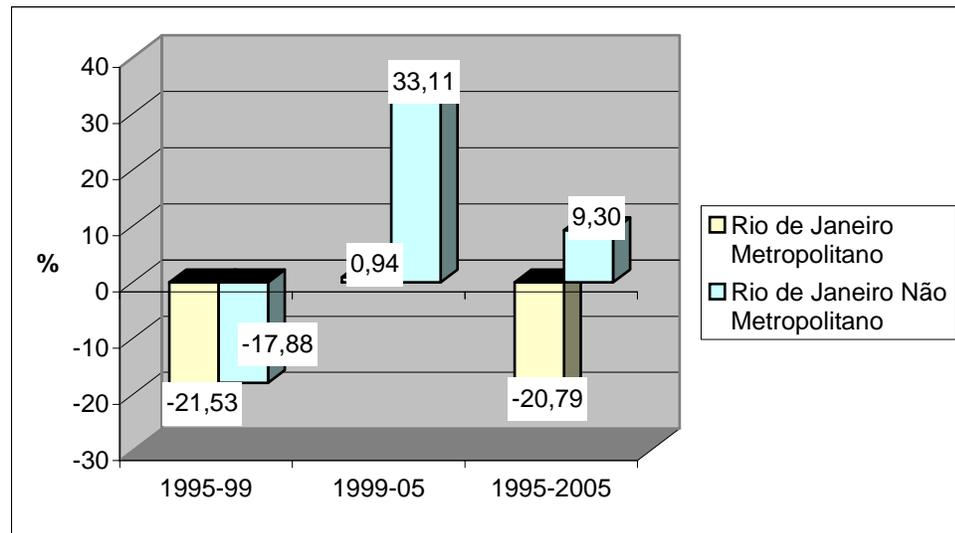
Fonte: Elaboração própria. MTE/ Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 1995, 1999 e 2005.

A comparação entre a indústria e o agregado, no que concerne ao recorte metropolitano e não metropolitano, mostra o emprego industrial como o principal responsável pela redução considerável das atividades formais entre 1995 e 2005 no plano nacional. Por outro lado, o crescimento na totalidade do período foi de 48,7% para o espaço não metropolitano, ou seja, uma realocação do segmento industrial que ratifica o processo de despolarização.

O Gráfico 2.10 mostra que a RMRJ segue um desempenho bem inferior ao agregado metropolitano do país.

### 2.2.2 RMRJ e RJ não metropolitana

Gráfico 2.10 - Variação do Emprego Formal na Indústria  
1995-2005 – Rio de Janeiro

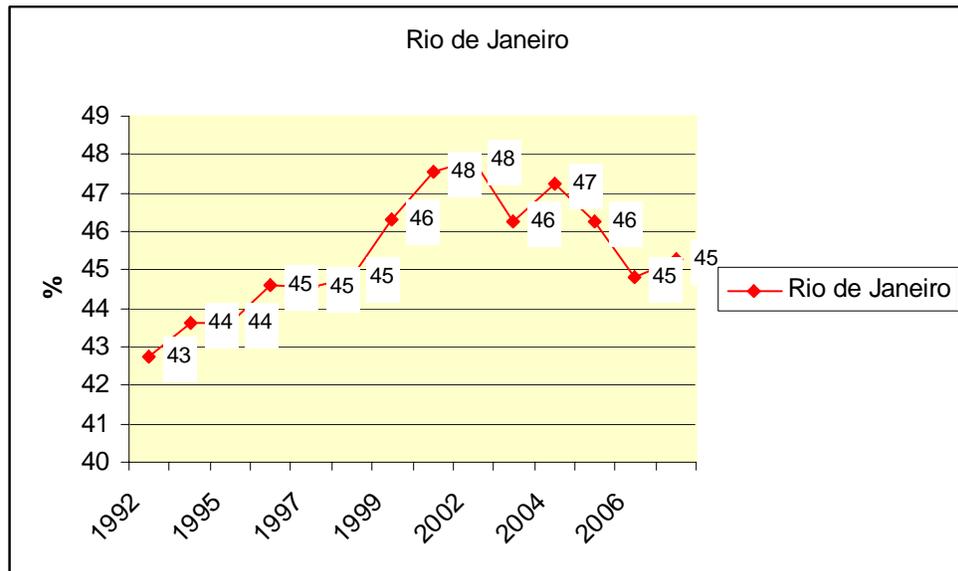


Fonte: Elaboração própria. MTE/ Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 1995, 1999 e 2005.

Contrastando a RMRJ com o interior, verifica-se a dicotomia dessas áreas e a despolarização argumentada neste capítulo.

O caso fluminense, em especial, apresentou uma intensidade da destruição de empregos formal na indústria de maneira bem expressiva, sobretudo durante o período do Plano Real. Empregos, como os do setor industrial, tradicionalmente considerados de maior qualificação foram encolhidos pós 1994<sup>41</sup>. Assim, nesse período, dentre outros fatores, pode se verificar: i) Uma contínua trajetória evolutiva do desemprego em níveis nacional e fluminense; ii) Um encolhimento do emprego da indústria, tanto na RMRJ como no interior; iii) Crescimento da informalidade nesse período (ver Gráfico 2.11); iv) Queda da participação dos setores de atividades econômicas no PIB (ver Gráfico 2.14);

<sup>41</sup> Considera-se, na verdade, o intervalo até 1999, em que ocorre mudança na política cambial.

Gráfico 2.11 – Grau de Informalidade<sup>42</sup> no Estado do Rio de Janeiro

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados IPEADATA - PNAD/IBGE

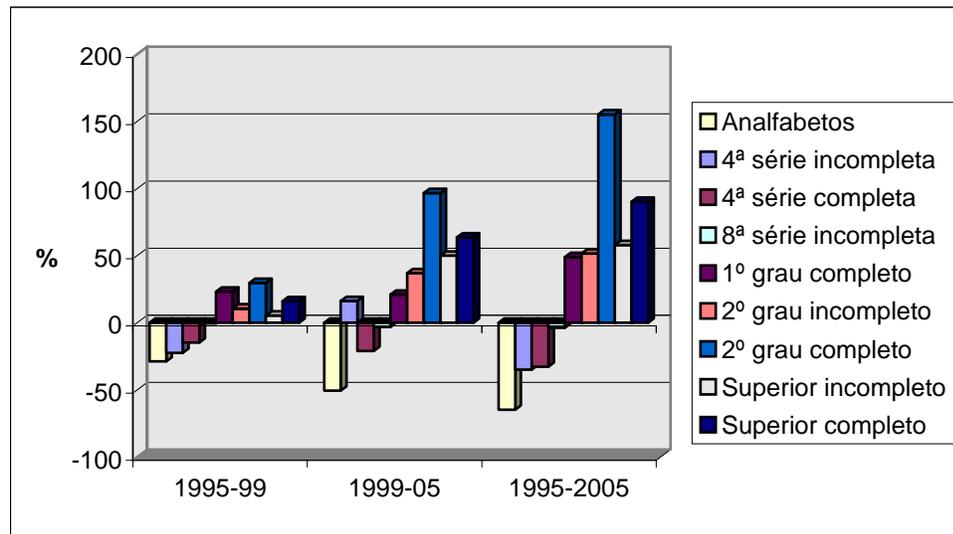
### 2.2.3 Escolaridade

No período marcado fortemente pelas privatizações das empresas públicas, abertura comercial, valorização cambial<sup>43</sup> e, principalmente, pelo crescimento do desemprego, houve uma participação bem pequena ao longo de todo período 1995-1999 dos empregados com formação educacional considerável. Nesse período, a maior parte dos trabalhadores em emprego formal possuía o ensino médio completo, ou, conforme mostra o Gráfico 2.13, o 2º Grau completo com 29,7%, juntamente àqueles com apenas o 1º grau completo ou ensino fundamental que registravam 23,1%.

<sup>42</sup> Metodologia do cálculo da PNAD: (empregado sem carteira +trabalhador por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhador por conta própria + empregadores).

<sup>43</sup> No Anexo desta dissertação, constam informações estatísticas acerca da trajetória do câmbio e da taxa básica de juros referentes ao período estudado.

Gráfico 2.12 - Variação do emprego formal – 1995-2005 – Escolaridade



Fonte: Elaboração própria MET/ Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 1995, 1999 e 2005

Os trabalhadores com curso superior completo representavam 16,1%, enquanto os analfabetos e os que não possuíam o 1º grau completo demonstravam queda de 25%, em média. No período posterior, os que detinham o ensino médio completo representaram uma evolução de quase 100%. Com 96,7% de crescimento entre 1999 e 2005, a evolução de emprego formal se destacou, sendo acompanhada de perto pelo percentual de empregados com curso superior incompleto e completo com 50,0% e 63,7% respectivamente.

É importante destacar, conforme será observado mais adiante, que o comércio e os serviços são as atividades que apresentaram crescimento entre 1995 e 1999, conforme mostra o Gráfico 2.13, assim como continuou em ritmo contínuo de crescimento nos períodos seguintes, demonstrando uma evolução homogênea.

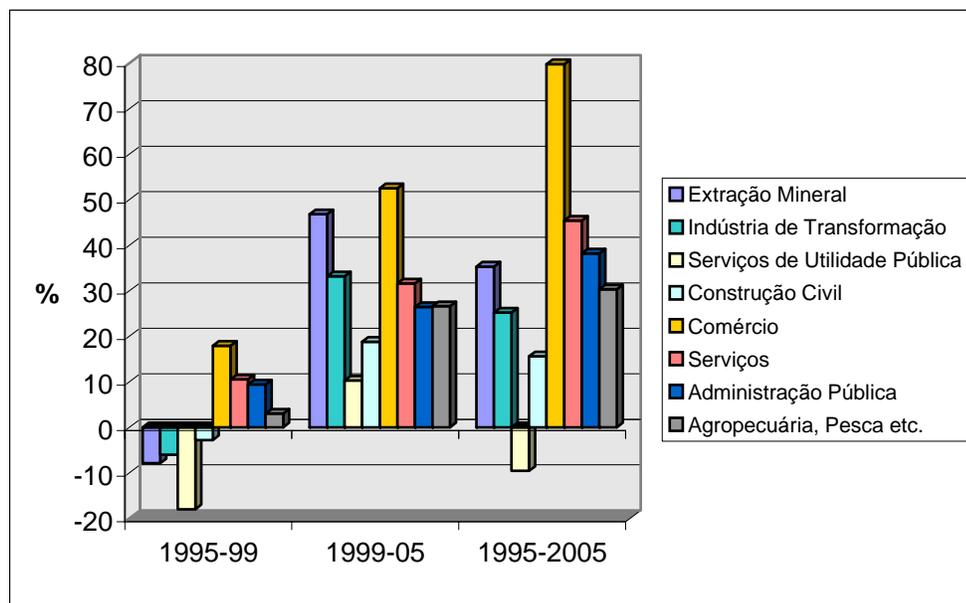
Fenômeno distinto aconteceu com a indústria e a administração pública. Esses setores apresentaram uma trajetória, a qual se classificou no início deste capítulo como heterogênea, diferente do comércio e dos serviços, pois foi a partir do segundo momento - 1999-2005 - que a indústria e administração pública começaram a demonstrar algum crescimento expressivo, assim como a extração mineral.

Portanto, pode-se concluir que a mão de obra qualificada encontrou certa inserção no mercado com a retomada do emprego na indústria e administração pública. Porém, esta poderia ser uma conclusão de certa forma simplista, pois como será pauta de discussão no próximo

capítulo, a informalidade cresceu também. E, nesse contexto, há trabalhadores com boa qualificação e escolaridade. Ou seja, diante da possibilidade de melhores salários, parte de uma mão-de-obra especializada poderia deslocar-se para a o setor informal. Assim, outro fator será determinante para ajudar a entender o comportamento do emprego: o rendimento. O capítulo 3 se ocupará em discutir esse fator, fazendo referência teórica à discussão do primeiro capítulo sobre segmentação e alternativa de trabalho.

### 2.3 Variação do emprego formal pelos setores de atividade

Gráfico 2.13 - Variação do Emprego Formal – setores de atividades  
1995-2005 –Brasil



Fonte: Elaboração própria MET/ Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 1995, 1999 e 2005

O Gráfico 2.13 assume os mesmos intervalos de análise para o recorte metropolitano e não metropolitano. Trata dos intervalos que, conforme foi proposto neste capítulo, dividem em dois períodos a evolução do emprego formal, considerando um intervalo de tempo caracterizado pela abertura comercial e a valorização cambial. Assim, num contexto geral nacional, observa-se a contração da extração mineral, da indústria de transformação e da construção civil, ao passo que

o comércio, serviços e administração pública registram números positivos em seu desempenho entre 1995 e 1999.

Para o período aqui compreendido como de recuperação dos postos de trabalhos protegidos, as atividades de extração mineral e de indústria de transformação obtiveram um salto em relação ao período anterior. Com isso, pode-se, de certa forma, admitir que a desvalorização do câmbio colaborou para maior competitividade das indústrias favorecendo uma recuperação para o período. De forma análoga, conclui-se que a valorização cambial diminuiu a competitividade da indústria e, então, só o setor serviços cresceu, assumindo o papel de “carro-chefe” do crescimento econômico. Conforme afirma Messenberg (2009), o processo de recuperação da indústria depende da desvalorização cambial, da queda dos juros e da expansão do crédito. Ademais, o autor ainda sugere aumento dos tributos para o setor serviços e redução para o setor industrial.

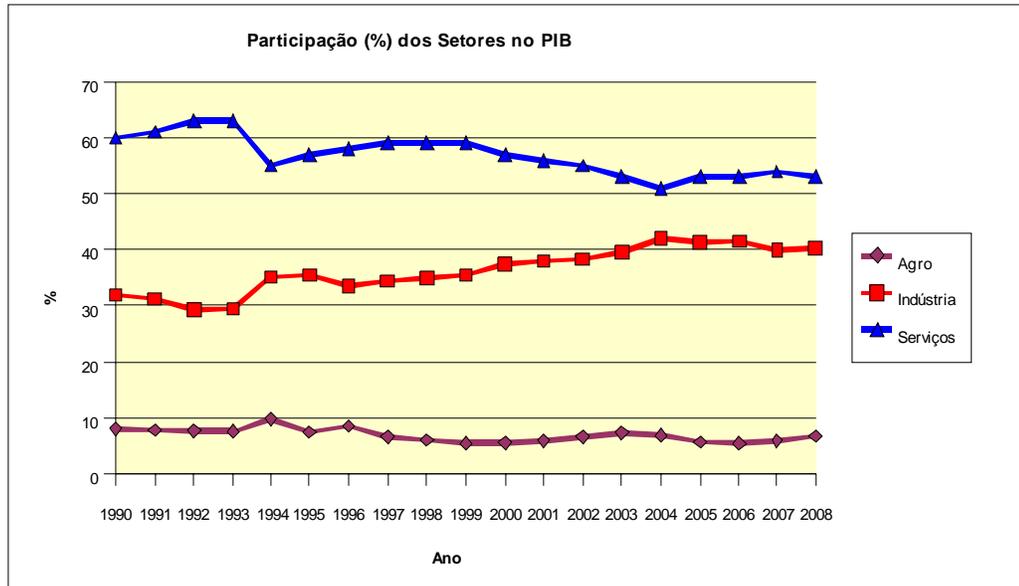
A despolarização do emprego bastante discutida aqui mostra a importância do período analisado para entender a distribuição espacial dos postos de trabalho formais. Para tanto, este capítulo privilegiou o setor industrial para descrever a realocação do emprego formal dentro do recorte metropolitano e não metropolitano. Com efeito, se utilizaram dados da RAIS - Ministério do Trabalho e Emprego que, através de gráficos, revelou um comportamento diferente do emprego formal nos períodos 1995/1999 e 1999/2005.

Este capítulo ainda deu ênfase ao recorte metropolitano, procurando contrastá-lo com o não metropolitano, no âmbito nacional e fluminense. Não obstante, foram considerados fatores preponderantes para justificar o argumento de esvaziamento do emprego formal metropolitano e presença da informalidade, como o índice de desemprego e grau de informalidade, escolaridade, gênero e idade dos trabalhadores.

A combinação dessas variáveis servirá de referência para discutir o setor informal na RMRJ a partir da década de 1990 através de informações estatísticas da PNAD e da PME.

## 2.4 Participação dos setores no PIB

Gráfico 2.14



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE.

O Gráfico 2.14 a partir do período de 1999 – classificado neste capítulo como “divisor de águas” – aponta algumas recuperações importantes, como a da própria indústria e administração pública. No entanto, em todos os períodos descritos, os segmentos do comércio e dos serviços registram sempre um comportamento contínuo e positivo. Portanto, estes setores serão pauta de análise no próximo capítulo, pois mantêm um peso substancial na composição do emprego formal. Ademais, o desemprego metropolitano encontrará nesses setores de atividades o seu “colchão amortecedor”. Assim, será bastante analisado o papel preponderante do setor serviços na composição do emprego e a forte presença da economia informal em sua formação, de natureza heterogênea.

O capítulo discutirá a economia e o emprego informal procurando observar: os conceitos acerca da informalidade, a política macroeconômica a partir dos anos 1990, a renda do

trabalhador, a questão da carga tributária e, principalmente, compreender a presença da informalidade na RMRJ nos últimos vinte anos.

### 3.O SETOR SERVIÇOS E A ECONOMIA INFORMAL

Este capítulo tem como objetivo descrever quais as motivações que determinam um número cada vez mais de trabalhadores em atividades informais. A hipótese fundamental reside em discutir a informalidade como um fenômeno pertencente à própria lógica de acumulação capitalista ou como opção viável em tempos de crise.

Para tanto, será discutido o papel preponderante do setor serviços na participação do emprego formal e seu elevado grau de informalidade no Brasil e no recorte metropolitano do Rio de Janeiro, sobretudo.

As análises estatísticas serão feitas a partir dos dados do Cadastro Geral de Emprego – CAGED – pertencente ao Ministério do Trabalho e Emprego, da Pesquisa de Amostragem a Domicílio – PNAD, da Pesquisa Mensal de Emprego – PME do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da Economia Informal Urbana - ECINF – IBGE.

Por fim, será feita uma análise com relação à persistência do trabalhador por conta própria na RMRJ, fazendo um comparativo de grau de ocupação e rendimento com os trabalhadores sem carteira, contextualizados em torno da problemática segmentação versus escolha.

#### 3.1 A crescente participação dos Serviços no Brasil

O papel exercido pelo setor serviços no Brasil, principalmente a partir da década de 1970, obedece a uma mesma trajetória evolutiva dos países desenvolvidos<sup>44</sup>. No tocante ao emprego assim como à renda, os Serviços, passaram a representar a partir desse período, em que pese o caso brasileiro, um fator positivo<sup>45</sup>. Face às mudanças da lógica capitalista de produção e

---

<sup>44</sup> Na realidade, a presença de um setor Serviços quantitativamente relevante, no que se refere à geração da renda e do emprego, pode estar associada tanto a uma economia de serviços moderna, própria a economias em estágios avançados de desenvolvimento, como pode ser resultante da presença de um setor serviço composto, em sua maior parte, de atividades tradicionais, portadoras de baixos níveis de produtividade e refúgio para mão-de-obra de baixa qualificação. Em outras palavras, um setor Serviços quantitativamente relevante não expressa, necessariamente, modernidade econômica. Tal circunstância poderia expressar, apenas, uma característica de padrões históricos de desenvolvimento econômico, como aqueles associados às economias periféricas. Derivam-se, dessa vertente teórica, conceitos tais como centro-periferia, dualismo e marginalidade econômica, onde a expansão do terciário aparece mais como vício que virtude, conforme argumenta Melo *et al.* (1998).

<sup>45</sup> É possível verificar que os serviços adquiriram uma importância crucial no emprego e nas transações econômicas gerais, seja como atividade principal, seja como atividade secundária. Atualmente, com o crescimento das análises estatísticas sobre o

emprego, sobretudo com a chamada revolução microeletrônica nos anos 1970, o setor serviços não deve estar associado necessariamente somente às atividades de baixa remuneração e consequente subemprego. Embora este argumento ganhe sentido quando, conforme já discutido nesta dissertação, assume-se que ele é caracterizado por sua heterogeneidade<sup>46</sup>, ou seja, que existem trabalhadores inseridos no setor nas mais diversas atividades e com vários graus de especialização, escolaridade etc., deve-se classificar o setor a fim de promover uma reflexão teórica acerca da sua participação no mercado de trabalho no Brasil. Afinal, se o cenário internacional cada vez mais sustenta a presença dos Serviços e o Brasil está inserido nessa trajetória, é no mínimo cauteloso que se faça uma classificação do setor.

Assim, o setor terciário serviços pode ser dividido e classificado<sup>47</sup> em:

- i) Serviços Produtivos: utilizados pelas empresas durante o processo produtivo. São atividades intermediárias por natureza (seguro, serviços bancários, serviços jurídicos, propaganda e publicidade, comunicação, corretagem);
- ii) Serviços Distributivos: depois de completado o processo produtivo, são as atividades de distribuição dos bens (transporte, comércio, armazenagem);
- iii) Serviços Sociais: atividades prestadas à coletividade (educação, saúde, lazer, administração pública);
- iv) Serviços Pessoais: atividades prestadas aos indivíduos (hotelaria, restaurantes/bares, cabeleireiros, domésticos).

De acordo com Melo *at al* (1998), as atividades dos Serviços no Brasil demonstram parcelas de grande expressão na geração de emprego e da renda, constituindo num fenômeno idêntico ao ocorrido nas economias desenvolvidas. Na verdade, a trajetória evolutiva da estrutura do emprego e do PIB pelos setores econômicos revela manifestações características de terciarização comuns. Em linhas gerais, é preciso separar o que se considera enquanto fator

---

PIB, ficou evidente o aumento da importância do setor Serviços na economia mundial: Griliches (1992) e Mohr (1992) afirmam que estes cresceram aproximadamente de 40% para cerca de 70%. Bell (1973) também afirma que até o final do século as atividades econômicas estarão dominadas pelo setor Serviços (MELO *et al* – 1998).

<sup>46</sup> Evidenciam a impossibilidade de se conferir tratamento homogêneo a serviços tão díspares como os serviços financeiros, jurídicos, de informática, comunicações, engenharia, auditoria, consultoria, propaganda e publicidade, seguro e corretagem, estes na vanguarda tecnológica, e seus aliados tradicionais, os serviços de transportes, comércio, armazenagem. A estes se juntam ainda os serviços oferecidos à sociedade pela administração pública, defesa/segurança nacional, saúde e educação e os serviços privados ofertados para o atendimento da demanda individual (MELO *et al* – 1998).

<sup>47</sup> Esta divisão foi feita com base em estudos de Browning e Singelman (1978). Estes propuseram uma classificação dos serviços em quatro grupos, identificados segundo a orientação da demanda.

positivo dos Serviços àquelas atividades do setor que são de baixa qualificação e produtividade. Dessa forma, a definição para o setor torna-se algo não muito simples ou mesmo imprecisa, uma vez que o setor abrange diversas atividades.

À luz da literatura econômica, os Serviços somente passaram a ser considerados, e de fato analisados, a partir dos anos 1930, mas sob o termo genérico Terciário<sup>48</sup>. Entretanto, como bem sustenta Melo *et al* (1998), “a substituição do termo Terciário por Serviços foi defendida por Clark (1950) porque esta nova nomenclatura anunciava uma crescente diversificação. Ele também reconhecia que algumas atividades se orientavam quase que exclusivamente para o consumo final, enquanto outras para o consumo intermediário; umas utilizam capital enquanto outras são intensivas em trabalho. É evidente que o próprio desenvolvimento econômico contribuiu para que surgissem teorias sobre a natureza e a evolução destas atividades”. Portanto, o setor serviços está cada vez mais alocado, de maneira consistente, na atividade produtiva capitalista moderna, sendo decisivo para atender a problemática do desemprego nos últimos decênios. Entretanto, isto não significa necessariamente modernidade, devido ao fato de que, em determinadas economias, esses empregos representem ainda formas tradicionais com baixa qualificação de mão-de-obra.

**O enfoque convencional da economia dos serviços associa, de uma maneira geral, o crescimento de sua taxa de participação na geração da renda e do emprego ao aumento da riqueza social. Em contrapartida, a reflexão teórica, que se preocupou com o fenômeno do subdesenvolvimento, chamou a atenção para o fato de que a presença de um setor Serviços quantitativamente relevante, em determinadas economias, não está, necessariamente, associada a etapas avançadas de desenvolvimento. Se for verdade que, tendencialmente, processos de desenvolvimento são acompanhados de um aumento da importância econômica dos serviços, por outro lado, países com diferentes níveis de desenvolvimento e distintos patamares de renda per capita podem ter participações dos serviços nos PIBs muito semelhantes. Brasil e Argentina, por exemplo, apresentam, atualmente, tais participações numa ordem muito próxima daquelas encontradas para o Japão e a Alemanha. Esta circunstância sugere que a taxa de participação dos serviços na geração da renda e do emprego não é, por si só, um bom indicador do grau de desenvolvimento alcançado por um país. Na realidade, a presença de um setor Serviços quantitativamente relevante, no que se refere à geração da renda e do emprego, pode estar associada tanto a uma economia de serviços moderna, própria a economias em estágios avançados de desenvolvimento, como pode ser resultante da presença de um setor serviços composto, em sua maior parte, de atividades tradicionais, portadoras de baixos níveis de produtividade e refúgio para mão-de-obra de baixa qualificação. Em outras palavras, um setor Serviços quantitativamente relevante não expressa, necessariamente, modernidade econômica”. (Melo *et al* – 1998)**

---

<sup>48</sup> Os principais autores foram Fisher (1933) e Clark (1940). O primeiro foi quem propôs uma classificação das atividades econômicas em primárias, secundárias e terciárias, identificando-as para cada caso concreto; para Fisher a característica do terciário é que produzem bens imateriais. Clark, em 1940, reafirma as idéias de Fisher quanto à divisão da produção econômica em três grandes setores. Em 1957, quando publicou a terceira edição de sua obra, originalmente de 1940, *The conditions of economic progress*, Clark introduz a expressão “Serviços”, porque a considerava muito mais adequada para expressar a grande variedade de atividades aí incluídas (Melo *et al* – 1998).

A modernização das relações de trabalho, sobretudo, a partir da década de noventa, revelou um importante ator produtivo e determinante de renda e emprego no mercado de trabalho: o turismo. No entanto, a proposta deste capítulo não é estudar o comportamento das atividades turísticas, mas torna-se importante observar a sua participação nas atividades que envolvem os Serviços, como hotelaria, bares, restaurantes, comércio etc.

Dentro de uma trajetória histórica, o crescimento do setor serviços está diretamente ligado à urbanização em diversos países no mundo. Segundo Echevarria (1970), durante o período que vai de 1945 até 1960, o crescimento urbano na América Latina não foi acompanhado por um avanço proporcional da moderna indústria.

Os serviços cresceram a uma velocidade maior que a indústria, o que acarretou uma considerável absorção de mão-de-obra do setor serviços nesse período.

**As cifras indicam que até 1950 as maiores percentagens de emprego em toda a população ocupada no setor se constituíam dos serviços comerciais e pessoais. Como já foi dito, parece que as “atividades comerciais” – como as definem os diversos censos latino-americano, que alcançam uma proporção mais elevada da população ativa urbana, incluíam um grande número de pequenos comerciantes e vendedores ambulantes, o que explicaria o nível médio das rendas no setor. (Echevarria, 1970:126)**

Segundo Echevarria (1970), nessa época, na área de serviços básicos, as maiores proporções encontravam-se em Comunicações e Transportes. Assim, em diversos casos, a força de trabalho empregada nos vários ramos de transporte foi superior às necessidades reais.

De acordo com a Tabela 3.1 verifica-se que entre 1985 e 1990 a presença no total de ocupados pelo setor serviços, cresceu significativamente, ou seja, avançou de 49,3% em 1985 para 54,4% em 1995. No entanto, embora os dados da tabela 3.4 demonstrem uma elevação no setor nesses dez anos analisados, é necessário observar que, entre 1990 e 1995, há um crescimento relativo muitíssimo inferior aos primeiros cinco anos considerados a partir de 1985. Entretanto, comparando os números citados (Brasil) com os números da RMRJ entre 1991 e 1996, a RMRJ revela uma evolução bem expressiva na participação do setor terciário na absorção de mão-de-obra. Os Serviços são responsáveis por boa parte do emprego formal nas regiões metropolitanas, principalmente no Rio de Janeiro. Como já discutido anteriormente, não se trata de um fenômeno novo. Na verdade, a década de 1990 (com toda a carga de reforma macroeconômica e urbanização característica) é um marco nessa evolução dos Serviços frente às oscilações do mercado de trabalho metropolitano e ao desemprego industrial.

Tabela 3.1 – Brasil – Participação do Setor Serviços na Ocupação Total

Ano	%
1985	49,3
1990	54,4
1995	54,5

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD/IBGE

Em períodos de crise (movimentos cíclicos da economia), a informalidade serve como equilíbrio de trabalho, absorvendo mão-de-obra expulsa do trabalho formal. A RMRJ, por exemplo, segundo a PME, no ano de 1998 cerca de 26,2% da sua PEA estavam trabalhando por conta própria. Dentre essas atividades incluíam-se motoristas de táxi, manicure, costureira, vendedor ambulante etc. De acordo com Treiger (1999), no Brasil a mão-de-obra informal já respondia por aproximadamente 50% da População Economicamente Ativa – PEA em junho de 1999. Ademais, através de dados divulgados pelo IBGE. Comparando-se o ano 1999 com o ano de 1997, o número de ocupados que sustentam uma condição de rendimento (formal ou informal), diminuiu na RMRJ. Num mesmo momento cresceu a mão-de-obra por conta própria, revelando no Rio de Janeiro a expansão de trabalhadores autônomos no nível de ocupação.

Diferentemente de outras regiões metropolitanas, o Rio de Janeiro reflete uma forte associação de informalidade em relação ao trabalho por conta própria. Isso pode caracterizar a vocação da RMRJ para com o trabalho autônomo. Na verdade, boa parte do trabalhador informal fluminense, segundo Treiger (1999), irá preferir o seu próprio negócio a manter alguma relação de trabalho em empresas que não proporcionam quaisquer garantia trabalhista. Para aquele trabalhador, isso é mais vantajoso.

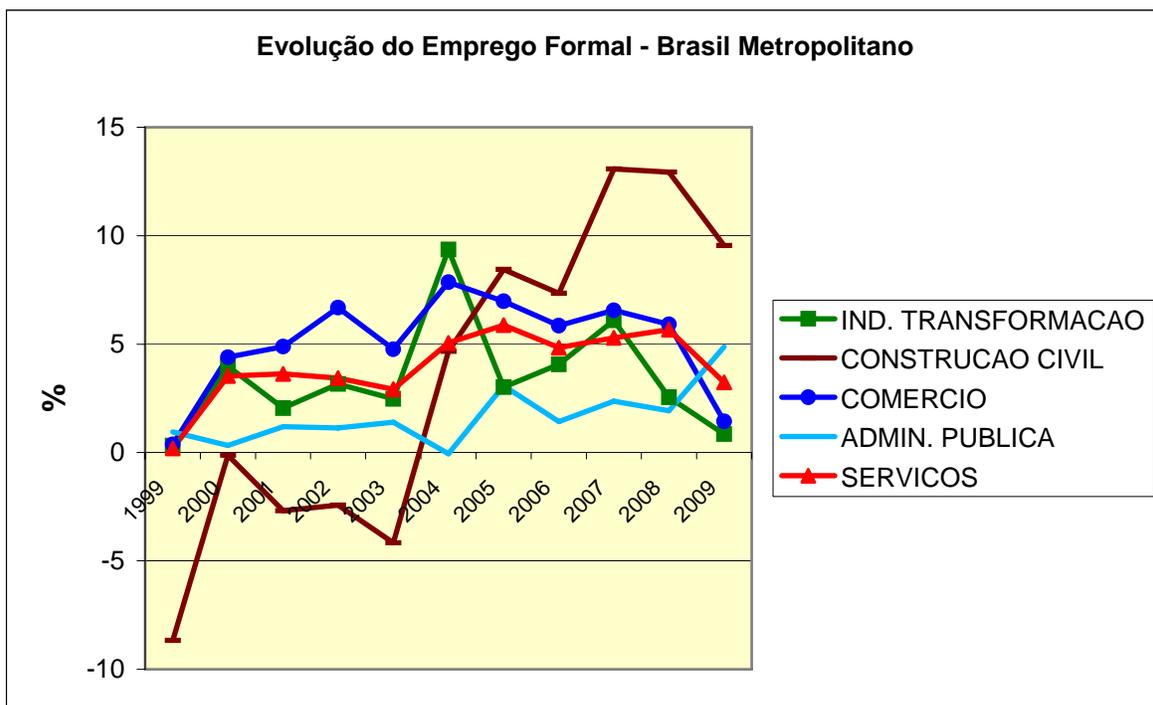
**Na indústria, este novo contingente de prestações de prestadores de serviços já se torna, também, expressivo. Organizados em cooperativas, os autônomos são hoje uma alternativa para a terceirização de serviços, possibilitando às empresas o direcionamento de recursos para sua atividade-fim.(Treiger 1999:9)**

### 3.1.2. Evolução do setor serviços no âmbito metropolitano – Rio de Janeiro e Brasil

Os Gráficos 3.1 e 3.2 revelam o peso de evolução percentual do emprego por setor para o Brasil e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro entre os anos de 1999 e 2007.

Fazendo uma comparação entre as tabelas 3.1 e 3.2 (CAGED – MTE)<sup>49</sup> nota-se que a evolução do comércio e dos serviços na RMRJ acompanha os números nacionais, no entanto, o peso percentual da indústria de transformação é extremamente inferior para a RMRJ, sendo quase o dobro para o Brasil em 2007. No entanto, não se deve descartar a evolução do emprego na atividade Extrativa Mineral, sobretudo em 2007, na qual, segundo os dados do CAGED, há um registro mais do que o dobro em relação ao percentual nacional. Em 2005, por exemplo, a RMRJ revelou um percentual bem abaixo do nacional para construção civil: 2,34% e 8,44% respectivamente.

Gráfico 3.1



Fonte: MTE-Cadastro Geral De Empregados E Desempregados-Lei 4923/65. OBS.: Dados de 2009 até setembro

Apesar da recuperação da indústria de transformação a partir do início dos anos 2000, o comércio e os serviços continuaram a apresentar crescimento. Entre 2004 e 2007 quando a

<sup>49</sup> Foram utilizados dados do CAGED para efeito de análise apenas dos trabalhadores celetistas, tratando-se portanto, de uma análise de conjuntura do mercado de trabalho formal.

indústria cai, os serviços e o comércio revelam uma evolução maior. Enquanto a indústria de transformação registra 4,37 p.p. em 2004, em 2005 esse valor cai para 2,27 p.p. de participação do emprego na RMRJ, enquanto que os serviços sobem de 3,34 p.p. para 4,02 p. p. nesse mesmo período. Isso demonstra a importância do setor na sustentação do emprego formal com carteira assinada na economia.

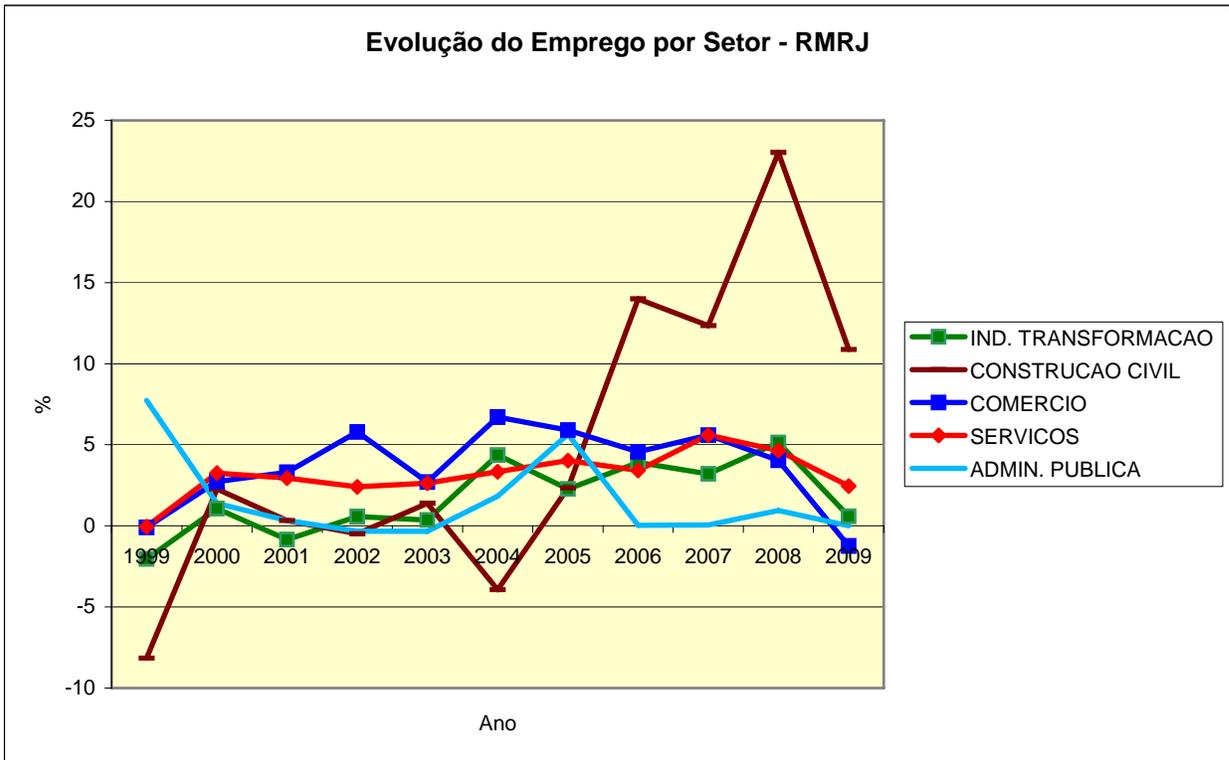
Conforme discutido no Capítulo 2, o período inaugurado a partir de 1999 mostra uma recuperação em relação ao período 1995-1999 nos níveis de emprego formal. Os dados do CAGED permitem uma análise na evolução apenas dos empregados com carteira assinada. A recuperação industrial do período, porém, teve o seu melhor momento no ano de 2004 com 9,36% de crescimento na RMBR. Nesse mesmo período, entretanto, observa-se a evolução contínua de empregos formais da construção civil. Esse segmento, na verdade, representa a atividade que se destaca na geração de emprego formal, sobretudo, entre 2005 e 2009. No entanto, assumindo a crise mundial de 2008, as RMs revelaram perdas de postos de trabalhos formais. A queda dessas atividades formais na indústria de transformação em 2008 se deve à crise internacional desse ano, conforme mostram os gráficos 3.1 e 3.2 para as RMBR e RMRJ.

Em linhas gerais, o comportamento revelado pelos dados do CAGED para a evolução do emprego no Brasil Metropolitano e RMRJ (Gráficos 3.1 e 3.2) sustenta o argumento construído no Capítulo 2 de que a partir de 1999 há uma recuperação nos níveis de crescimento dos postos de trabalhos formais. Entretanto, o intervalo 2004 - 2005 mostra um decréscimo para a indústria de transformação<sup>50</sup> e um relativo aumento para os Serviços. Na verdade, uma substancial perda irá ocorrer por conta da crise internacional a partir de outubro de 2008. Não obstante, no entanto, as atividades relacionadas aos Serviços mantêm relativa participação no mercado de trabalho.

---

<sup>50</sup> A Construção Civil naquele período cresce de maneira contínua, se destacando na geração de empregos formais.

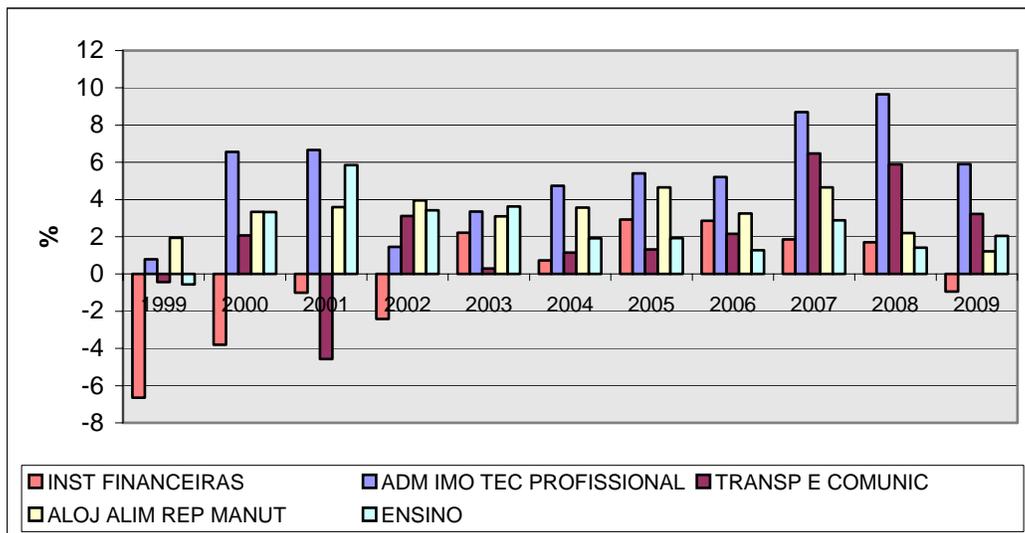
Gráfico 3.2



Fonte: MTE-Cadastro Geral De Empregados e Desempregados-Lei 4923/65. OBS.: Dados de 2009: acumulado até setembro deste ano.

3.1.3 Subsetores dos Serviços

Gráfico 3.3 Subsetores dos Serviços - RMRJ



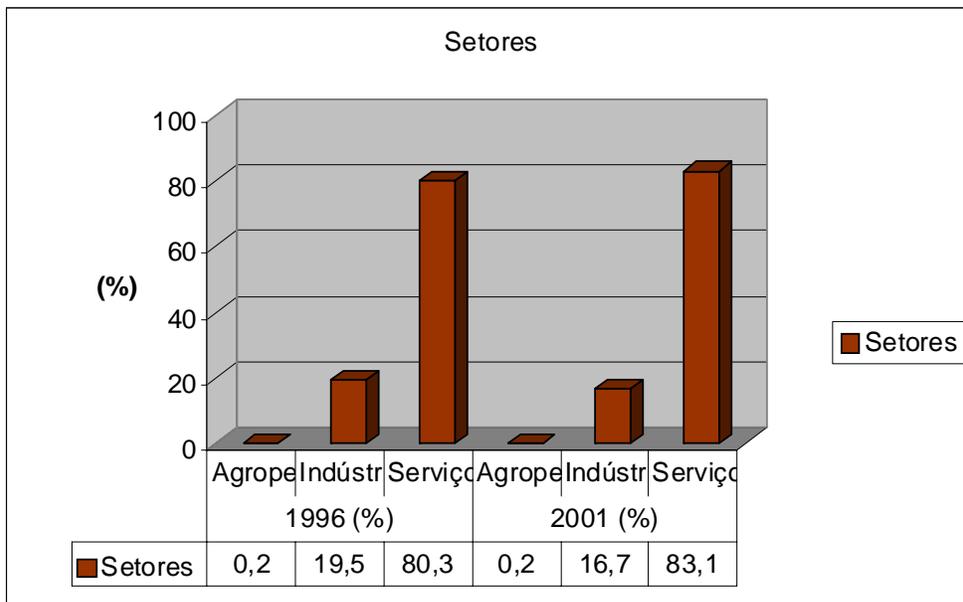
Fonte: MTE-Cadastro Geral De Empregados e Desempregados-Lei 4923/65. OBS.: Dados de 2009 até setembro

### 3.1.4 A participação dos assalariados e o setor serviços

A participação do pessoal assalariado - de acordo com os setores da economia para o Rio de Janeiro – revela que o setor serviços tem um peso considerável em relação aos demais setores, ou seja, ao levar em consideração todas as atividades econômicas, e não somente o setor industrial, conforme afirma Freire *et al* (2006).

Através do Gráfico 3.5 nota-se uma presença crescente do setor serviços na economia fluminense entre 1996/2001 em detrimento da indústria, uma vez que a participação para a justificativa supracitada da agropecuária permanece constante. Verifica-se um crescimento de 80,3% para 83,1% do pessoal assalariado empregado no setor serviços. Nesse mesmo período, a participação do emprego industrial sofreu uma redução passando de 19,5% para 16,7%. Isso, segundo Freire *et al* (2006), demonstra o aumento da importância do setor de serviços na Economia Fluminense nas últimas décadas.

Gráfico 3.4 - Participação do pessoal assalariado segundo os setores da economia



Fonte: IBGE/Cadastro Central de Empresas

Através dos dados da Relação Anual de Indicadores Sociais (RAIS), Melo e Marques (2005) buscam demonstrar “a heterogeneidade e a prevalência do lado perverso dos serviços no

que diz respeito aos direitos trabalhistas e à remuneração” (ver tabela 3.6). No entanto, tais dados se ocupam apenas do recorte formal: ocupações com carteira assinada para o período entre 1996 e 2000.

Os três indicadores considerados nesse estudo: emprego, remuneração média e escolaridade média para o estado, a região e o país, são utilizados para analisar o setor serviços na região fluminense.

### **3.2 O setor serviços e a informalidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro**

O setor serviços registra uma participação de informalidade expressiva, principalmente na RMRJ. Considerado o *colchão amortecedor* do desemprego industrial nos últimos vinte anos aproximadamente, o setor serviços exerce uma participação expressiva na RMRJ. Embora esse seja o setor que ajuda a compor – com peso – a criação de empregos formais, seu grau de informalidade é alto.

Segundo estudo de Melo *et al* (1998) “a proporção da mão-de-obra contratada com carteira de trabalho nos serviços é extremamente reduzida, mal chegando a 25%, taxa de participação só superior à agropecuária. Há, no entanto, uma elevada proporção de trabalhadores por conta própria e sem carteira, sugerindo um alto grau de informalidade das relações de trabalho no setor”.

#### **3.2.1 A heterogeneidade do setor informal**

A informalidade, conforme já discutido, é resultado do processo de crescimento das atividades modernas e estas abrangem mais oferta que demanda de trabalho, como exemplo, a falta de oportunidades na área rural e a chamada *revolução microeletrônica* com a incorporação de progresso técnico nas atividades modernas.

***“Autores como Machado da Silva e Chainelli (1997) chamam a atenção para a heterogeneidade do informal e para a reduzida proporção representada por aqueles segmentos médios***

***no conjunto de trabalhadores informais. Discutem, ainda, a partir do confronto entre emprego regular e ocupação por conta própria, questões como qualidade dos postos de trabalho, proteções sociais e nível de rendimentos e concluem que, mesmo no que diz respeito às camadas médias, as mudanças nas chances de trabalho parece indicar, para a maioria, empobrecimento e perda de segurança”. Oliveira (2004)***

Uma das principais características da informalidade é sua heterogeneidade de atividades de trabalho. Com efeito, além dos trabalhadores sem carteira de trabalho e/ou vínculo formal, a economia informal compreende a mão-de-obra autônoma (ou trabalhador por conta própria) e ainda pequenos empregadores. Estes possuem uma diversidade de atividades de trabalho: músicos, costureiras, sapateiros, mecânicos, cabeleireiros, professores particulares etc. A RMRJ exemplifica bem esse fenômeno da informalidade. O gráfico 3.4 permite observar o grau de participação e evolução do trabalhador por conta própria no recorte metropolitano do Rio de Janeiro.

***“O setor informal concentra os ocupados que em geral não exercem sua atividade nas empresas organizadas e constitui o resultado visível do excedente relativo de força de trabalho. Neste setor inclui-se a maior parte dos trabalhadores por conta própria, o serviço doméstico e os ocupados (patrões ou empregados) em empresas pequenas, não organizadas formalmente”. (Souza, 1980)***

O estudo realizado sobre a economia informal desenvolvido pelo IBGE mostra uma leitura sobre a informalidade urbana. A Economia Informal Urbana - ECINF - realizada para os anos 1997 e 2003 tem por finalidade a obtenção de informações visando compreender o comportamento do setor informal na economia.<sup>51</sup>

Conforme discutido no capítulo 1, o setor informal é definido, baseado na 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, promovida em 1993 pela OIT, pela ótica das unidades produtivas econômicas, ou seja, não se trata do trabalhador informal ou da ocupação exercida por ele. Inclui-se no setor informal “aquelas unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta

---

<sup>51</sup> Os principais objetivos da pesquisa são identificar as atividades econômicas em unidades produtivas, que deixam de ser captadas ou o são apenas parcialmente pelas demais fontes de estatísticas disponíveis; dimensionar o peso real destas atividades em termos de geração de oportunidades de trabalho e rendimento; e ampliar a base de informações necessárias para o Sistema de Contas Nacionais, segundo ECINF/IBGE.

própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam eles a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias<sup>52</sup>”.

Partindo desse pressuposto, procura-se demonstrar a forte presença dos trabalhadores por conta própria no setor informal como fator marcante ao longo de todo período considerado na pesquisa ECINF. Na verdade, essa pesquisa serve de referência para uma análise mais ampla em relação ao comportamento desse setor, uma vez que um dos propósitos básicos desta dissertação é construir um entendimento para a expressiva presença de trabalhadores por conta própria na esfera metropolitana brasileira.

Num esforço comparativo, serão analisados os comportamentos dos informais “conta própria” e “sem carteira”, sobretudo na RMRJ, no que concerne à presença na ocupação e ao rendimento, no fim deste capítulo.

Para tanto, porém, busca-se caracterizar o setor informal, através das informações da ECINF, para mostrar a participação expressiva do “conta própria” no setor informal e, mais adiante, comparando com os trabalhadores sem carteira.

### 3.2.2 O que caracteriza as empresas do setor informal

A participação dos trabalhadores por conta própria é bem expressiva no setor informal. Segundo os dados da ECINF, em 2003 esse contingente de mão-de-obra autônoma respondia por cerca de 88% das empresas daquele setor contra apenas 12% de pequenos empregadores, registrando um relativo aumento dos trabalhadores por conta própria quando comparado com a pesquisa para 1997. Naquele ano, o estudo da ECINF mostrou que os trabalhadores por conta própria eram 86% do total das empresas, enquanto que os pequenos empregadores, 14%. Basicamente, portanto, as empresas do setor informal estão caracterizadas por ser de trabalhadores conta própria, em sua maioria. Desses números, segundo a ECINF (2003), a atividade que mais concentrava essas empresas era comércio e reparação (33%) contra 16% da indústria de transformação e extrativas e 17% da construção civil. Ou seja, 1/3 dessas ocupações está no comércio. Ainda segundo a pesquisa, a maior parte do “conta própria” não possui uma sociedade, sendo composta por apenas um trabalhador.

---

<sup>52</sup> Estão excluídas da pesquisa atividades não agrícolas desenvolvidas por moradores de domicílios rurais e a “população de rua”. Os trabalhadores não fazem parte da análise desse estudo, embora estejam no setor informal “por considerar-se que as informações relevantes para esta categoria são exaustivamente pesquisadas, a cada não pela PNAD”. Mais informações ver ECINF/IBGE – 1997/2003.

A tabela 3.2 mostra a presença entre 1997 e 2003 desses trabalhadores no setor informal.

Tabela 3.2 Participação das empresas no setor informal

Setor Informal	1997	2003
Conta própria	86%	88%
Empregadores	14%	12%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da ECINF/1997-2003/IBGE

A Tabela 3.3 revela os resultados para o Brasil metropolitano no setor informal. Entre as pessoas ocupadas estão trabalhadores por conta própria, pequenos empregadores, empregados com e sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores não remunerados.

Tabela 3.3: – Número de empresas não agrícolas com até cinco empregados e de empresas do setor informal e número de pessoas ocupadas em empresas do setor informal – Brasil

	1997	2003	%
Número de empresas Total	9.580.840	10.525.954	9,9
Empresas do Setor Informal	9.477.973	10.335.962	9,1
Pessoas Ocupadas Empresa do Setor Informal	12.870.421	13.860.868	7,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de trabalho e rendimento, Pesquisa Economia Informal Urbana. Outubro de cada ano pesquisado.

Considera-se o conteúdo teórico conforme discutido na seção 1.5 no esforço de compreender o comportamento da economia e do emprego informal. Em que pese, Segmentação e Teoria da Escolha, o trabalhador conta própria enquadra-se nos moldes nesse último. Na esteira da classificação de Cacciamali (2007), observa-se de fato que os trabalhadores por conta própria representam uma ocupação informal composta por maior parte de pessoas adultas. Em diversas situações reside o fato de já serem, em muitos casos, oriundos do próprio setor formal, conforme

afirma Cacciagli (2007)<sup>53</sup>. Ou seja, há excedente de mão-de-obra, e este é responsável por boa parte do setor informal.

No universo de ocupados sem carteira, entretanto, evidencia-se uma camada mais juvenil por diversas motivações, como a pouca experiência na profissão e os estágios, por exemplo. Nesse contexto, no entanto e, conforme também já discutido na seção 1.5, “a probabilidade de obtenção de emprego e perspectiva de ganhos ao longo da vida profissional de um estudante de nível universitário incompleto que trabalha na condição de estagiário numa grande empresa é muito diferente da amplitude de oportunidades e da expectativa profissional do empregado que trabalha em pequeno estabelecimento comercial ou no ramo de prestação de serviços”. Trata-se, portanto, de uma classificação dentro do enfoque de segmentação.

Dessa maneira, a RMRJ assume um perfil de conta própria cuja obtenção da renda, não é essencialmente a mesma entre sem carteira e conta própria. A renda do trabalhador sem carteira pode depender de sua produtividade ou de uma interferência de sindicatos etc. Já o trabalhador por conta própria depende da característica do seu negócio e da renda dos seus clientes.

De acordo com dados do IBGE mais de 20% dos trabalhadores argumentam a restrição ao mercado formal como fator substancial para a inserção na economia informal. Tal fato deve ser considerado um argumento contrário ao paradigma de exclusão, ou seja, a entrada no mercado informal advém da falta de oportunidade no setor formal. Dentre os diversos fatores que impulsionam a mão-de-obra fluminense para a economia informal, vale então destacar a melhoria de rendimentos. Para melhor compreensão será analisado, mais adiante, o nível de rendimento entre os empregados com carteira, sem carteira e os trabalhadores conta própria na RMRJ. O propósito é entender porque a RMRJ mantém o conta própria como a principal ocupação informal. Na região metropolitana de São Paulo, por exemplo, isto não ocorre. Outrossim, a RMRJ tem uma participação acima da média das principais regiões metropolitanas, segundo a PME.

No entanto, ainda assumindo as informações da ECINF, serão descritos o perfil dos trabalhadores do setor informal e quais os motivos que levam essas pessoas a escolherem esse setor.

---

<sup>53</sup> Um bom exemplo pode ser o conhecido Plano de Demissão Voluntária – PDV – fomentado na era do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Em muitos casos isto pode ter levado muitos trabalhadores a escolherem uma ocupação por conta própria no setor informal

..., na região mais desenvolvida uma fração de todas as ocupações no setor informal proporciona melhores condições de remuneração, traduzindo a existência de espaços mais amplos para atividade informal. Assim, a participação conjunta de Contas Próprias ganhando mais que três salários mínimos no total da ocupação do setor informais é de 34% no Sudeste e somente 18% no Nordeste". (Dedecca e Baltar, 1997:80).

### 3.2.3 Motivações que levam a iniciar o próprio negócio

A Tabela 3.4 faz um recorte de gênero, permitindo identificar, além das motivações que levam as pessoas ao setor informal, se é o homem ou a mulher que busca essa atividade.

Tabela 3.4 – Proprietários de empresas do setor informal, por gênero, segundo o motivo que os levou a iniciar o negócio - 1997

Motivo	%	Homens	%	Mulheres	%	Total
Não encontrou emprego	17,15	174.318	5,13	52.128	22,28	226.446
Oportunidade de fazer sociedade	1,29	13.120	1,13	11.454	2,42	24.573
Horário flexível	1,25	12.746	2,23	22.695	3,49	35.441
Independência	17,07	173.492	5,17	52.497	22,23	225.989
Tradição familiar	4,57	46.408	1,50	15.258	6,07	61.667
Complementação de renda	8,67	88.145	13,61	138.344	22,28	226.489
Existência na área	6,19	62.905	1,12	11.372	7,31	74.276
Negócio promissor	5,17	52.521	1,90	19.265	7,06	71.786
Era um trabalho secundário	3,11	31.619	0,78	7.951	3,89	39.571
Outro motivo	1,82	18.519	1,14	11.627	2,97	30.146
Total	66,29	673.793	33,71	342.591	100,00	1.016.384

Fonte: Elaboração própria. Economia Informal 1997, IBGE.

Tabela 3.5 - Proprietários de empresas do setor informal, por gênero, segundo o motivo que os levou a iniciar o negócio - 2003

Motivo	%	Homens	%	Mulheres	%	Total
Não encontrou emprego	22,43	150.149	7,36	49.278	29,79	199.427
Oportunidade de fazer sociedade	0,90	6.004	0,50	3.361	1,40	9.365
Horário flexível	1,46	9.767	1,98	13.274	3,44	23.041
Independência	14,64	97.994	5,32	35.612	19,96	133.606
Tradição familiar	6,63	44.375	1,43	9.578	8,06	53.953
Complementação de renda	6,14	41.127	11,04	73.930	17,19	115.057
Experiência na área	6,72	44.973	0,88	5.874	7,60	50.847
Negócio promissor	4,55	30.494	1,05	7.014	5,60	37.508
Era um trabalho secundário	1,71	11.450	0,65	4.381	2,36	15.831
Outro motivo	2,03	13.581	2,58	17.257	4,61	30.838
Total	67,20	449.914	3,28	219.559	100,00	669.473

Fonte: Elaboração própria. Economia Informal 2003, IBGE.

As tabelas 3.4 e 3.5 fazem uma distinção por gênero e informa os motivos que levaram aquele trabalhador a iniciar o negócio próprio.

Assim, assumindo o ano estudado – 1997, do total de 226.446 dessa mão-de-obra informal, mais da metade é composta por homens que não encontraram um emprego. Nesta mesma análise, observa-se que no ano de 2003 a presença masculina é também bem expressiva, verificando que praticamente não houve alteração em relação aos que procuraram montar um negócio próprio partindo do argumento de não ter encontrado emprego. Há um crescimento entre o ano de 1997 e 2003, no entanto. Dos homens que montaram um negócio próprio, 22,43% foram resultado por não ter encontrado emprego enquanto em 1997 esse número era 17,15%. Por outro lado, além de também terem crescido percentualmente o número de trabalhadores por conta própria que não encontrou emprego, as mulheres mantiveram um peso maior na variável ‘complementação da renda’. Na obstante, a comparação entre 1997 e 2003, em termos relativos, indica que esse segmento informal tornou-se uma atividade principal, uma vez que houve uma queda substancial dos números tanto para os homens quanto para as mulheres. A participação em

1997 para os que procuravam complementar a renda é de 8,7% para os homens e de 13,6% em relação ao total pesquisado. Já em 2003, ambos os sexos diminuíram a presença nessa motivação: 6,1% para os homens e 11% aproximadamente para as mulheres. Ademais, a comparação dos dados, em que pese “era um trabalho secundário”, aponta uma diminuição para ambos. Vejamos: em 1997 cerca de 3,11% dos homens pesquisados na RMRJ buscavam essa atividade informal enquanto um trabalho secundário, ao mesmo tempo em que 0,78%, para mulheres. Em 2003, 1,7% era de homens e 0,7% mulheres. Embora sejam valores pequenos, a diminuição é considerável. Isto implica em afirmar que esse tipo de motivo tende a não ser uma situação secundária.

### 3.2.4 Perfil dos trabalhadores do setor informal

Tabela 3.6 Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por posição na ocupação, segundo o sexo e o nível de instrução RM Rio de Janeiro - 1997

Sexo e nível de instrução	Total	Conta Empregado		C/ S/ Carteira		Não remunerado
		própria %	r %	Carteira %	Carteira %	
Total	916.179	74,80	9,38	6,32	7,66	1,84
Sexo						
Homens	607.444	65,66	76,16	63,87	72,82	23,48
Mulheres	308.735	34,34	23,84	36,13	27,18	76,52
Sem declaração	-					
Nível de instrução						
Sem instrução ou menos de um ano de estudo	55.597	4,88	2,78	8,80	19,40	6,36
Primeiro grau incompleto	379.363	44,21	26,86	31,36	38,96	46,21
Primeiro grau completo	139.860	14,81	9,89	19,84	18,63	31,31
Segundo grau incompleto	57.183	6,68	4,89	9,48	1,67	3,06
Segundo grau completo	156.998	15,69	23,53	24,57	19,07	9,93
Superior incompleto	33.307	3,47	5,76	5,95	1,60	-
Superior completo	93.871	10,26	26,27	-	0,67	3,12
Sem declaração	-					

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento. Economia Informal Urbana 1997.

A tabela 3.6 apresenta indicadores para as pessoas ocupadas em empresas do setor informal por posição na ocupação de acordo com o gênero e escolaridade<sup>54</sup>. Os perfis de escolaridade, assim como gêneros, se diferenciam entre as diversas situações de ocupação.

Os trabalhadores por conta própria representam a grande maioria. São 74,8% de autônomos, sendo que os homens respondem por quase o dobro do número de mulheres: 65,7% contra 34,3% aproximadamente. Tal comportamento praticamente não se altera no ano de 2003, conforme a tabela 3.7.

Ainda de acordo com a tabela 3.6, no ano de 1997 a RMRJ exibia um perfil de mão-de-obra por conta própria que se caracterizava basicamente por apresentar o primeiro grau incompleto – 44,2%, reforçando o argumento da precarização da atividade informal. No entanto, também se verifica a heterogeneidade desse segmento se assumir que, desse universo de trabalhadores, 15,7%, possuíam o segundo grau completo e 10,3% um curso superior. Comparando-se com 2003, o grau de escolaridade obedece a um comportamento similar ao de 1997, ou seja, não houve, em que pese trabalhadores por conta própria, uma mudança significativa no perfil dessa mão-de-obra. São trabalhadores, em sua maioria, compostos por homens e com baixa escolaridade.

Já entre as pessoas que atuam nessas atividades com carteira assinada, a pesquisa revela que há uma inversão na participação por gênero. Enquanto em 1997 63,87% eram de homens, em 2003 esse percentual cai para 43,62% contra 56,38% de mulheres que antes, em 1997, representavam 36,13%. Este movimento inverso de ambos os sexos é acompanhado por um aumento da participação das mulheres na ocupação sem carteira: 27,18% em 1997 e 32,44% em 2003. Os homens diminuíram a participação sem carteira: 72,82% em 1997 e 67,56% em 2003.

---

<sup>54</sup>

O valor do total das tabelas 3.5 e 3.6 é o mesmo para gênero e grau de instrução.

Tabela 3.7

Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por posição na ocupação, segundo o sexo e o nível de instrução  
RM Rio de Janeiro - 2003

Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal								
Sexo e nível de instrução	Total	Conta Própria		Empregador	C/ Carteira		Não remunerado	Sem declaração
		%	%		%	%		
Total(1)	815.275		76,96	9,01	3,28	8,6	1,93	0,22
<b>Sexo</b>								
Homens	530.060	65,02	65,33	77,73	43,62	67,56	16,47	81,22
Mulheres	285.067	34,97	34,65	22,27	56,38	32,44	83,53	18,78
<b>Nível de instrução</b>								
S/ instrução ou menos de um ano de estudo	53.542	6,57	7,44	4,32	4,42	2,35	5,26	0
Ensino fundamental ou 1º grau incompleto	278.427	34,15	34,52	30,23	19,61	41,85	27,79	37,54
Ensino fundamental ou 1º grau completo	137.921	16,92	16,32	12,78	28,99	22,81	13,77	14,27
Ensino médio ou 2º grau incompleto	85.147	10,44	9,99	10,44	9,48	13,4	14,86	29,41
Ensino médio ou 2º grau completo	142.533	17,48	16,91	15,27	34	15,57	33,18	0
Superior incompleto	27.593	3,38	3,61	2,84	2,56	1,96	5,14	0
Superior completo	87.141	10,69	10,74	24,12	0,94	2,06	0	18,78

Fonte: Elaboração própria. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Emprego e Rendimento. Economia Informal Urbana. 2003

### 3.2.5 Qualificação e rendimento da atividade informal

Em seu estudo intitulado “Emprego, Salários e Pobreza”, Souza (1980) discute de que forma pode ocorrer a inserção do setor informal na economia. Para o autor, a existência da informalidade enquanto problemática se desenvolve a partir de situações em que determinado número de produtores, por exemplo, deve “apertar-se”, disputando as franjas do mercado que lhe são fixadas pelo sistema econômico. Logo, não é sua dimensão ocupacional (a qual é variável) que está orientado para o *setor informal*, mas sua dimensão econômica.

Contudo, não são em todas as atividades informais que tal facilidade de entrada de novos produtores acontece. Souza (1980) adverte a respeito da existência de barreiras pelo lado do

capital solicitado para a viabilidade da instalação de um negócio ou ditadas pela segmentação do mercado.

Explica, portanto, que baixa renda e informalidade não são sinônimos. Não se deve associar uma coisa necessariamente à outra.

**“Assim em boa parte do que se considera setor informal não só se dá essa facilidade, como tampouco a renda tende a ser variável de ajuste, como menos ainda pode-se associar setor informal a baixa renda”. (Souza, 1980:181).**

Entretanto, do mesmo modo que uma pessoa que vende *cachorro-quente* como uma maneira de fugir do desemprego e sem uma qualidade de serviço eficiente e higiênica, existe a condição de pessoas especializadas em determinados tipos de serviços de uma forma até tradicional (de mãe para filha), comprometendo a preferência do consumidor.

**Obviamente grande parte das pessoas prefere o pão de uma padaria de bairro entregue na porta de casa e cuja conta é apresentada no fim do mês; da mesma forma os consumidores preferem o peixe comprado diretamente de um pescador conhecido. O padeiro e o pescador podem ser também eficientes se aplicam às suas empresas alguns coeficientes de medição de produtividade de fatores, o que lhes significa também um padrão de vida bastante aceitável. Isto tudo, entretanto, pode deixar de ter qualquer significado se em dado momento a dinâmica do processo de crescimento e acumulação do núcleo capitalista da economia determina a necessidade da penetração de médias ou grandes empresas nesses setores. O pão passa a ser produzido dentro de um supermercado pertencente a uma grande cadeia, e alguma empresa de pesca compra o barco de pescador, assalariando-o. (Souza, 1980:182)**

Souza (1980) chama de “pobreza informal” os pequenos vendedores de serviços (engraxates, biscateiros etc.) e os que trabalham por conta própria, porém estão subordinados a uma empresa que os utilizam enquanto mão-de-obra barata e o próprio serviço doméstico.

Logo, com o crescente número de desempregados, cada vez maior é o contingente de pessoas que se voltam para esses tipos de trabalho que, conforme discutido no capítulo 1, caracterizam-se por apresentar baixíssima qualificação<sup>55</sup>. A entrada desses novos produtores é mais livre do que dos trabalhadores por conta própria, mas que são subordinados à renda média e à variável de ajuste entre um dado mercado e o número de pessoas que busca a sua sobrevivência nessa forma.

---

<sup>55</sup> Esta é uma referência ao que Souza classifica de “pobreza informal”, pois, conforme se discute e se considera nesta dissertação, a informalidade, por ser uma alternativa à falta de emprego, agrega também mão-de-obra qualificada.

No entanto, transferindo para a análise pós anos 1990, o perfil do trabalhador por conta própria ganha novos traços, uma vez que cresce o número de autônomos com mais escolaridade e qualificação. Neste sentido, tais trabalhadores optariam por uma atividade própria com possíveis retornos de maiores rendimentos ao invés de um emprego formal em alguma empresa, que remunerasse menos. Este pode ser o exemplo de alguns profissionais da área de informática.

Ainda segundo Souza (1980), um trabalhador em situação de desemprego, mas com um nível básico e, em certas ocasiões, específico de educação e que opte por um determinado tipo de atividade informal mais rentável, criará condições para investir em sua nova opção. Logo, poderá obter a qualidade do serviço, bem como se instruir, criando condições básicas que o manteria dentro da sociedade como um todo.

Por outro lado, um garoto, por exemplo, que vende latas de cerveja nos sinais de trânsito por todo o dia, terá uma trajetória diferente. Além de não obter um retorno monetário satisfatório, a sua força de trabalho é desqualificada e nem sempre encontrará tempo para o estudo. Este é um exemplo negativo de informalidade que constata a heterogeneidade do setor bem como demonstra a diversidade de motivos que levam as pessoas para a atividade informal.

### **3.3 O Rendimento e o Comportamento da Taxa de Ocupação Segundo Pesquisa IBGE 2009**

Uma das preocupações centrais desta dissertação é contribuir para o debate teórico acerca do fenômeno da informalidade. Para tanto, a seção 1.4 buscou discutir as diversas definições que permeiam o ambiente das atividades informais, seguindo às orientações da OIT. Portanto, como já foi enfatizado, o setor informal mede a informalidade do trabalho através do ambiente produtivo, da empresa. Já a economia informal, assume um conceito mais amplo em que representa a forma de inserção da mão de obra em empresas informais e formais, destacando-se o elevado grau de heterogeneidade que compõe a informalidade, conforme conclui Feijó (2009).

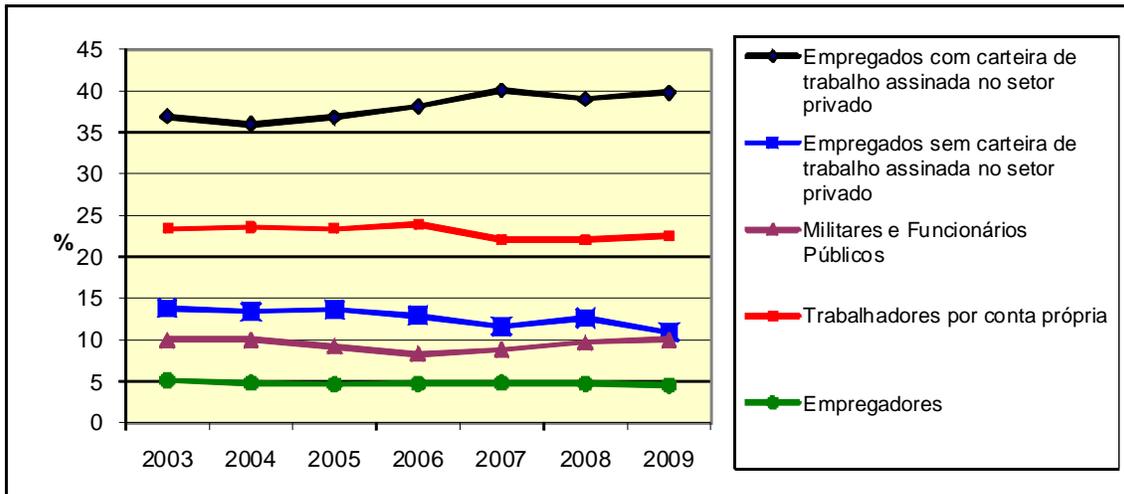
Dessa maneira, setor informal e emprego informal envolvem conceitos distintos. Enquanto a ECINF buscou, dentre outras coisas, delimitar o âmbito do setor informal a partir da unidade econômica, ou seja, a unidade de produção, e não o trabalhador ou a ocupação exercida por ele, a PME trata em analisar o mercado de trabalho dentro de uma proposta de conjuntura envolvendo a população ocupada e a população à procura de trabalho, tendo como objetivo revelar indicadores mensais sobre a força de trabalho que permitam avaliar as flutuações e a

tendência, a médio e longo prazos, no mercado de trabalho metropolitano. A PME abrange, dentre outras características do trabalho, a posição na ocupação, a categoria do emprego, o setor do emprego e o rendimento.

A proposta das seções a seguir é fazer uma análise geral da população ocupada na RMRJ, procurando mostrar, com destaque, uma maior participação dos trabalhadores por conta própria em relação aos sem carteira. Com efeito, assume-se os níveis médios de rendimento desses trabalhadores para engendrar o argumento acerca da expressiva participação do trabalhador por conta própria na RMRJ em detrimento ao emprego informal dos sem carteira.

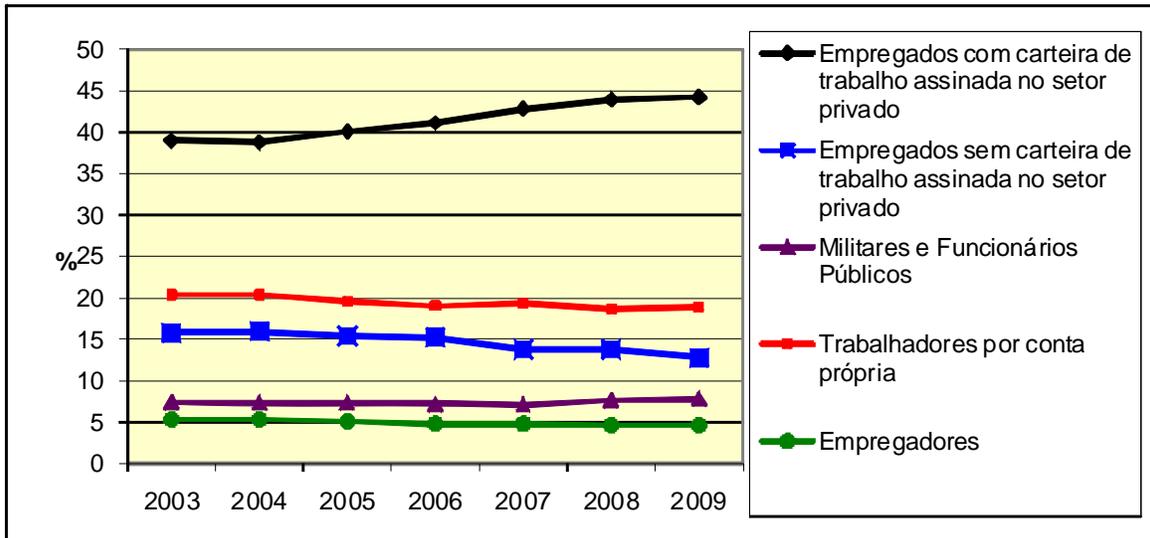
### 3.3.1 População ocupada por posição

Gráfico 3.5 - Indicadores de distribuição da população ocupada, RMRJ, segundo a posição na ocupação, para os meses de setembro, no período 2003 a 2009.



Fonte: Elaboração própria. PME/IBGE.

Gráfico 3.6 - Indicadores de distribuição da população ocupada, RMBR, segundo a posição na ocupação, para os meses de setembro, no período 2003 a 2009.



Fonte: Elaboração própria. PME/IBGE.

Os Gráficos 3.5 e 3.6 fazem uma análise dos indicadores referentes à população ocupada dentro do recorte metropolitano. A distribuição da população ocupada por posição na ocupação, permite identificar o comportamento da RMRJ em relação ao total das seis regiões metropolitanas do Brasil.

Assumindo o mês de setembro para todos os anos considerados, verifica-se que o comportamento na RMRJ é semelhante às seis principais RMBR. Evidencia-se de que em set/2003 há 23,4% de trabalhadores por conta própria na RMRJ chegando, em setembro de 2009 a 22,5%. Comportamento próximo somente das regiões metropolitanas de Recife e Salvador<sup>56</sup>. Nas demais regiões, no entanto, não ocorre essa tendência. Portanto, comparando a RMRJ com a média das demais RMs, a informalidade na RMRJ se caracteriza por possuir um trabalho por conta própria cada vez mais consistente.

Há um crescimento na participação de empregados com carteira para o total das regiões metropolitanas a partir de 2004. Entre 2008 e 2009, porém, há uma desaleração no ritmo de crescimento até então. Esse movimento pode ser bem compreendido observando-se o comportamento por setores.

O número de trabalhadores na RMRJ sem carteira assinada também segue a mesma trajetória de queda no setor privado da RMBR a partir de 2008. Uma explicação para esse fato pode ser obtida em decorrência da crise internacional a partir daquele ano, uma vez que as

<sup>56</sup>

Ver tabela em Anexo.

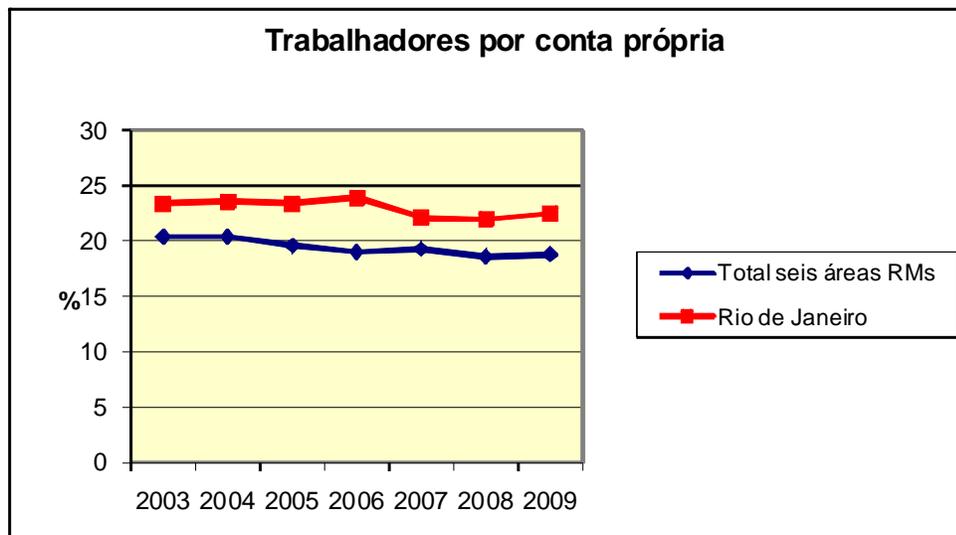
empresas tendem a demitir aquele trabalhador sem proteção, devido aos custos trabalhistas. Por outro lado, cresce o número de mão-de-obra autônoma. Enfatiza-se que os trabalhadores por conta própria na RMRJ mantêm um nível de ocupação acima da média das RMs.

### 3.3.2 Participação dos trabalhadores por conta própria e sem carteira – RMRJ e seis principais RMs

Enquanto o percentual de participação na ocupação de empregados sem carteira assinada na RMRJ está abaixo da média das seis principais RMs, o mesmo não se verifica para os trabalhadores por conta própria.

A RMRJ mostra uma magnitude da participação superior à média das demais regiões abordadas pela PME. Os gráficos 3.7 e 3.8 registram esse comportamento de conjuntura referente ao mercado de trabalho metropolitano no Rio de Janeiro em que há um peso de participação maior dos trabalhadores “conta própria”.

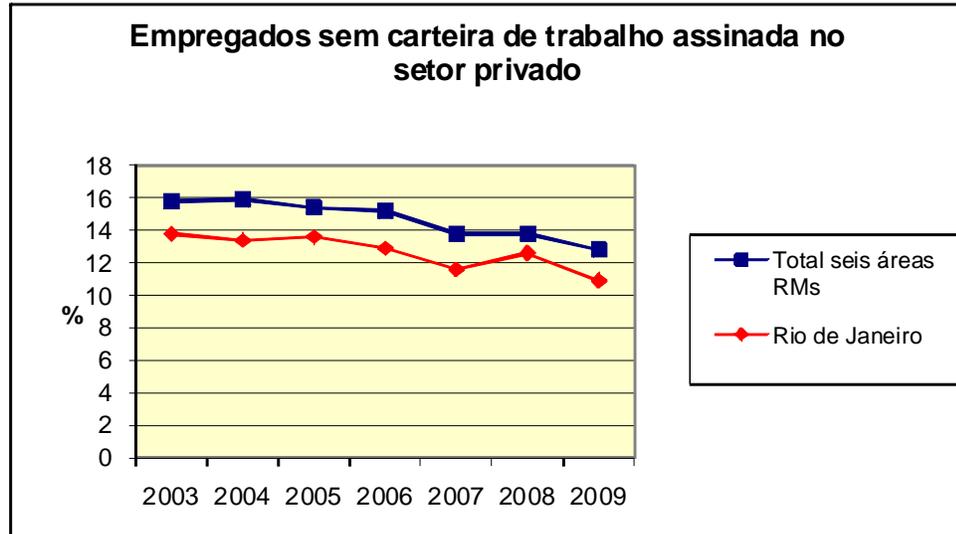
Gráfico 3.7



Fonte: Elaboração própria. PME/IBGE.

Através dos Gráficos 3.7 e 3.8, portanto observa-se a atividade informal autônoma mais representativa na RMRJ do que o trabalhador que atua sem carteira.

Gráfico 3.8

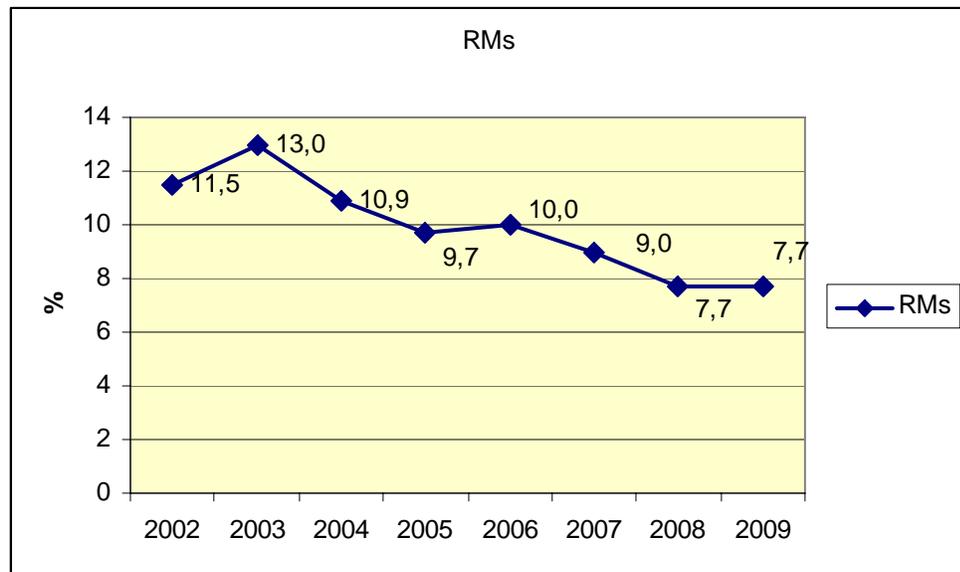


Fonte: Elaboração própria. PME/IBGE.

A taxa de desocupação metropolitana vem registrando queda, sobretudo a partir de 2006. Em contrapartida há aumento da renda média real no agregado metropolitano. No confronto com as demais RMs, a RMRJ supera a média do agregado somente a partir de 2007, conforme ilustra o Gráfico 3.10.

As comparações entre o rendimento médio habitualmente recebido do empregado com carteira assinada, do sem carteira e do conta própria, permite fazer – a seguir - algumas conclusões a respeito, com o auxílio dos gráficos elaborados em função dos dados extraídos da PME.

Gráfico 3.9  
Desocupação Metropolitana - PME



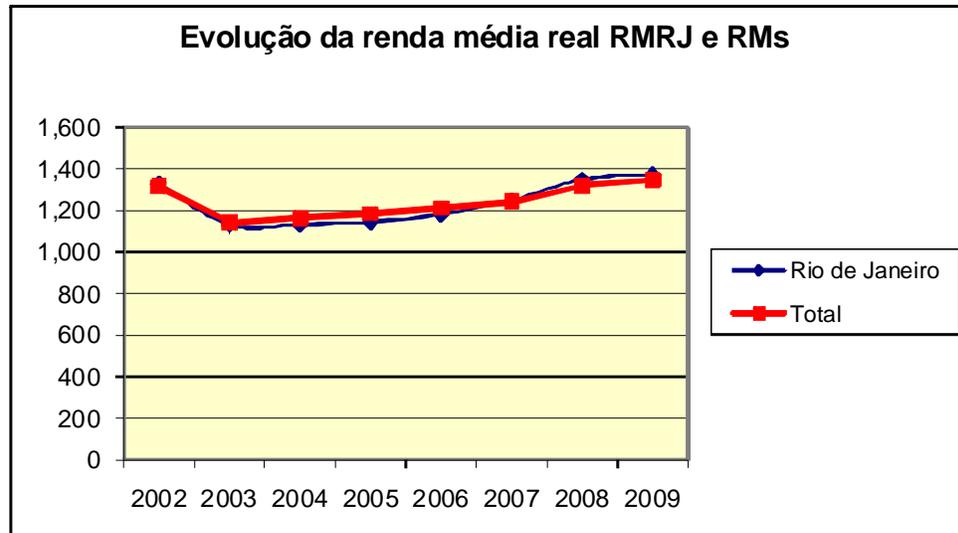
Fonte: Elaboração própria. PME/IBGE: Setembro.

### 3.4 Rendimentos

Na comparação anual, verifica-se alta do rendimento real habitualmente recebido para as categorias com carteira, conta própria e sem carteira.

### 3.4.1 Rendimento médio real habitual dos trabalhadores

Gráfico 3.10



Fonte: Elaboração própria. PME/IBGE: Setembro.

Gráfico 3.11

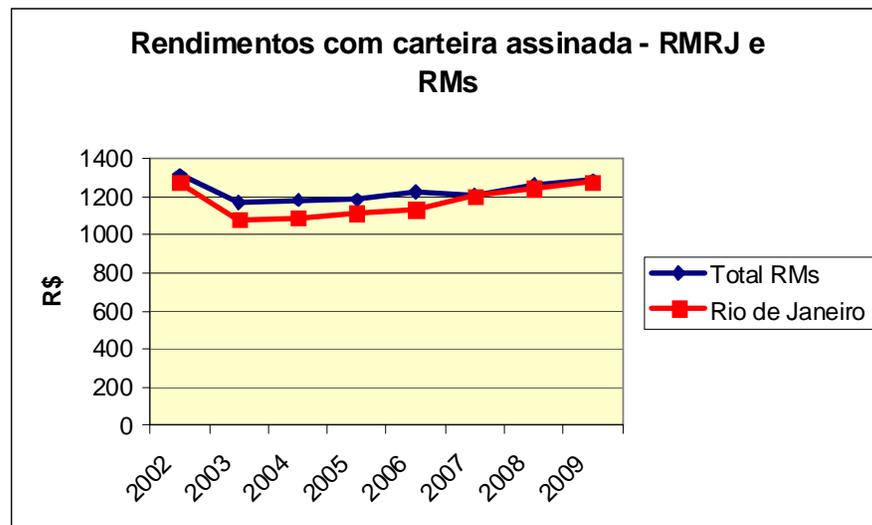


Fonte: Elaboração própria. PME/IBGE: Setembro.

### 3.4.2 Rendimento médio real habitual dos trabalhadores – com carteira assinada

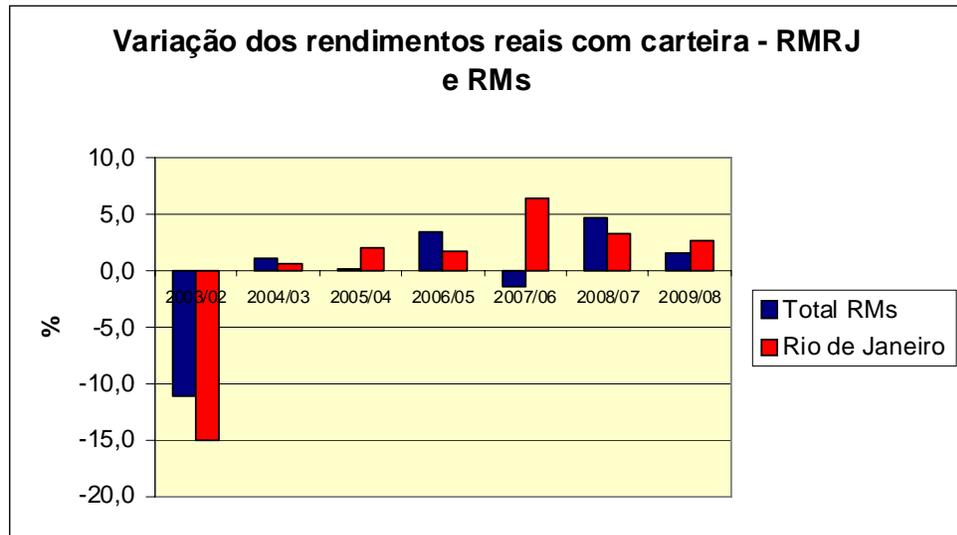
O rendimento médio real do empregado com carteira assinada na RMRJ é inferior entre 2003 e 2009. Entretanto, a partir de 2007, houve recuperação. A variação percentual da RMRJ foi maior em relação ao total das RMs: 2,7% contra 1,6% respectivamente, conforme mostra o Gráfico 3.13. Em setembro de 2009 o rendimento real médio habitual do conta própria foi de R\$ 1.277,80 na RMRJ contra R\$ 1.286,00 no agregado metropolitano.

Gráfico 3.12



Fonte: Elaboração própria. PME/IBGE: Setembro.

Gráfico 3.13



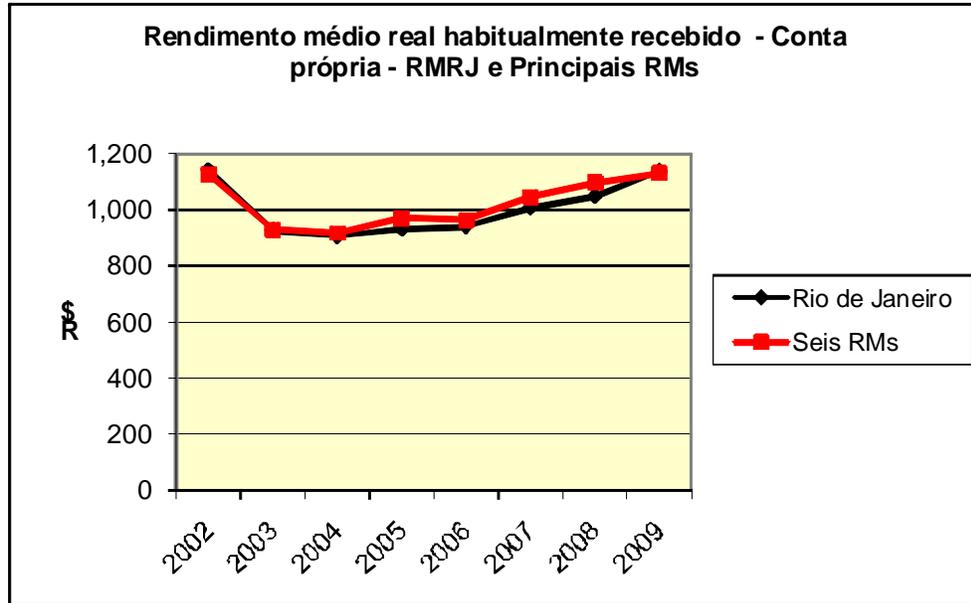
Fonte: Elaboração própria. PME/IBGE: Setembro.

### 3.4.3 Rendimento médio real habitual recebido dos trabalhadores por conta própria

Já o rendimento médio recebido pelo trabalhador por conta própria apresentou uma evolução bem considerável em relação ao agregado. Embora o rendimento seja em setembro de 2009 de R\$ 1.138,40 na RMRJ contra R\$ 1.129,40 no total das RMs, o crescimento percentual da RMRJ foi mais expressivo.

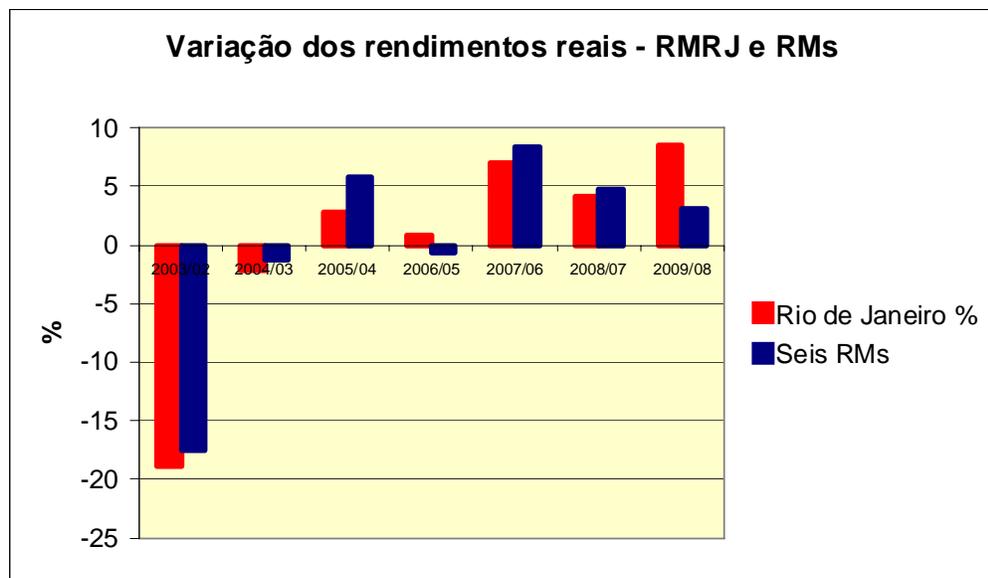
A variação entre setembro de 2008 e 2009 foi de 8,6%, uma evolução acima do agregado metropolitano que teve um aumento de 3,1%. Somente em 2006/2005 essa evolução foi maior que o total das principais RMs cobertas pela PME, conforme mostra o Gráfico 3.15. No entanto, em todo o período considerado pela pesquisa, ou seja, entre setembro de 2003 e 2009, a participação do trabalhador por conta própria é bem superior para a RMRJ do que o agregado das RMs, conforme mostra o gráfico 3.7.

Gráfico 3.14



Fonte: Elaboração própria. PME/IBGE: Setembro.

Gráfico 3.15

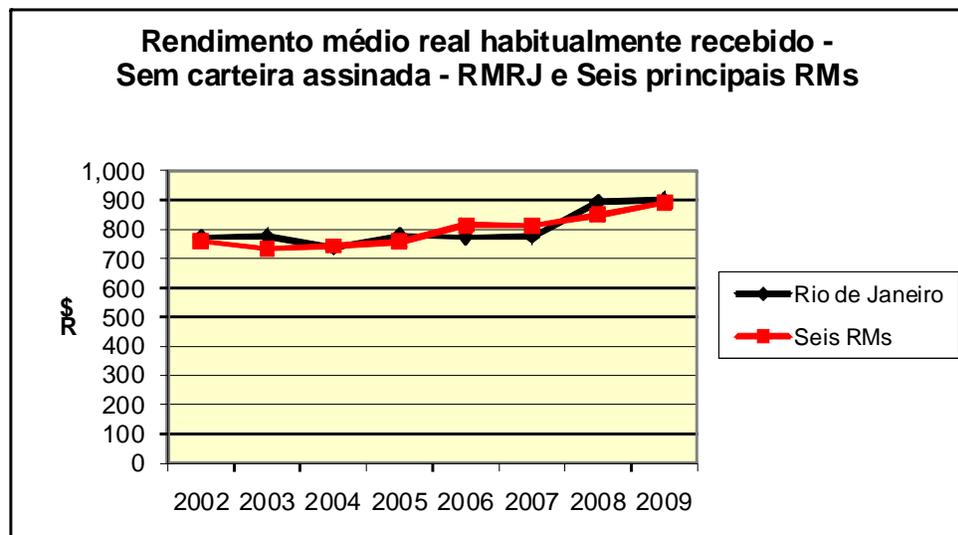


Fonte: Elaboração própria. PME/IBGE: Setembro.

3.4.4 Rendimento médio real habitual recebido dos trabalhadores sem carteira

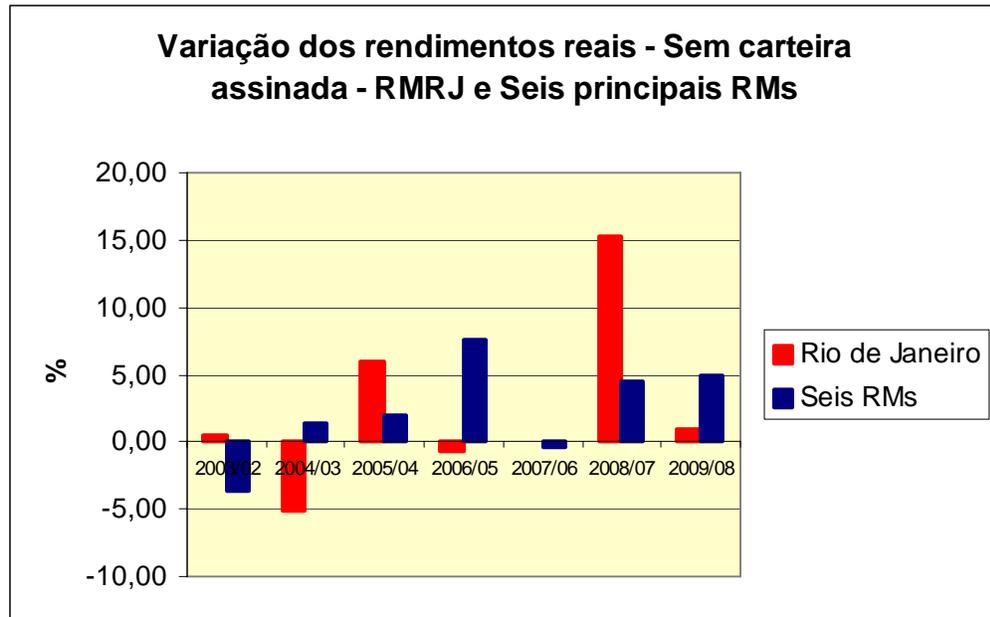
Seguindo a mesma trajetória de recuperação do rendimento médio das outras categorias analisadas, o empregado sem carteira apresenta crescimento a partir de 2003. Entretanto, conforme revela o Gráfico 3.7, a participação do trabalhador sem carteira diminui para as duas regiões consideradas. Evidencia-se, conforme já discutido, que esse empregado é o mais afetado numa situação, de crise, por exemplo. Por não ser protegido, em uma situação de aumento de juros ou da carga tributária, de maneira que afete o orçamento de uma empresa, seja essa do setor formal ou informal, implicará na demissão do sem carteira, pois esse não tem a proteção trabalhista. Por outro lado, o conta própria aumenta, mantendo o alto nível da informalidade. Se a taxa de desocupação (não a de desemprego) cai, pode ter como responsável o trabalhador por conta própria, pois esse trabalhador não é empregado. E, dentro da heterogeneidade da economia informal, essa atividade pode a de ser um simples vendedor de cachorro-quente a um profissional de informática, que possui determinado nível de escolaridade.

Gráfico 3.16



Fonte: Elaboração própria. PME/IBGE: Setembro.

Gráfico 3.17



Fonte: Elaboração própria. PME/IBGE: Setembro.

### 3.4.5 Rendimento médio real - comparativo dos trabalhadores com e sem carteira

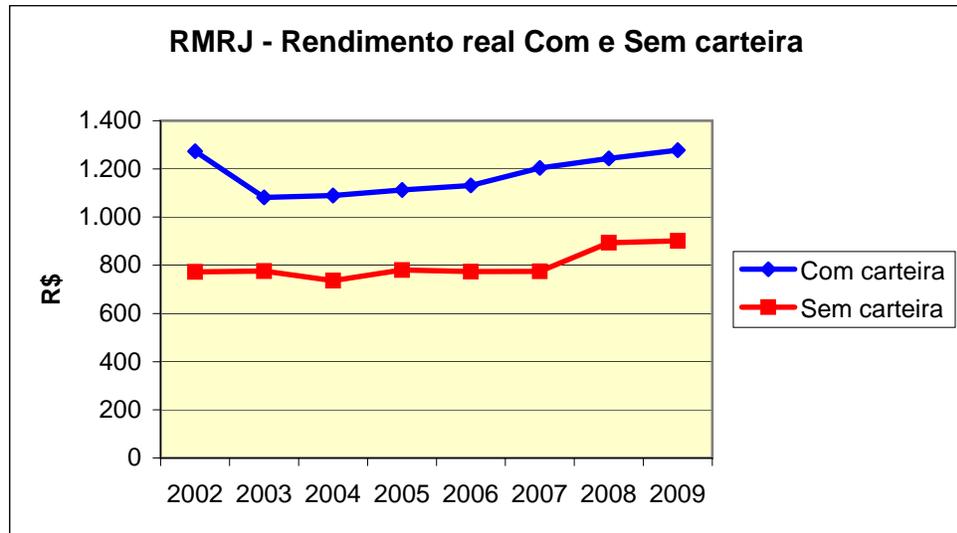
Dentro do corte “Rendimento real”, o gráfico 3.19 contrasta o empregado com carteira com o sem carteira. Há uma diferença considerável nesse rendimento na RMRJ. Em 2003, a renda média real foi de R\$ 1.081,74 do trabalhador com própria contra R\$ 776,47 do sem carteira<sup>57</sup>. Em setembro deste ano, porém, o empregado sem carteira de trabalho recebeu R\$ 901,00, enquanto o com carteira teve uma média de R\$ 1.277,80 de rendimento real.

Embora a variação percentual do empregado sem carteira seja superior entre setembro de 2007 e 2008 em relação ao com carteira, a variação entre 2003 e 2009 é de 18,12% e 16,04 para os trabalhadores com e sem carteira, respectivamente.

<sup>57</sup>

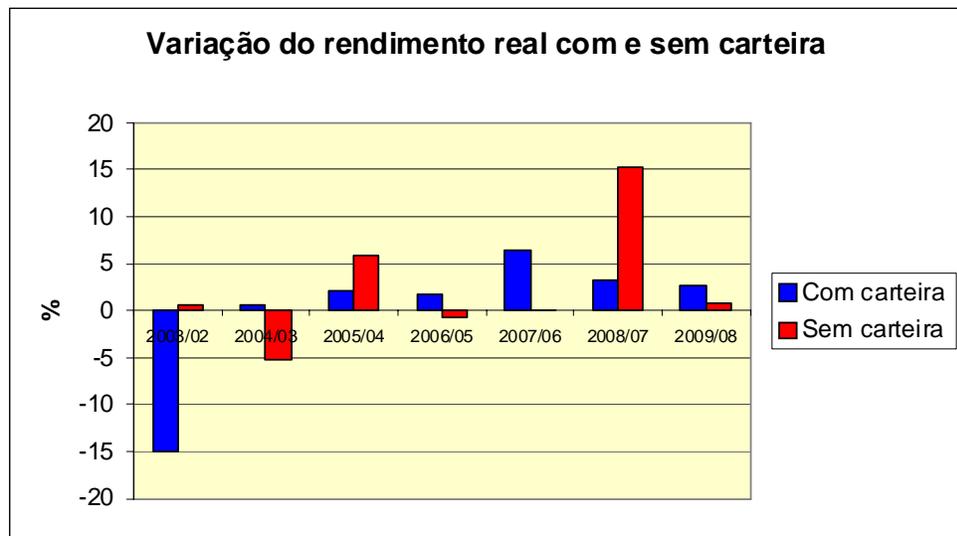
Preços de setembro de 2009.

Gráfico 3.18



Fonte: Elaboração própria. PME/IBGE: Setembro

Gráfico 3.19

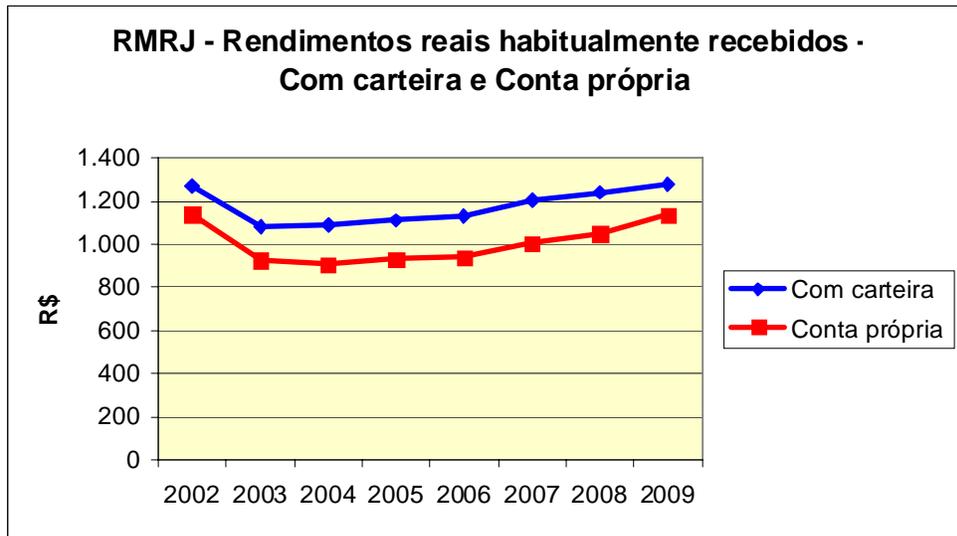


Fonte: Elaboração própria. PME/IBGE: Setembro

### 3.4.6 Rendimento médio real - comparativo dos trabalhadores com carteira e conta própria

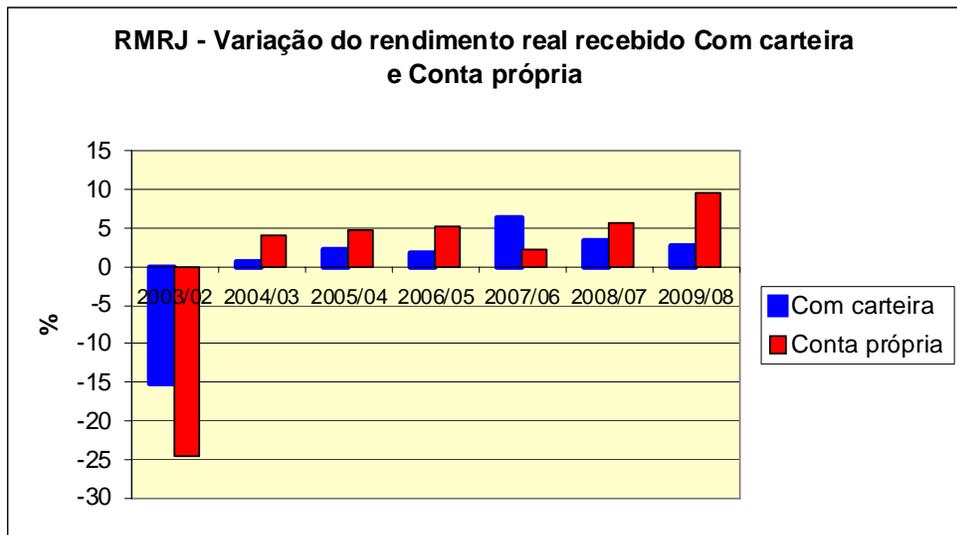
Em que pese à comparação entre empregado com carteira e trabalhador por conta própria, há um movimento simétrico na evolução do rendimento real na RMRJ, embora, conforme demonstra o Gráfico 3.22 a variação percentual em 2007/2006 tenha sido maior para o trabalhador com carteira, diferentemente dos demais períodos.

Gráfico 3.20



Fonte: Elaboração própria. PME/IBGE: Setembro

Gráfico 3.21



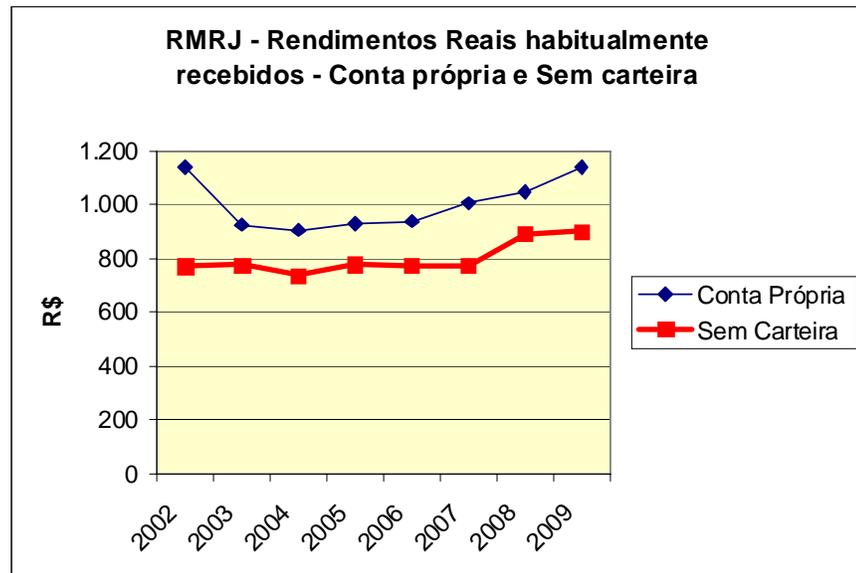
Fonte: Elaboração própria. PME/IBGE: Setembro

### 3.4.7 Rendimento médio real - comparativo dos trabalhadores conta própria e sem carteira

Segundo o Gráfico 3.23, o rendimento médio real do conta própria é maior que o empregado sem carteira. Somente em 2003, a renda média real esteve próxima para ambos. Naquele ano o rendimento médio real foi de R\$ 819,20 para o conta própria e R\$ 776,47 para o sem carteira. Entretanto a partir desse período, o rendimento médio do conta própria evoluiu de maneira mais expressiva em relação a sem carteira. Embora haja um movimento oposto entre 2008/2007 e 2009/2008 para ambos, entre setembro de 2003 e 2009 houve uma variação percentual de 35,76% para o conta própria, contrastando com 16,04% do empregado sem carteira de trabalho. Ou seja, a ocupação por conta própria evoluiu mais do que o dobro do emprego sem carteira.

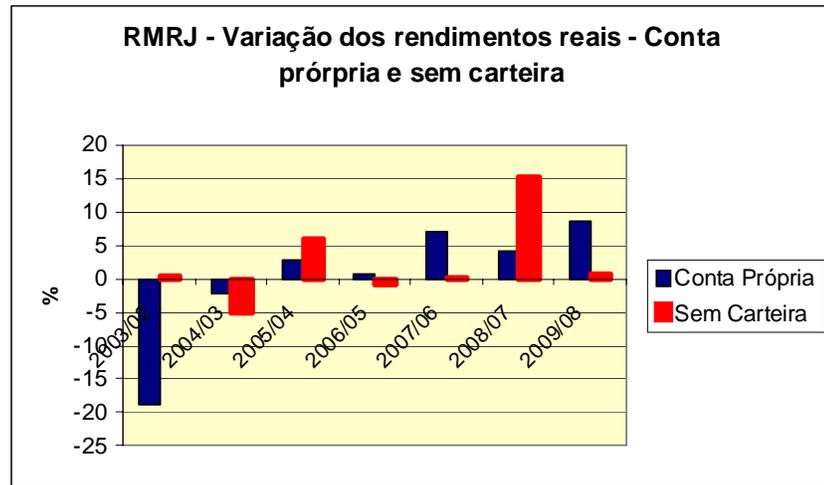
Sendo o rendimento do trabalhador por conta própria maior que o do empregado sem carteira, a flexibilização de horários, ou mesmo a independência de um período de trabalho, sugere uma opção vantajosa. Aliado a esses fatores reside também o fato da dificuldade encontrada por muitos para inserção no mercado de trabalho como um trabalhador por conta própria.

Gráfico 3.22



Fonte: Elaboração própria. PME/IBGE: Setembro

Gráfico 3.23



Fonte: Elaboração própria. PME/IBGE: Setembro

### 3.5 Crescimento do setor informal e carga tributária

Segundo o relatório “Perspectivas Econômicas da América Latina em 2009” – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o “Setor Informal está relacionado em muitos momentos à baixa produtividade e menores salários. Nesse sentido, medidas que aumentem a produtividade e que conduzam a uma economia mais moderna são bem-vindas, tais como o respeito a contratos e a melhoria da educação. Além disso, é necessário adotar um enfoque fiscal que reconheça trabalhadores e empresários como cidadãos e agentes econômicos do sistema, com direitos e deveres junto ao Estado. A simples criminalização desses trabalhadores e empresários agrava o problema. É preciso diferenciar os trabalhadores que optaram pela informalidade daqueles que foram excluídos pelo sistema e identificar os motores da informalidade em cada país”.

Ainda, segundo esse documento, “a redução dos custos da formalidade, com a diminuição dos impostos e dos custos da formalização, mina os atrativos da economia informal. É recomendável a simplificação do sistema para pequenos contribuintes e da declaração tributária, bem como a informatização do sistema. Além disso, outra possibilidade é a redução dos custos para abrir e fechar uma empresa. Uma das opções para atrair trabalhadores e empresários para a formalidade é a fragmentação do sistema de proteção social, mas, sobretudo, os contribuintes

precisam perceber a conexão entre contribuições e benefícios, recomenda a OCDE”. O Brasil optou, assim como outros países, pela integração de contribuições tributárias e assistenciais, tais como o Simples (pagamento unificado dos seguintes impostos e contribuições: IRPJ, PIS, COFINS, CSLL, INSS Patronal e IPI - se for contribuinte do IPI - está em vigor desde 1.º de janeiro de 1997), já que existem empresas que se formalizam mas não incluem seus trabalhadores no sistema. Tal medida objetiva melhorar a cobertura de proteção social dos trabalhadores informais.

Para Fukuyama (2008) – e em acordo com dados divulgados neste ano pelo Ministério do Trabalho – ao mesmo tempo em que se observa crescimento na taxa de emprego formal em relação a 2007, cresce também a informalidade no País. Uma razão significativa para explicar o crescimento da economia informal é o aumento da carga tributária das empresas. Essa afeta tanto às empresas como os empreendedores. Assim, uma carga tributária excessiva faz com que boa parte das grandes corporações recorra a recursos de terceiros para poderem sobreviver, refletindo em um corte de benefícios aos seus colaboradores, em função da redução na lucratividade. Já nas pequenas empresas, segundo Fukuyama (2008), torna-se quase impossível sobreviver sob condição de ter que ficar com a forte carga tributária incidente sobre os seus lucros atualmente.

#### 4. CONCLUSÃO

A principal proposta desta dissertação foi contribuir à discussão teórica sobre o fenômeno da informalidade a partir dos anos 1990, com destaque para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, buscando realizar uma análise do comportamento do mercado de trabalho caracterizado por um elevado grau de informalidade naquela região.

Para tanto, esta pesquisa foi dividida em quatro capítulos<sup>58</sup>. O objetivo foi justificar o seu tema através de três etapas, a saber:

Em princípio, o capítulo primeiro transitou pelo processo histórico da formação de mão-de-obra no Brasil no século XX, procurando identificar os fatores determinantes para a formação de um mercado de trabalho dentro do ambiente urbano de industrialização. Nesse contexto, o desemprego se origina como resultado de um excedente da força-de-trabalho que, conforme discutido nesse capítulo, implicaria no surgimento do subemprego nas cidades. Assim, dentre os muitos fatores considerados nessa abordagem inicial, como o processo de urbanização acelerada, evidenciou-se uma heterogeneidade que marcaria o mercado de trabalho a partir daquele momento. Esta característica é inerente ao setor de serviços que, na verdade, é o setor que concentra um elevado grau de informalidade, conforme se discutiu e analisou ao longo desta dissertação. Ademais, a heterogeneidade do setor terciário, permite, conforme argumenta Melo e Marques (2005), a convivência de estruturas diversas de produção no setor serviços, servindo como um ambiente privilegiado da informalidade.

Ainda em relação aos propósitos abordados no Capítulo 1, discutiram-se os conceitos acerca da informalidade objetivando um entendimento teórico atual de acordo com as orientações da OIT. Com efeito, essa preocupação se deve à importância em tornar elucidativa a proposta desta dissertação no que concerne às definições que envolvem o estudo sobre a informalidade.

Para tanto, porém, é necessário que haja um entendimento esclarecedor que permita classificar as diversas atividades informais. Neste sentido, a OIT tratou em distinguir setor informal de emprego informal. O setor informal deixou de ser uma referência meramente para trabalhadores pobres desempregados, ou seja, de pobreza urbana. Não obstante, a partir dos anos 1980, o setor informal adquiriu um significado multifacetário. A sua definição adquiriu uma dimensão mais dinâmica condicionada às oscilações da produção capitalista, em que pese à

---

<sup>58</sup> Na verdade, o quarto capítulo refere-se à conclusão desta dissertação.

flexibilização de trabalho, não necessariamente associada à pobreza e/ou à desqualificação profissional.

A partir da 15ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho (1993), o setor informal adotou um conceito direcionado para as unidades produtivas, e não o trabalhador ou a ocupação por ele exercida. De acordo com a ECINF (2003), pertencem ao setor informal todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, que morem em áreas urbanas. Em 2003, a 17ª CIET, adotou uma definição mais ampla envolvendo a economia informal em que o conceito de emprego informal parte da premissa que este está associado a postos de trabalho que se inserem no setor informal. Logo, o setor informal comporta trabalhadores sem carteira e com carteira.

A importância para esta dissertação em discutir esses conceitos está, em essência, em diferenciar setor produtivo de emprego informal. Seguindo as recomendações das Conferências 15ª/17ª da OIT, conclui-se que o setor informal é “o conjunto de unidades produtivas, que se caracterizam por um baixo nível de organização e não possuem uma clara divisão entre trabalho e capital enquanto fatores de produção, cuja produção é destinada para o mercado”<sup>59</sup>.

A dissertação apresentou, por fim, no Capítulo 1, o debate sobre segmentação e opção entre Ramos (2007) e Cacciamali (2007) envolvendo o setor informal. Para Ramos a forte interferência do Estado pelo excesso tributário que termina por conduzir o trabalhador para o setor informal, por exemplo. O autor, não considera somente o excedente estrutural como a causa do aumento informal no mercado de trabalho, mas diz que, com o esgotamento do modelo de substituição de importações, a informalidade tornou-se uma escolha para os momentos de crise. Cacciamali, porém, classifica como “teoria da escolha” àqueles trabalhadores mais adultos que podem ser originados do próprio setor formal e que reúnem recursos suficientes para montar um negócio próprio, enquanto a camada de trabalhadores sem carteira ou mesmo com carteira engendra o que se classifica como segmentação.

O objetivo em considerar nesta dissertação o debate de ambos os autores citados no parágrafo anterior, foi o de enriquecer as interpretações sobre a economia informal. Igualmente, esta pesquisa procurou se basear na interpretação dada por Cacciamali para a construção teórica da economia informal. Ademais, o Capítulo 3 abordou o setor serviços combinado com a informalidade que o permeia de maneira expressiva, argumentando, dentre outras coisas, a relação de bicausalidade entre o setor industrial e o setor serviços. Procurou-se, portanto, realizar

---

<sup>59</sup> Extraído de IBGE, Diretoria de Pesquisas – Economia Não Observada e Economia Informal no SCN do Brasil (Santiago/2007).

uma análise estatística envolvendo os níveis de ocupação e rendimento dos trabalhadores com carteira, sem carteira do setor privado e dos trabalhadores por conta própria. Nesse contexto, considerou-se o argumento defendido por Cacciamali de que a ocupação informal por conta própria está representada, em maior, parte por trabalhadores com maior faixa etária em relação àqueles sem carteira. Isso foi constatado no caso da RMRJ. Por outro lado, a ocupação autônoma é maior e registra maior rendimento em comparação com os trabalhadores sem carteira.

A segunda etapa deste trabalho abordou a RMRJ a partir dos anos 1990, procurando demonstrar as mudanças estruturais ocorridas em seu mercado de trabalho, assim como nas demais regiões metropolitanas do país. A relação de bicausalidade entre o setor industrial e o setor serviços foi descrita, através de gráficos, observando o comportamento do emprego formal, sobretudo na RMRJ, em que o setor serviços é bem expressivo. Ou seja, a partir das transformações econômicas ocorridas na esteira das reformas liberalizantes, sobretudo a partir do Plano Real, evidenciou-se um setor industrial decadente, em detrimento a uma elevação nos níveis do emprego nos serviços: o setor serviços como “colchão amortecedor” do desemprego industrial.

O processo de estabilização da moeda assumido a partir de 1994 foi um dos fatores determinantes para o fomento do desemprego industrial. No espírito da globalização econômica, as indústrias nacionais perderam em competitividade para as internacionais e demitiram funcionários. Ademais, seguindo as orientações do Consenso de Washington, o governo FHC privatizou muitas empresas estatais, avolumando o desemprego ainda mais. Somente a partir de 1999, com a desvalorização da moeda doméstica, se conseguiu alcançar determinado nível de recuperação na indústria de transformação. Isto foi discutido analisando os gráficos 2.2.1 e 2.2.2.

Com efeito, outro fator foi considerado nesta dissertação enquanto proposta em demonstrar a queda nos níveis de emprego no setor industrial: o deslocamento, ou a interiorização da indústria na RMRJ.

Mesmo sustentado pelo aumento da extração de gás e petróleo, assim como pela fabricação do material de transporte a partir das montadoras Volkswagen e Peugeot-Citröen, no entanto, conforme demonstram os Gráficos 2.9 e 2.10 e afirma Freire *et al* (2006), o crescimento da produção não foi acompanhado pelo crescimento do emprego formal, sendo ainda inferior à média das demais regiões metropolitanas do país, de acordo com a pesquisa RAIS.

Com efeito, não se verificou, mesmo com o crescimento no interior, uma elevação consistente nos níveis de emprego formal. O que se verificou foi um crescimento relativo do

interior que caracterizou uma despolarização do emprego industrial, fomentando ainda mais o desemprego metropolitano no Rio de Janeiro.

A terceira etapa compreende o Capítulo 3. Este procurou investigar quão é informal o setor serviços na RMRJ e o que determina a entrada desses trabalhadores na informalidade, dentre outros demais pontos pertinentes.

Um dos resultados encontrados, após a análise dos gráficos para a RMRJ em 1997 e 2003 é de que há mais participação na ocupação informal de trabalhadores por conta própria em relação aos sem carteira.

Nesse contexto analisou-se o perfil educacional do trabalhador do setor informal<sup>60</sup>, constatando que a maioria dos trabalhadores por conta própria não possui o 1º grau completo, bem como a maior parte dos empregados sem carteira. No entanto, o empregado com carteira assinada do setor informal na RMRJ em 2003, em sua maioria, possui o ensino médio completo, enquanto a maior parte dos empregadores possui o 1º grau incompleto. Uma constatação curiosa, pois o empregado com carteira do setor informal, em boa parte, tem mais escolaridade do que o seu empregador. Basicamente 2/3 do total do setor informal é composto por homens.

Em que pese o nível de ocupação informal, este é dominado pelo trabalhador por conta própria na RMRJ e a média do rendimento habitualmente recebido é basicamente idêntica comparada às principais regiões metropolitanas cobertas pela PME.

No entanto, confrontando a média de rendimento do trabalhador por conta própria em relação ao sem carteira na RMRJ, verificou-se que o empregado sem carteira recebe menos que o trabalhador por conta própria. Assim, esse pode ser um motivo importante para justificar a expressiva participação de trabalhadores por conta própria na RMRJ, aliado à condição dessa ocupação permitir um horário próprio, flexível de trabalho.

Dessas descrições e análises, pode-se ainda concluir que, embora a informalidade seja caracterizada por sua heterogeneidade, ela ainda é maior em ocupações cujos trabalhadores apresentam baixa escolaridade, indicando níveis consideráveis de precariedade.

No entanto, é preciso investigar cada atividade informal, precisando, portanto, observar sua classificação e perfil, no sentido de promover políticas públicas que sejam determinantes na aplicação dos remédios específicos para cada tipo de informalidade. Conforme argumentam Melo e Di Sabbato (2007), as políticas que são voltadas para os micros empregadores e os trabalhadores por conta própria, deixam excluídos os trabalhadores assalariados. Aqueles

---

<sup>60</sup> Pesquisa ECINF 1997 e 2003.

empregados que compõem o setor informal ocupam, em geral, postos de trabalho precário, alta rotatividade, péssimos rendimentos e baixa escolaridade.

O conceito de setor informal recomendado pela OIT, conforme afirmam Feijó *et al* (2009), em que a unidade econômica é ponto de referência da investigação empírica, trata de mostrar o quanto é diversificada a estrutura de funcionamento das empresas dos trabalhadores por conta própria, assim como de empregadores com até cinco empregados. Isso pode identificar onde se situa o bom ou o mau desempenho da atividade produtiva, permitindo uma política mais eficiente por parte do governo para combater a informalidade.

Essa problemática, que se iniciou a partir dos anos 1990 com as reformas liberalizantes, permanece. Muito se tem feito buscando diminuir a informalidade, seja no âmbito trabalhista ou mesmo no apoio de crédito dado ao trabalhador autônomo. Entretanto, os resultados ainda estão distantes do desejável.

O empregado sem carteira quando perde seu trabalho não recebe nenhuma proteção em relação ao seu desemprego. Não há seguro-desemprego para ele, assim como não recebe também nenhuma renda por seu tempo de trabalho. Ademais, em meio a uma crise de grandes proporções, esse empregado será o primeiro a ser demitido, pois custa menos do que o empregado formalizado.

No mesmo patamar de insegurança de trabalho, encontra-se o ocupado por conta própria. Se o rendimento que assegura seu negócio diminuir substancialmente, quer seja por uma crise, quer seja por falta de rendimento suficiente para continuar o negócio, este será obrigado a “se virar” de outra maneira.

Portanto, a reforma do Estado tão deslumbrada por muitos nos anos 1990 destruiu milhares de postos de trabalho, fomentando um dos maiores índices de desemprego metropolitanos. A partir daí, a informalidade tornou-se a única saída para os trabalhadores que não conseguiram inserção no mercado de trabalho formal.

Espera-se que esta dissertação tenha contribuído para o debate sobre o mercado de trabalho e a informalidade. Espera-se também ter cumprido seu objetivo na compreensão que as reformas liberalizantes dos anos 1990 não foram eficientes para a geração do bem-estar coletivo da sociedade. Pelo contrário, em que pese o emprego formal de milhões de brasileiros, elas deverão sempre ser lembradas como nocivas para o desenvolvimento social e também econômico do país.

## REFERÊNCIAS

BAER, Werner. *Siderurgia e desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro : Zahar , (1973).

CIDE, Fundação. *Participação dos Setores no PIB Brasil*. Rio de Janeiro. Vários anos.

COSTA, M. A. Política de Migrações Internas. In: MIGRAÇÕES Internas no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1971.

CACCIAMALI, M. C. *Setor informal e formais de participação na produção*, São Paulo: USP/IPE/FEA, 1983. Tese de Doutorado.

\_\_\_\_\_.M. C. (Pré-) *Conceito sobre o setor informal, reflexões parciais embora instigantes*. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.145-168, jun. 2007.

CLARK, C. *The conditions of economic progress*. London: MacMillan Co. Ltd., 1940, 1950.

DAVIDOVICH, Fany. *Comentando o crescimento do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2002.

DEDECCA, C. S. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. *Est. Econ.*, São Paulo. v. 27, n. especial, p.65-84, 1997. Disponível em: < <http://www.usp.br/estecon/index.php/estecon/article/viewFile/523/233>> Acesso em: 11 ago. 2007.

DOERINGER, P.; PIORE, M. *Internal labor markets and manpower analysis*. Massachusetts: Heath Books, 1971.

ECHEVARRIA, J. M. *O subemprego nas regiões urbanas: subemprego, problema estrutural*. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.

FEIJÓ, Carmem Aparecida ; SILVA, Denise Britz do Nascimento e; SOUZA, Augusto Carvalho de. Quão heterogêneo é o setor informal brasileiro? uma proposta de classificação de atividades baseada na ECINF. *R. Econ. contemp.*, Rio de Janeiro, v. 13, p.329-354, maio/ago. 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rec/v13n2/v13n2a07.pdf>> Acesso em: 1 set. 2009

FISHER, A. G. B. *Capital and the growth of knowledge*. *Economic Journal*, v.45, p. 279- 389, 1993.

FREIRE, Denise Guichard et al. *A economia do Estado do Rio de Janeiro na segunda metade dos anos noventa. A ENCE aos 50 anos um olhar sobre o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

FURTADO Celso. *Formação econômica do Brasil*. 30.ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 2001.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura., 1961.

\_\_\_\_\_. *Análise do modelo brasileiro*. 3.ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira., 1972.

\_\_\_\_\_. *Raízes do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FUKUYAMA, Nelson. *Crescem o emprego formal e a informalidade. Podemos comemorar?* Disponível em: < <http://www.dicasprofissionais.com.br/editorial2.asp?id=3> > Acesso em: 4 abr. 2008.

GRILICHES, Z. (ed.). *Output measurement in the service sectors*. Chicago : University of Chicago Press, 1992. (NBER Studies in Income and Wealth, 56).

HALLAK, João ; NAMIR, Kátia; KOZOVITS, Luciene. *Setor e emprego informal no Brasil: análise dos resultados da nova série do sistema de contas nacionais. Texto para Discussão*, Rio de Janeiro: IBGE, n. 31, Conac, 2008.

HOFFMAM, Helga. *Desemprego e subemprego no Brasil: ensaios*. 2. ed. São Paulo : Ática, 1980. v. 24.

IBGE .Economia Informal Urbana (ECINF) : 1997, 2003. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_ : 1996-2001. Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Vários anos.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEADATA – PNAD – 1992 / 2008.

KING, T. *The structure and growth of population, labor force. employ mat and unemployment in Brazil*. 1970.

LAUTIER, B. et al. *Régimen de crecimiento, vulnerabilidad financiera y protección social en América Latina. Condiciones “macro” para La eficacia de La lucha contra la pobreza.* Universidad de Paris, 2003.

MACHADO, D. C. e SILVA, A. F. R. E. *Trabalho por Conta Própria: uma opção satisfatória para os trabalhadores da Região Metropolitana do Rio de Janeiro?* In: Mercado de Trabalho do Rio de Janeiro, 1999.

MALONEY, W. F. Informality revisited. *The World Bank Working Paper*, n. 2965, 2003.

MARTINS, S. P. *Direito do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

\_\_\_\_\_. *Flexibilização das condições de trabalho*. São Paulo: Atlas, 2000.

MELO H.; DI SABBATO, A. A. *economia informal urbana brasileira: um estudo sobre as ECINF's/IBGE 1997/2003*. Projeto “Estudo Comparativo dos Sistemas de Inovação no Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul” – BRICS, 2007.

\_\_\_\_\_. MARQUES, O. R. B. Serviços e trabalho precário: um olhar sobre o Rio de Janeiro. In: DIEESE; Cesit (Org). *O trabalho no setor terciário: emprego e desenvolvimento tecnológico*. São Paulo: DEESE/Cesit , v. p. 177-192, 2005.

\_\_\_\_\_. *Os serviços e a economia informal urbana : notas preliminares*. Rio de Janeiro, (mimeo), 1999.

\_\_\_\_\_. et al. O setor serviços no Brasil: uma visão global, 1985/1995. *A Economia Brasileira em Perspectiva 1998*. Rio de Janeiro: IPEA, v. 2.

MESSEMBERG, R. *Economia começa a entrar no eixo*. Desafios do desenvolvimento. IPEA. Rio de Janeiro, 2009.

MOHR, M. F. *Recent and planned improvements in the measurement and deflation of services outputs and inputs in bea's gross product originating estimates*. In: GRILICHES, Z. (ed.). *Output measurement in the service sectors*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

MTE/Cadastro Geral de Emprego e Desemprego – CAGED - Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). (Vários anos).

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Perspectivas Econômicas da América Latina em 2009*. (2009).

OIT. *Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya*. Genebra, 1972.

\_\_\_\_\_. *Más empleos com crecimiento rápido. El caso de República Dominicana*. Ginebra, 1973

OLIVEIRA, J. S. Mutações no mundo do trabalho: o (triste) espetáculo da informalização. *Democracia viva*. n 21, abril/maio, p. 6-13, 2004.

PASTORE, J. P. *Encargos sociais no Brasil e no exterior*. São Paulo: Ltr, 1996.

POCHMANN, M. *O Movimento de Desestruturação do Mercado de Trabalho Brasileiro nos Anos 90: Uma Análise Regional*. Universidade de Campinas, São Paulo, Relatório apresentado no XI Congresso Internacional de Mercado e Trabalho em América Latina, 1998.

\_\_\_\_\_. M. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e o caminho que o Brasil escolheu*. São Paulo: Bointempo, 2001.

PORTES, A. . *Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview*. In: PORTES, Alejandro (ed.), *The economic sociology of immigration – essays on networks, ethnicity and entrepreneurship*, NY, Russell Sage Foundation, 1995.

PREALC. *Políticas de empleo en América Latina*. Santiago de Chile, 1974.

PRADO J.C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia* 2.ed. São Paulo : Brasiliense, 1945.

PERO, V. *O Papel dos Segmentos Informais na Geração de Trabalho e Renda no Rio de Janeiro*. In: *Mercado de Trabalho no Rio de Janeiro – Conjuntura e Análise –*. 1997

QUEIROZ, M. V. Os grupos multibilionários. *Revista do Instituto de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.2 n. 1, 1965.

RAMOS, L.() *A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991 – 2002*. Rio de Janeiro: IPEA. 2002. (Texto para Discussão; 914).

\_\_\_\_\_. *Evolução e realocação espacial do emprego formal – 1995 – 2005*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: 7letras, 1999-v.9, n.1.

RAMOS, C.A. Setor Informal: do excedente estrutural à escolha individual. Marcos Interpretativos e alternativos de política. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense*. Rio de Janeiro: 7letras, 1999-v.9, n.1.

RIBEIRO, R. et al. *Fatores Determinantes e Evolução Submersa no Brasil*. Est.Eco., São Paulo, V.33,N.3, P.435-466, Julho-Setembro, 2003.

RODRIGUEZ, O. *Heterogeneidad estructural y empleo*, mimeo, sd. 1981.

\_\_\_\_\_. *Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1981.

ROLDAN E NETO. *Mercado de Trabalho de Niterói*: Prefeitura Municipal de Niterói – 1998.

SABÓIA, J. Efeitos do salário mínimo sobre a distribuição de renda no Brasil no período 1995/2005 – resultados de simulações. *Econômica - Revista do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense*. Rio de Janeiro: 7letras, 1999-v. 9, n.2.

SALM, C. *Estagnação econômica, desemprego e exclusão social*. Novo Desenvolvimentismo (pgs. 189 a 216). Eds. Manole e Fundação Konrad Adenauer, Rio, 2005.

SANDRONI, P(org.). *Novíssimo Dicionário de Economia*. 2.e.d. São Paulo : Best Seller. 1999.

SCHIFFER, S. *São Paulo como pólo dominante do mercado unificado nacional*. DEÁK, Csába, SCHIFFER (organizadores). *O Processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, Mauro Osório. Estado do Rio de Janeiro: trajetória e perspectivas. *Revista de Economia Fluminense*, n. 7, jun. de 2008.

SINGELMANN, J. *From agriculture to services: the transformation of industrial employment*. Sage: Beverly Hills, 1978.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

SOUZA, P. R. *Política e desemprego*. Rio de Janeiro: Hucitec : Funicamp, 1980.

STEIN, S. J. *The Brazilian cotton manufacture: textile enterprise in a underdeveloped area : 1850 – 1950*. Massachussets: Carubridge Havard University Press, 1957.

THORBECKER, E. *The employment problem a critical evolution of four ILO Comprehensive Country Reports*. *International Labour Review*, v. 107, n. 5, 1973.

TREIGER, J. E. *Democratização da Educação: desafio aceito pelo sistema FIRJAN para ampliar acesso ao mercado de trabalho*. MTbRJ. 1999.

SOTO, Hernando. de. *O Mistério do Capital: por que o capitalismo dá certo nos países em desenvolvimento?* Rio de Janeiro : Record. 2001.

URANI, André. *Análise do Mercado de Trabalho na RMRJ nos anos 90*. Rio de Janeiro: SMTb. 1997.

## ANEXOS 1

### PME – IBGE

Apresenta-se a seguir uma síntese das principais informações extraídas da PME/IBGE:

#### 1. CONCEITOS PRINCIPAIS

1.1 TRABALHO refere-se à:

*OCUPAÇÃO ECONOMICA REMUNERADA* em dinheiro, produtos ou outras formas não monetárias, ou *OCUPAÇÃO ECONOMICA SEM REMUNERAÇÃO*, exercida pelo menos durante 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou a instituições religiosas beneficentes ou de cooperativismo ou, ainda, como aprendiz ou estagiário.

*POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA* - compreende as pessoas economicamente ativas e as pessoas não economicamente ativas.

*POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA* - compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, as *PESSOAS OCUPADAS* e as *DESOCUPADAS*, assim definidas:

*PESSOAS OCUPADAS* - aquelas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias).

1.2 *PESSOAS OCUPADAS* são classificadas em:

*EMPREGADOS* - aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc).

Incluem-se, entre as pessoas empregadas, aquelas que prestam serviço militar obrigatório e os clérigos. Os empregados são classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada.

*CONTA PROPRIA* - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, sem empregados.

*EMPREGADORES* - aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão ou ofício, com auxílio de um ou mais empregados.

*NAO REMUNERADAS* - aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, ou, ainda, como aprendiz ou estagiário.

*PESSOAS DESOCUPADAS* - aquelas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.).

*PESSOAS NAO ECONOMICAMENTE ATIVAS* - aquelas não classificadas como ocupadas ou desocupadas.

### 1.3 RENDIMENTO DO TRABALHO

Para os *EMPREGADOS*, considera-se a remuneração efetivamente recebida no mês de referência. Assim sendo, incluem-se as parcelas referentes ao 13º, 14º ou 15º salários e a participação nos lucros paga pela empresa, ou outra gratificação, no mês de referência.

Para os *EMPREGADORES* e pessoas que trabalham por *CONTA PRÓPRIA* considera-se a retirada feita ou o ganho líquido recebido efetivamente no mês de referência. Define-se como ganho líquido o rendimento bruto menos as despesas efetuadas com o negócio ou profissão (salário de empregados, despesas com matéria-prima, energia elétrica, telefone, etc.).

Para a pessoa que recebe, pelo seu trabalho, em produtos ou mercadorias, considera-se o valor de mercado dos produtos recebidos.

Para a pessoa que estiver licenciada por instituto de previdência, considera-se o rendimento bruto do benefício (auxílio-doença, auxílio por acidente de trabalho, etc.), efetivamente recebido no mês de referência.

## Tabelas referentes à Pesquisa Mensal de Emprego - IGBE

### Tabela 1

Indicadores de distribuição da População em idade ativa - PIA, por região metropolitana, segundo algumas características em setembro de 2009.

População em Idade Ativa (%)	Total das 6 áreas	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
<b>Sexo:</b>							
Masculino	46,3	44,5	45,7	46,5	46,1	46,7	46,5
Feminino	53,7	55,5	54,3	53,5	53,9	53,3	53,5
<b>Faixa Etária:</b>							
10 a 14 anos	9,1	9,3	9,2	9,7	8,9	8,9	9,6
15 a 17 anos	5,5	5,6	5,9	6,1	5,2	5,5	5,5
16 a 24 anos	16,9	17,6	18,4	18,5	14,9	17,4	16,2
18 a 24 anos	13,3	14,0	14,6	14,5	11,5	13,9	12,6
25 a 49 anos	43,6	44,1	46,8	44,3	41,6	44,0	43,6
50 anos ou mais	28,4	27,0	23,5	25,4	32,9	27,7	28,7
<b>Anos de Estudo:</b>							
Sem instrução e menos de 1 ano	3,6	4,8	4,5	3,7	3,7	3,4	2,6
1 a 3 anos	7,6	8,3	7,8	8,0	7,6	7,1	8,0
4 a 7 anos	27,6	28,5	24,8	30,0	26,6	27,2	30,9
8 a 10 anos	18,0	17,7	17,4	18,5	18,2	17,6	19,5
11 anos ou mais	43,1	40,2	45,5	39,6	43,8	44,6	38,8

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

### Tabela 2

Indicadores de distribuição da População economicamente ativa - PEA, por região metropolitana, segundo algumas características em setembro de 2009.

População Economicamente Ativa (%)	Total das 6 áreas	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
<b>Sexo:</b>							
Masculino	53,8	55,0	52,1	53,0	55,2	53,4	53,5
Feminino	46,2	45,0	47,9	47,0	44,8	46,6	46,5
<b>Condição na família:</b>							
Principal responsável	46,2	44,1	44,8	43,9	50,1	44,6	49,2
Outros membros	53,8	55,9	55,2	56,1	49,9	55,4	50,8
<b>Faixa Etária:</b>							
10 a 14 anos	0,2	0,1	0,3	0,3	0,1	0,2	0,2
15 a 17 anos	1,7	0,8	1,7	2,1	1,0	2,0	2,0
18 a 24 anos	16,5	16,6	16,1	18,0	12,9	18,1	16,0
25 a 49 anos	61,8	65,4	64,3	61,6	61,9	60,5	62,5
50 anos ou mais	19,9	17,0	17,7	17,9	24,1	19,1	19,3
<b>Anos de Estudo:</b>							
Sem instrução e menos de 1 ano	1,7	1,7	2,2	1,8	1,6	1,7	1,1
1 a 3 anos	4,1	3,9	4,4	3,8	4,4	4,1	3,5
4 a 7 anos	18,7	19,8	17,3	22,3	18,4	17,3	21,9
8 a 10 anos	17,7	17,4	17,1	19,2	17,8	16,9	20,3
11 anos ou mais	57,7	56,9	58,9	52,8	57,7	59,8	53,0

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Tabela 3

Evolução do nível da ocupação, por região metropolitana, desde março de 2002.

Nível da ocupação							
Mês/Ano	TOTAL	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
set/02	49,4	42,7	49,1	50,0	49,1	50,4	51,6
set/03	50,6	44,7	47,7	51,2	49,9	52,4	51,4
set/04	51,4	44,0	49,9	52,3	51,2	53,0	51,9
set/05	51,5	43,2	50,2	52,5	50,4	53,5	52,4
set/06	52,0	45,1	49,9	54,8	50,8	53,7	52,9
set/07	52,3	43,1	50,9	55,0	50,6	54,5	53,2
set/08	53,0	43,9	50,5	55,8	50,7	55,7	54,4
set/09	52,4	42,6	51,1	55,3	50,1	55,1	53,4

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Tabela 4

Indicadores de distribuição da população ocupada, por região metropolitana, segundo os grupamentos de atividade, para os meses de setembro no período 2003 a 2009.

Distribuição da população ocupada por grupamentos de atividade (%)								
Grupamentos de atividade	Mês/ano	Total das 6 áreas	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Indústria extrativa, de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água	set/03	17,4	12,3	10,2	17,5	12,4	21,3	23,3
	set/04	17,7	12,6	10,7	18,1	12,4	21,7	24,3
	set/05	17,7	12,6	10,7	18,1	12,4	21,7	24,3
	set/06	17,6	11,5	10,4	18,0	11,8	22,2	22,8
	set/07	17,4	11,6	10,2	17,8	12,1	21,7	21,5
	set/08	17,0	11,1	10,7	18,0	12,1	20,7	21,7
	set/09	17,1	10,1	10,5	17,6	12,6	20,6	22,2
Construção	set/03	7,4	6,0	9,2	8,6	7,3	7,2	7,0
	set/04	6,9	5,3	8,4	8,1	6,9	6,6	6,4
	set/05	7,2	6,0	8,3	8,6	7,6	6,6	6,6
	set/06	7,2	6,6	7,9	8,7	7,5	6,5	6,9
	set/07	7,3	5,5	8,9	9,2	7,3	7,0	7,0
	set/08	7,3	6,9	9,1	8,6	7,5	6,8	6,4
	set/09	7,4	7,0	8,7	9,3	7,2	7,0	6,7
Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio a varejo de combustíveis	set/03	19,9	24,7	21,3	18,2	18,9	19,9	19,9
	set/04	19,6	24,8	21,6	19,2	18,3	19,7	18,4
	set/05	19,4	24,9	21,7	19,2	18,5	18,6	20,1
	set/06	19,1	24,3	21,0	17,9	19,1	18,2	19,7
	set/07	19,2	25,4	20,9	19,0	18,4	18,5	19,4
	set/08	19,1	25,2	20,6	17,6	18,1	18,4	20,9
	set/09	18,9	25,8	19,4	17,8	18,3	18,0	21,0
Serviços prestados a empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira	set/03	13,8	11,8	12,7	12,2	15,5	14,1	11,6
	set/04	13,8	11,4	12,0	12,1	14,6	14,8	11,9
	set/05	14,3	12,2	12,6	12,6	15,6	15,1	12,2
	set/06	14,5	11,4	14,0	12,6	15,5	15,2	13,5
	set/07	14,9	12,4	13,3	12,5	15,8	16,0	13,1
	set/08	15,2	12,9	14,3	13,2	16,0	16,2	13,2
	set/09	15,5	13,2	14,9	13,9	15,9	16,6	13,0
Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social	set/03	15,9	18,6	17,8	16,3	18,3	13,6	16,6
	set/04	15,6	19,2	16,8	15,5	18,5	13,1	15,9
	set/05	15,6	19,7	18,4	15,2	18,5	12,8	16,1
	set/06	15,5	19,1	18,8	16,2	17,6	12,9	16,0
	set/07	15,9	19,7	17,8	16,6	18,1	13,6	15,4
	set/08	15,8	19,8	18,0	16,5	18,0	13,4	15,1
	set/09	16,2	19,6	19,5	16,7	18,5	13,8	15,8
Serviços domésticos	set/03	7,6	7,1	9,8	10,0	7,4	6,9	6,9
	set/04	8,1	7,5	10,0	9,1	8,6	7,4	7,6
	set/05	8,3	7,3	10,1	9,6	8,3	8,0	7,2
	set/06	8,4	8,2	9,9	9,3	8,5	8,1	7,3
	set/07	8,2	8,6	9,8	8,9	8,8	7,5	7,1
	set/08	7,8	8,4	9,2	9,1	8,4	7,1	5,9
	set/09	7,8	7,8	8,9	8,4	8,6	7,2	6,3
Outros serviços (alojamento, transporte, limpeza urbana e serviços pessoais)	set/03	17,1	17,9	17,7	16,4	19,5	16,3	13,8
	set/04	17,5	17,6	20,0	17,0	20,1	16,3	14,6
	set/05	16,9	17,1	17,7	16,2	19,2	16,1	14,2
	set/06	17,2	17,6	17,4	16,7	19,1	16,6	14,6
	set/07	16,9	16,0	17,9	15,3	19,0	16,2	15,6
	set/08	17,2	15,7	17,4	16,6	18,9	16,9	15,4
	set/09	17,1	16,4	17,7	16,3	19,0	16,6	15,2

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Tabela 5

Indicadores de distribuição da população ocupada, por região metropolitana, segundo a posição na ocupação, para os meses de setembro, no período 2003 a 2009.

Distribuição da população ocupada por posição na ocupação (%)								
Posição na ocupação	Mês/ano	Total 6 áreas	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado	set/03	39,0	29,4	35,8	38,5	36,9	42,0	41,8
	set/04	38,8	31,5	32,8	40,4	36,0	41,8	41,6
	set/05	40,1	33,3	33,6	40,6	36,8	43,5	43,6
	set/06	41,1	32,1	35,2	40,4	38,1	44,9	44,2
	set/07	42,8	37,7	37,9	42,2	40,1	45,8	44,5
	set/08	43,9	37,5	38,4	44,1	39,0	47,9	46,6
	set/09	44,2	40,6	39,7	45,1	39,8	47,1	48,0
Empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado	set/03	15,8	17,5	13,9	13,8	13,8	18,2	13,1
	set/04	15,9	16,0	13,4	15,2	13,4	18,4	14,0
	set/05	15,4	15,4	14,8	13,5	13,6	17,5	13,5
	set/06	15,2	16,0	14,5	13,3	12,9	17,5	12,7
	set/07	13,8	14,1	13,7	13,3	11,6	15,6	12,3
	set/08	13,8	13,1	14,1	13,0	12,6	15,0	12,7
	set/09	12,8	10,4	12,3	12,2	10,9	14,8	10,8
Militares e Funcionários Públicos	set/03	7,4	8,6	7,2	8,1	10,0	5,4	7,6
	set/04	7,3	9,0	6,9	7,5	10,0	5,3	7,9
	set/05	7,3	9,9	7,9	7,6	9,2	5,5	7,3
	set/06	7,2	9,9	7,5	7,6	8,3	6,0	7,4
	set/07	7,1	10,5	6,3	7,7	8,8	5,6	7,4
	set/08	7,6	11,3	7,3	8,2	9,7	5,9	6,8
	set/09	7,8	11,4	8,5	8,7	10,0	5,8	7,5
Trabalhadores por conta própria	set/03	20,4	25,2	22,7	20,1	23,4	17,7	19,8
	set/04	20,4	24,1	26,3	18,1	23,6	17,8	18,2
	set/05	19,6	22,5	23,4	19,0	23,4	16,7	18,1
	set/06	19,0	21,8	22,3	18,3	23,9	15,4	18,9
	set/07	19,3	20,0	22,3	17,8	22,1	17,5	18,9
	set/08	18,6	22,9	20,7	16,2	22,0	16,7	17,2
	set/09	18,8	23,3	20,4	16,6	22,5	16,4	17,9
Empregadores	set/03	5,3	5,3	4,6	5,1	5,1	5,6	5,0
	set/04	5,3	4,7	4,6	5,1	4,8	5,7	5,9
	set/05	5,1	4,2	4,4	5,1	4,6	5,6	5,3
	set/06	4,8	5,6	4,3	5,6	4,7	4,6	4,5
	set/07	4,8	4,4	4,1	5,2	4,8	4,8	5,0
	set/08	4,6	3,2	4,7	5,1	4,7	4,5	5,5
	set/09	4,6	3,3	4,0	5,0	4,5	4,8	5,1

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Tabela 6

Indicadores de distribuição da população desocupada - PD, por região metropolitana, segundo algumas características, em setembro de 2009.

População Desocupada (%)	Total das 6 áreas	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
<b>Sexo:</b>							
Masculino	44,0	44,1	42,2	41,2	38,5	46,4	48,3
Feminino	56,0	55,9	57,8	58,8	61,5	53,6	51,7
<b>Faixa Etária:</b>							
10 a 14 anos	0,4	0,0	0,7	0,4	0,0	0,6	0,0
15 a 17 anos	5,9	2,1	5,6	7,7	3,3	7,0	7,8
18 a 24 anos	35,2	37,0	37,1	35,6	30,3	35,6	38,2
25 a 49 anos	51,7	57,5	51,3	49,4	55,2	50,5	47,2
50 anos ou mais	6,9	3,4	5,3	6,9	11,3	6,4	6,8
<b>Anos de Estudo:</b>							
Sem Instrução e menos de 8 anos	20,2	19,0	20,8	20,0	21,9	19,2	24,1
8 a 10 anos	24,3	23,4	22,7	27,1	21,1	24,5	31,8
11 anos ou mais	55,5	57,6	56,5	52,8	57,0	56,3	44,2
<b>Condição de Trabalho:</b>							
Com trabalho anterior	83,4	76,6	76,1	83,5	85,6	85,4	85,4
Sem trabalho anterior	16,6	23,4	23,9	16,5	14,4	14,6	14,6
<b>Com Procura de Trabalho:</b>							
Principal responsável	25,4	27,3	23,6	26,4	25,5	24,7	31,2
Outros membros	74,6	72,7	76,4	73,6	74,5	75,3	68,8
<b>Com Procura de Trabalho:</b>							
Nos 7 dias	85,1	75,2	79,3	84,2	87,0	87,6	86,7
Nos 23 dias	14,9	24,8	20,7	15,8	13,0	12,4	13,3
<b>Tempo de Procura:</b>							
Até 30 dias	24,0	55,9	34,9	56,2	9,5	14,4	24,6
31 dias a menos de 6 meses	48,1	38,6	35,7	34,6	48,8	54,5	53,1
7 a 11 meses	12,2	2,0	7,0	4,6	14,1	16,4	9,1
1 ano a menos de 2 anos	10,1	2,9	11,5	3,1	15,3	10,8	8,2
2 anos ou mais	5,6	0,7	10,9	1,5	12,2	3,8	5,0

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

## ANEXOS 2

### O Setor Informal

Este anexo tem o objetivo de disponibilizar conceitos e tabelas, construídos pela Pesquisa de Economia Urbana realizada pelo IBGE, no sentido de reforçar teoricamente esta dissertação.

#### **Definição do setor informal e delimitação do universo de pesquisa**

A magnitude, natureza e composição do setor informal variam entre diferentes regiões e países de acordo com o nível de desenvolvimento e a estrutura de suas economias. Com base nas recomendações da 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, em janeiro de 1993, considerou-se que:

- para delimitar o âmbito do setor informal, o ponto de partida é a unidade econômica - entendida como unidade de produção – e não o trabalhador individual ou a ocupação por ele exercida;
- fazem parte do setor informal as unidades econômicas não-agrícolas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas, sendo excluídas aquelas unidades engajadas apenas na produção de bens e serviços para autoconsumo;
- as unidades do setor informal caracterizam-se pela produção em pequena escala, baixo nível de organização e pela quase inexistência de separação entre capital e trabalho, enquanto fatores de produção;
- embora útil para propósitos analíticos, a ausência de registros não serve de critério para a definição do informal na medida em que o substrato da informalidade se refere ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica, e não a seu *status* legal ou às relações que mantém com as autoridades públicas. Havendo vários tipos de registro, esse critério não apresenta uma clara base conceitual; não se presta a comparações históricas e internacionais e pode levantar resistência junto aos informantes; e que a definição de uma unidade econômica como informal não depende do local onde é desenvolvida a atividade produtiva, da utilização de ativos fixos, da duração das atividades das empresas (permanente, sazonal ou ocasional) e do fato de tratar-se da atividade principal ou secundária do proprietário da empresa.

Na operacionalização estatística desta definição, decidiu-se que pertencem, ao setor informal todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias.

Como consequência desta definição operacional, uma primeira limitação da pesquisa resulta de seu recorte urbano. Assim sendo, ela deixa de cobrir as atividades não-agrícolas desenvolvidas por moradores de domicílios rurais - de que servem de exemplo a pequena indústria alimentar, artesanato, confecção e serviços - e que, em virtude de seu próprio modo de organização e do cálculo econômico que as rege, deveriam, a rigor, estar incluídas no espectro de economia informal. Justificam tal procedimento a significativa elevação dos custos operacionais que a cobertura de domicílios rurais acarretaria para a pesquisa e a evidência empírica de que é nos grandes centros urbanos que se concentra a parcela mais expressiva da economia informal.

Por outro lado, está também excluída do universo da pesquisa a chamada “população de rua”, de número e importância crescentes nas áreas metropolitanas. Como não tem residência fixa, considera-se que deva vir a se constituir em objeto de pesquisa específica, mas certamente com recorte e natureza distintos dos da presente pesquisa. Deve-se esclarecer, ainda, que o conjunto de pessoas ligadas a atividades ilegais dificilmente podem ser captadas por uma pesquisa como esta. Com o que o espectro desta se reduz ao conjunto de práticas econômicas “socialmente aceitas”, levadas a efeito por indivíduos domiciliados.

Na definição operacional das unidades produtivas a serem consideradas na economia informal, foram consideradas como objeto de pesquisa aquelas que operassem com até cinco empregados, independentemente do número de proprietários ou trabalhadores não-remunerados. Como qualquer outro, o corte no número de empregados é também um corte arbitrário. Reconhece-se que o caráter informal de uma determinada atividade não é dado apenas por seu tamanho, mas, principalmente, pela particular divisão técnica e social do trabalho, que ali se estabelece. Admite-se, contudo, que essa divisão tende a passar também pelo número de pessoas ocupadas e se fixa o mesmo corte já adotado por diversos estudos sobre a economia informal. A decisão de investigar, em profundidade, os informantes que se autotransformam como empregadores (com até cinco empregados) e trabalhadores por conta própria, em qualquer de suas situações de trabalho, é outro fato a ser considerado. Significa reconhecer que os indivíduos podem participar da economia informal, seja através de seu trabalho principal, seja do secundário.

Os trabalhadores domésticos, embora pertencentes ao setor informal, não foram objeto da pesquisa por considerar-se que as informações relevantes para esta categoria são exaustivamente pesquisadas, a cada ano, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

Tabela 1 Anexo  
Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, por posição na ocupação, segundo os grupos de atividade - RM de Rio de Janeiro - 2003

Grupos de atividade	Pessoas ocupadas nas empresas do setor informal						
	Total	Posição na ocupação					
		Conta própria	Empregador	Empregado com carteira assinada	Empregado sem carteira assinada	Não remunerado	Sem declaração
<b>Total</b>	<b>815.275</b>	<b>627 435</b>	<b>73 452</b>	<b>26 757</b>	<b>70 082</b>	<b>15 749</b>	<b>1 800</b>
Indústrias de Transformação e Extrativa	102 978	78 532	8 639	-	13 774	1 262	771
Construção Civil	156 381	118 530	15 944	998	20 490	-	419
Comércio e Reparação	213 990	165 285	16 656	8 808	17 068	6 173	-
Serviços de Alojamento e Alimentação	81 278	52 798	9 462	2 738	10 131	6 149	-
Transporte, Armazenagem e Comunicações	51 205	47 874	1 665	-	1 665	-	-
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas	66 830	49 958	7 917	5 208	3 122	625	-
Educação, Saúde e Serviços Sociais	49 189	32 114	8 821	7 025	890	-	338
Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	76 532	67 085	3 804	1 980	2 124	1 540	-
Outras Atividades	3 192	1 557	545	-	818	-	273
Atividades mal definidas	13 701	13 701	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

Tabela 2 Anexo

Proprietários de empresas do setor informal, com mais de um trabalho, por posição na ocupação, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no outro trabalho - RM de Rio de Janeiro - 2003

Posição na ocupação e a categoria do emprego no outro trabalho	Proprietários de empresas do setor informal, com mais de um trabalho		
	Posição na ocupação		
	Total	Conta própria	Empregador
<b>Total</b>	<b>36 165</b>	<b>29 133</b>	<b>7 032</b>
Empregado (1)	24 662	20 597	4 065
Setor privado	19 361	17 716	1 645
Com carteira de trabalho assinada	9 159	7 514	1 645
Sem carteira de trabalho assinada	9 567	9 567	-
Sem declaração	635	635	-
Setor público (2)	5 301	2 882	2 420
Sem declaração	-	-	-
Empregador fora do setor informal	-	-	-
Não remunerado	-	-	-
Proprietário do setor informal	11 503	8 536	2 967
Sem declaração	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Economia Informal Urbana 2003.

- (1) inclusive trabalhador doméstico e trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar que era empregado  
(2) Inclusive funcionários públicos, militares, empregados do setor público com carteira assinada e sem carteira assinada